



Universidade Federal de Juiz de Fora

Michelle Neves Capuchinho

**Questão agrária em Minas Gerais; análise do desenvolvimento capitalista no campo a partir das principais cadeias produtivas do agronegócio 2002- 2020**

Juiz de Fora

2025

Michelle Neves Capuchinho

**Questão agrária em Minas Gerais: análise do desenvolvimento capitalista no campo a partir das principais cadeias produtivas do agronegócio 2002- 2020**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: Questão Agrária, área de concentração Sujeitos Sociais e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para obtenção título de doutora.

Orientadora: Cristina Simões Bezerra

Juiz de Fora

2025

Capuchinho, Michele Neves.

Questão agrária em Minas Gerais : análise do desenvolvimento capitalista no campo a partir das principais cadeias produtivas do agronegócio 2002- 2020 / Michele Neves Capuchinho. -- 2025.

170 f. : il.

Orientador: Cristina Simões Bezerra

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2025.

1. Questão agrária. 2. Financeirização. 3. Cadeias produtivas. I. Bezerra, Cristina Simões, orient. II. Título.

**Michelle Neves Capuchinho**

**Questão agrária em Minas Gerais; análise do desenvolvimento capitalista no campo a partir das principais cadeias produtivas do agronegócio 2002- 2020**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 21 de fevereiro de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

**Profª Drª Sabrina Pereira Paiva**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Profª Drª Mônica Aparecida Grossi Rodrigues**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Profª Drª Elizete Maria Menegat**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Profª Drª Renata Couto Moreira**

Universidade Federal do Espírito Santo

**Profª Drª Ana Terra Reis**

Universidade Estadual Paulista

**Profª Drª Selma de Fatima Santos**

Universidade Estadual Paulista

Juiz de Fora, 06/02/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Pereira Paiva, Professor(a)**, em 24/02/2025, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 25/02/2025, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Couto Moreira, Usuário Externo**, em 25/02/2025, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 25/02/2025, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Terra Reis, Usuário Externo**, em 27/03/2025, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2232465** e o código CRC **1B4AABEC**.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**



**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**STRICTO SENSU**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Nº PPG: 116

Formato da Defesa: ( ) presencial ( ) virtual ( X ) híbrido

Ata da sessão ( X ) pública ( ) privada referente à defesa da ( ) dissertação ( X ) tese intitulada "Questão agrária em Minas Gerais; análise do desenvolvimento capitalista no campo a partir das principais cadeias produtivas do agronegócio 2002- 2020", para fins de obtenção do título de ( ) mestra(e) ( X ) doutor(a) em Serviço Social, área de concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, pelo(a) discente **Michelle Neves Capuchinho** (matrícula 103230005 - início do curso em 13/03/2019), sob orientação da Prof.(ª)Dr(ª) Cristina Simões Bezerra.

Ao 21º dia do mês de fevereiro do ano de 2025, às 14 horas, na faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora da ( ) dissertação ( X ) tese em epígrafe, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós- Graduação, conforme a seguinte composição:

Titulação Prof(a) Dr(a) / Dr(a)	Nome	Na qualidade de:	Vínculo Institucional
Profª Drª	Sabrina Pereira Paiva	Presidente da banca	UFJF
Profª Drª	Mônica Aparecida Grossi Rodrigues	Titular Interno	UFJF
Profª Drª	Elizete Maria Menegat	Titular Interno	UFJF
Profª Drª	Renata Couto Moreira	Titular Externo	UFES
Profª Drª	Ana Terra Reis	Titular Externo	UNESP
Profª Drª	Selma de Fatima Santos	Titular Externo	UNESP
Profª Drª	Ana Luiza Avelar de Oliveira	Suplente Interno	UFJF
Prof Dr	Leonardo Nogueira Alves	Suplente Externo	UFOP

\*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Membro titular interno
- Membro titular externo
- Membro titular externo e Coorientador(a)
- Orientador(a) e Presidente da Banca
- Suplente interno
- Suplente externo
- Orientador(a)
- Coorientador(a)

\*Obs: Conforme §2º do art. 54 do Regulamento Geral da Pós-graduação stricto sensu, aprovado pela Resolução CSPP/UFJF nº 28, de 7 de junho de 2023, "estando o(a) orientador(a) impedido(a) de compor a banca, a presidência deverá ser designada pelo Colegiado".

#### **AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Stricto sensu e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X ) APROVADO

( ) REPROVADO, conforme parecer circunstanciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

( ) APROVADO CONDICIONALMENTE, sendo consenso da banca de que esta ata é provisória e condicional

Novo título da Dissertação/Tese (só preencher no caso de mudança de título):

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre a dissertação/tese e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

A orientadora da discente professora Cristina Simões Bezerra está afastada para pós doutorado, por isso, conforme artigo 28 §7º do Regulamento Interno do PPG, foi designado pelo Colegiado outro docente para presidir a banca conforme composição acima.

Uma das avaliadoras externas não esteve presente: Profa. Dra. Selma de Fátima Santos, que não prejudicou a composição mínima da banca, conforme Regulamento Interno.

Descrição de todas as condicionalidades para a aprovação (só preencher no caso de Aprovação Condicional):

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

#### INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de mestre(a)/doutor(a), a versão final da dissertação/tese, considerada Aprovada, devidamente conferida pela Secretaria do Programa de Pós-graduação, deverá ser tramitada para a PROPP, em Processo de Homologação de Dissertação/Tese, dentro do prazo de de 60 ou 90 dias, para discentes aprovados condicionalmente, a partir da data da defesa. Após o envio dos exemplares definitivos, o processo deverá receber homologação e, então, ser encaminhado à CDARA.

Se as condições descritas nesta ata não forem atestadamente atendidas dentro do prazo de 90 dias, a aprovação condicional será convertida em reprovação.

Esta Ata de Defesa é um documento padronizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Observações excepcionais feitas pela Banca Examinadora poderão ser registradas no campo disponível acima ou em documento anexo, desde que assinadas pelo(a) Presidente(a).

Esta Ata de Defesa somente poderá ser utilizada como comprovante de titulação se apresentada junto à Certidão da Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos da UFJF (CDARA) atestando que o processo de confecção e registro do diploma está em andamento.



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Pereira Paiva, Professor(a)**, em 24/02/2025, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 25/02/2025, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Couto Moreira, Usuário Externo**, em 25/02/2025, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 25/02/2025, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Terra Reis, Usuário Externo**, em 27/03/2025, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Neves Capuchinho, Usuário Externo**, em 31/03/2025, às 20:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2232464** e o código CRC **A579634F**.

---

Dedico esse trabalho a mulheres que se desafiam a pesquisar e a ousar ocupar espaços que nunca foram nossos e a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais que doaram e seguem doando suas vidas a luta pela terra.

A luta pela Mãe Terra é a mãe de todas as lutas  
Sonia Guajajara

## Resumo

O presente trabalho tem como objeto central a questão agrária mineira, com foco no papel do padrão de reprodução do capital, delimitando como referência para a análise cinco das principais cadeias produtivas do agronegócio: o setor sucroalcooleiro, o café, os grãos, a mineração e o gado. O objetivo central foi compreender os mecanismos de apropriação da renda da terra em tempos de capital financeiro e como esses mecanismos estão relacionados à concentração fundiária. A investigação situa-se no contexto da financeirização da economia e da reprimarização das exportações agrícolas brasileiras, evidenciando as contradições do modelo de desenvolvimento capitalista e o papel do Estado na manutenção da propriedade privada da terra. O trabalho delimita o período da década de 1970, marcado por uma crise estrutural do capital, como um momento determinante, pois a implantação da Revolução Verde, com amplo apoio do Estado, criou as condições necessárias para a organização do agronegócio no Brasil. Por meio da análise histórica e teórica, o estudo busca contribuir para uma compreensão mais aprofundada das relações fundiárias e das disputas políticas envolvidas na luta pela terra em Minas Gerais, destacando a presença do agronegócio nas doze mesorregiões caracterizadas, com o intuito de ressaltar as similaridades no processo de exploração do capital, bem como sua distribuição e organização. Ao realizar essa caracterização, por meio de autores que se debruçaram sobre as diversas realidades regionais, foi possível concluir que a relação com a concentração fundiária e os efeitos desse processo de exploração são intensificados pela atual fase de desenvolvimento do capital: a financeirização da economia.

Palavras-chave: Questão Agrária em Minas Gerais; Financeirização da Economia; Cadeias Produtivas do Agronegócio em Minas Gerais.

## **Abstract**

This study centers on the agrarian question in the state of Minas Gerais, with a particular focus on the role played by the prevailing pattern of capital reproduction. The analysis is grounded in five of the state's principal agribusiness production chains: the sugar-alcohol sector, coffee, grains, mining, and cattle. The core objective is to understand the mechanisms through which land rent is appropriated under the current regime of financialized capital, and how these mechanisms are intrinsically linked to land concentration. The research is situated within the broader context of the financialization of the economy and the re-primarization of Brazilian agricultural exports, highlighting the inherent contradictions of the capitalist development model and the role of the state in upholding private land ownership. The study identifies the 1970s—marked by a structural crisis of capital—as a decisive turning point, as the implementation of the Green Revolution, strongly supported by the state, laid the groundwork for the consolidation of agribusiness in Brazil. Through a combination of historical and theoretical analysis, the study seeks to deepen the understanding of land tenure relations and the political disputes surrounding the struggle for land in Minas Gerais. It emphasizes the presence and expansion of agribusiness across all twelve mesoregions of the state, aiming to underscore the shared characteristics in capital exploitation processes and their spatial distribution and organization. By drawing on authors who have conducted in-depth analyses of diverse regional realities, the study concludes that the relationship between land concentration and the effects of capital exploitation is significantly intensified by the current phase of capitalist development—namely, the financialization of the economy.

**Keywords:** Agrarian Question in Minas Gerais; Financialization of the Economy; Agribusiness Production Chains in Minas Gerais.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Mapa de Evolução do índice Gini de 1985 a 2017

Figura 02 – Mapa da configuração da distribuição de terras em Minas Gerais 2006

Figura 03 – Mapa da configuração da distribuição de terras de Minas Gerais 1995.

Figura 04 – Mapa do valor da Produção agropecuária *per capita* das microrregiões de Minas Gerais em 2006.

Figura 05 - Redução da área plantada do feijão, figura reproduzida em gráfico pela CONAB (2022)

Figura 06- Mapa demonstrativo das áreas de maior concentração de silvicultura no estado de Minas Gerais

Figura 07- Mapa dos principais minérios extraídos das 12 mesorregiões de Minas Gerais, 2011

Figura 08 – Mapa de indicação das mesorregiões em que se concentra unidades exportadoras em Minas Gerais e as empresas principais empresas do agronegócio.

Figura 09 - Tabela referente a área plantada de milho e soja nas mesorregiões de Minas Gerais e sua ampliação da produção de 2002 a 2022

Figura 10 - Mapa demonstrativo sobre a presença da empresa BUNGE nas diferentes mesorregiões de Minas Gerais

Figura 11 - Tabela sobre a área plantada de cana-de-açúcar nas 12 mesorregiões de Minas Gerais dos anos de 2002 a 2022

Figura 12 – Mapa das áreas concentradoras de produção de álcool em Minas Gerais

Figura 13 - Mapa de identificação das empresas mundiais do agronegócio produtoras de cereais, leguminosas em Minas Gerais

Figura 14 - Mapa demonstrativo da presença de grandes empresas do agronegócio da cadeia do gado em Minas Gerais por mesorregião

Figura 15 - Tabela demonstrativa de área de produção de café, por mesorregião de Minas Gerais de 2002 a 2022.

Figura 16 - Mapa da América Latina e as Zonas de expansão do agronegócio

Figura 17 - Mapa das empresas do Agronegócio mundial presentes em MG

Figura 18 - Mapa das 100 maiores empresas do Agronegócio de MG e seus conglomerados industriais

Figura 19 - Mapa por mesorregionais de Minas Gerais e o valor do PIB agropecuário

Figura 20 – Mapa da concentração de terra em Minas Gerais por mesorregião 2006

Figura 21 – Mapa da concentração de terra em Minas Gerais por mesorregião 2017

## **Lista de abreviaturas e Siglas**

PRONERA - PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

SECEX - SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

D-M-D' – DINHEIRO – MERCADORIA – DINHEIRO NOVO

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

CAR – CADASTRO AMBIENTAL RURAL

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

PNAD - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

RAS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS

CEPEA - CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA

CRA - CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

FPA – FRENTE PARLAMENTAR DA AGRICULTURA

IBMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS  
NATURAIS RENOVÁVEIS

ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ADM – ARCHER DANIELS MIDLAND COMPANY

EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS

CONAB – COMPANHIA NACIONAL ABASTECIMENTO

CPI – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

FAEMG - FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MINAS  
GERAIS

IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO

PAM – PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL

IBMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS  
NATURAIS RENOVÁVEIS

CMA – COMPANHIA MINEIRA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

SEAPA – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

UNEP - THE UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	12
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>Capítulo 01 – Principais categorias de análise: renda da terra, apropriação privada de riqueza e estrutura de funcionamento do capital no campo brasileiro</b> .....	27
1.1- Bases do processo de financeirização do capital no Brasil .....	27
1.2 – A renda fundiária e seu desdobramento no processo de exploração do campo brasileiro .....	32
1.3 – Financeirização do capital e suas particularidades no Brasil.....	39
<b>Capítulo 02- O papel do capital financeiro na economia e seus desdobramentos no campo</b> .....	44
2.1 – Impactos da financeirização na agricultura e a particularidades da realidade brasileira .....	48
2.2 – Neoliberalismo e seus processos de qualificação da organização do capital no campo.....	58
2.3 - Da destruição da natureza e intensificação da exploração do campo no Brasil .....	65
<b>Capítulo 03 - Questão agrária em Minas Gerais e suas particularidades</b> .....	72
3.1 - Das Minas às Gerais em disputa pelo capital.....	72
3.2 - Caracterização sobre a questão agrária do estado de mg e as principais cadeias produtivas do agronegócio. ....	89
<b>Capítulo 04 - O padrão de reprodução do capital e sua determinação no movimento de acumulação do capital nas cadeias produtivas do agronegócio, uma análise sobre Minas Gerais</b> .....	126
4.1 - Relação entre o processo de crescimento do caráter reprimarizador da economia e a concentração de terras.....	143
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO</b> .....	161

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho para doutoramento consiste em uma parte constitutiva do processo de formação profissional, sendo um importante passo na qualificação de pesquisadores e formadores. Essa tese expressa o processo de consolidação de um percurso de formação que se iniciou na graduação em Serviço Social, a qual tem o referencial marxista consolidado, além de possuir um currículo de formação profissional que garante uma aproximação com os movimentos sociais. A partir das experiências e caminhos trilhados junto ao movimento estudantil, movimentos urbanos, com destaque para a pauta da luta por moradia e posteriormente a luta por reforma agrária, foram se delineando os campos de estudo e pesquisa estabelecidos para aprofundamento de pesquisas e outras elaborações.

A relação de estudos acadêmicos atrelados aos espaços de atuação militante garantiu uma articulação junto a processos que buscam a defesa de um projeto societário construído por organizações da classe trabalhadora. Na graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2005 a 2009), foi possível realizar um aprofundamento dos estudos em torno da questão da ação política da juventude em uma perspectiva de transformação social, empreendendo estudos através de grupo de pesquisa coordenado pela professora doutora Maria Aparecida Tardin Cassab.

Em um segundo momento de estudos acadêmicos, dentro do processo de mestrado também na UFJF (2010 a 2012), foi possível um maior aprofundamento sobre as categorias analíticas presentes dentro da teoria crítica, sendo desenvolvidos estudos sobre a questão da propriedade privada da terra nos centros urbanos, especulação imobiliária, ocupação urbana, através de pesquisas sobre a centralidade da luta pela terra nas cidades, sendo muito fecundo como processo de reflexão para atuação e busca de compreensão das contradições que estão colocadas em relação ao espaço urbano e as disputas e desafios que se apresentam na organização de movimentos urbanos.

Destaco que um terceiro eixo de estudos e um novo ciclo de pesquisa foi a aproximação com a Questão Agrária. Na verdade, o estudo sobre a Questão Agrária sempre foi um pilar para compreender todo o processo de formação social brasileira. Como profissional militante que atua na política, na luta pela terra e nas disputas fundiárias, e permeada pelos desafios cotidianos de construção de uma reforma agrária popular, essa área do conhecimento, há alguns anos, vem sendo o eixo central

de pesquisas, estudos e construções coletivas de reflexões. Através da Especialização em Economia e Desenvolvimento Rural (2012 a 2013), curso ofertado na modalidade da pedagogia da alternância dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), foi possível realizar aprofundamentos ainda maiores sobre a temática destacada.

A Questão Agrária, assim como os estudos sobre a crítica da economia política, se destaca como sendo temas centrais no caminho percorrido como educadora e formadora popular. Muitas das reflexões, estudos e aprofundamentos se deram também nos diversos cursos realizados e organizados junto a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Como forma de seguir com os estudos de forma mais sistemática e qualificada, o programa de doutoramento foi fundamental para o aprofundamento dos estudos sobre a crítica da economia política, através de reflexões acerca do capital em sua fase contemporânea realizadas nos conteúdos das disciplinas do programa e também no formato de “estudos individuais”, que realizei com a Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Moreira, do Departamento de Economia da UFES, no qual contribuí no acompanhamento da comissão política pedagógica do curso de especialização da UFES, além de também cursar a matéria isolada Economia Política II, na Universidade Federal Fluminense - UFF, que me possibilitou amadurecer estudos sobre o capital financeiro.

Para aqueles que se comprometem com a responsabilidade de compreender o movimento da realidade social para a formulação de projetos e o estabelecimento de estratégias no marco da com um projeto de transformação social o estudo se coloca como um princípio, sendo crucial o conhecimento verdadeiro da luta de classes, supondo o máximo conhecimento da dinâmica social concreta. Assim, parto da certeza de que a teoria e a política se configuram distintos espaços, não dissociados, mas partes de totalidade complexa, bem como Netto (2010) destaca:

No âmbito da teoria, o conhecimento verdadeiro é um *fim*; no âmbito da política, o conhecimento é um *meio*<sup>3</sup>. Na teoria, importa a *verdade*; a política é o campo das *relações de força*. As conexões entre teoria e intervenção política não são unívocas nem diretas, até porque suas dinâmicas são estruturalmente diversas – a *temporalidade* da ação política não é a da elaboração teórica (antes, é reiteradamente emergencial).

É importante destacar essa dimensão da teoria e da política para reforçar que se tem a pretensão, no campo teórico, de buscar as respostas para a atuação, como sujeito político, pois essas respostas são construídas nas análises de correlação de forças, dentro de um processo organizativo no campo da ação política. Mas se faz necessária a afirmação que, com um estudo teórico sério e profundo, é possível buscar mais elementos para uma atuação política mais qualificada e assertiva, como P. Togliatti destaca “quem erra na análise, erra na ação”. Para transformar a realidade, é pressuposto conhecê-la, sendo de fundamental importância o estudo teórico, que consiga avançar para a construção de mediações necessárias para compreensão da totalidade social.

O presente trabalho tem como objeto central a Questão agrária mineira, com foco no papel do padrão de reprodução do capital, delimitando como referência para a análise, cinco das principais cadeias produtivas do agronegócio: o setor sucroalcooleiro, café, grão, mineração e gado. O objetivo central buscado foi compreender os mecanismos de apropriação da renda da terra em tempos de capital financeiro e como estão relacionados à concentração da terra. Buscamos entender, o movimento de reprodução do capital, estabelecido nas diferentes regiões do estado de Minas Gerais. Como forma de análise empírica, foi adotado a referência utilizada pelo IBGE (2017), que subdivide os estados em mesorregiões. No contexto mineiro temos 12 mesorregiões, com realidades muito distintas umas das outras, mas que conservam mecanismos de apropriação do valor similares.

Em tempo de capital financeiro, o estudo sobre a entrada da terra e da agricultura no mercado de capitais vem sendo objeto de pesquisa de diversos intelectuais e analistas da questão agrária brasileira, as contradições geradas pelo modo de produção capitalista se intensificam e se desdobram em uma ampliação das desigualdades sociais, expropriação de bens da natureza, aumento da exploração do trabalho, degradação ambiental dentre várias outras expressões. Como eixo condutor da análise proposta, a questão da apropriação da terra se destacada como uma questão central. O trabalho desenvolve a relação da ampliação da atuação do agronegócio, expresso pela análise das cadeias produtivas de cana, gado, grãos, café e minérios, com o processo de reconcentração de terra nas diferentes mesorregiões do estado. Os dados coletados tiveram como principal base o IBGE e CONAB, organizados pela autora, assim redes de pesquisas presentes nas universidades, institutos federais e observatórios de pesquisas.

Nos últimos 20 anos, destaca-se a retomada do papel agroexportador do país, situação que foi classificada por alguns autores como reprimarização, pois foram desenvolvidas políticas econômicas e sociais que converteram as exportações de Commodities agrícolas<sup>1</sup> e minerais em motores centrais do comércio exterior brasileiro. Essa política deixa de ser uma política de governo para ser uma verdadeira política de Estado, que se intensifica e perdura na atualidade. O maior peso das exportações de bens primários intensivos em recursos naturais hoje está na soja, nos minérios de ferro e no petróleo e o concomitante crescimento relativo das importações de produtos manufaturados.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, demonstramos como o campo e a disputa pelas terras sempre tiveram um papel central e o Estado sempre atuou ativamente na defesa da propriedade privada da terra, garantindo processos de exploração e espoliação da classe trabalhadora, dos povos indígenas e quilombolas. O Brasil, até a primeira metade da década de 1960, era um país eminentemente agrícola, com mais da metade da sua população morando no campo. Com o fim do modelo de industrialização, observa-se a chamada modernização conservadora, categoria de análise utilizada por Fernandes (1975) que se evidencia em três características fundamentais: a economia exportadora que garante a dinâmica para a acumulação primitiva, intensifica internamente a revolução socioeconômica e política, a preservação de privilégios a uma parcela da elite nacional que não incorpora as ideias democráticas e a manutenção de formas de trabalho arcaicas articuladas com trabalho assalariado, constituindo padrões aparentemente incompatíveis, mas que não são necessariamente antagônicos – com a ordem rural-senhorial-escravocrata. Este processo histórico foi se construindo e constituindo o Estado brasileiro como zelador e protetor dos privilégios e interesses da classe capitalista dominante que, na agricultura, era representada pelos latifundiários e fazendeiros.

A propriedade privada é um dos pilares centrais do modo de produção capitalista e o aprisionamento da terra no Brasil vem cumprindo uma função estrutural no modelo de desenvolvimento capitalista do país. Destacamos o período de 1970,

---

<sup>1</sup> De acordo com o Dicionário de Educação do Campo (2012), destacamos o conceito de “commodities agrícolas” como um conjunto de produtos originários de atividades agropecuárias, vendidos em quantidades consideráveis no mercado internacional, em forma natural ou após passarem por um processamento inicial necessário à sua comercialização.

pois é um momento de instabilidade do sistema capitalista que Mészáros (2011) desenvolve através da categoria de análise de “crise estrutural do capital”.

Uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou sub-complexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão e, assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. Sendo assim, o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças – mesmo que importantes – no interior – do próprio sistema [ainda] relativamente autônomo. Justamente, por isso, uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo [...] Por conseguinte, quanto maior a complexidade de uma estrutura fundamental e das relações entre elas e outras com as quais é articulada, mais variadas e flexíveis serão suas possibilidades objetivas de ajuste e suas chances de sobrevivência até mesmo em condições extremamente severas de crise. Em outras palavras, contradições parciais e “disfunções”, ainda que severas, podem ser deslocadas e tornadas difusas – dentro dos limites últimos ou estruturais do sistema – e neutralizadas, assimiladas, anuladas pelas forças ou tendências contrárias, que podem até mesmo ser transformadas em forças que ativamente sustentam o sistema em questão (grifos nossos, p. 797).

Neste novo contexto, a centralidade do processo de acumulação não se dá mais no processo industrial, temos a realidade da financeirização da economia, onde o capital passa a ser essencialmente especulativo e o processo da disputa dos bens da natureza a ter um maior destaque.

Com o aprofundamento da estrutura de dominação do capital, podemos destacar os anos 1970 como o momento em que as economias mundiais passaram por profundas alterações. No caso brasileiro, esse processo de “nova divisão internacional do trabalho”, vai delineando, ao longo dos anos 1990 até a atualidade, um processo de reafirmação do caráter agroexportador da economia mineira e isso influenciou o processo de luta pela terra, atribuindo um novo caráter na disputa pela renda fundiária e a propriedade da terra, pois lucram com o rentismo e com a necropolítica baseada no veneno.

Para apresentar dados iniciais, 79% dos agroquímicos são concentrados em quatro culturas (52% na soja, 10% no milho, 10% na cana-de-açúcar e 7% no algodão) que não são utilizados como comida. Minas Gerais é sede de grandes empresas

produtoras de agrotóxico: a Mosaic Fertilizantes, de origem norte-americana, está na lista das 96 maiores empresas que controlam a agricultura brasileira em 2021.

A soja e o milho, quase em sua totalidade, são destinados para alimentação animal, aqui e no exterior, e a expansão dessas culturas de commodities segue crescendo, enquanto as áreas de feijão, arroz e mandioca caem a cada ano, desde 2016, gerando ainda mais insegurança alimentar à população brasileira (Brasil de Fato, 2022).

Como sugerido por Fernandes (1975), para se atingir o capitalismo monopolista e seguir seu amadurecimento, era necessário maiores investimentos econômicos com alto volume de capital em uma lógica de fortalecimento da dependência. A burguesia brasileira não conseguiu levar a cabo a revolução industrial clássica, com dificuldades inerentes não só a uma economia subdesenvolvida, mas sofrendo pressões de dentro e de fora, pelas grandes corporações e por economias centrais, que operam em outra escala, a do capitalismo monopolista e da forma correspondente da dominação imperialista. A sociedade brasileira ingressa, assim, no que Fernandes (1975) chama de Era do Imperialismo Total, em que se “opera a partir de dentro e em todas as direções, havendo uma hegemonia norte-americana sobre a maioria das sociedades periféricas.”

Para o capital se desenvolver no Brasil, foi necessária a manutenção da concentração de terra, pois a absoluta maioria da estrutura produtiva agrária é baseada no latifúndio e no monocultivo voltado para atender o mercado externo. A propriedade da terra é travestida em riqueza capitalista, também na forma de títulos, e se expande cada vez mais com uma alta liquidez, A terra é vista como um ativo financeiro, sendo uma forma de ampliar a especulação, pois se conforma em uma mercadoria de diferente natureza, que pode cumprir o papel de uma reserva de capital e pode ser tratada como um bem possível de geração de riqueza de forma mais permanente.

A terra, dentro do processo capitalista de produção, se torna um bem importante para o capital, podendo ser uma mercadoria atrativa. Sendo transformada em ativo financeiro, ela passa a ser disputada não apenas nos mercados nacionais, mas inclusive em mercados internacionais, como vamos apresentar ao longo do desenvolvimento do trabalho que destaca dados sobre o processo de estrangeirização das terras. Os grandes capitais internacionais vêm investindo na compra de terras no Brasil e em toda a América Latina, sendo cada vez mais privatizados os bens da

natureza. As empresas nacionais vendem ações que dão possibilidades de transformar as terras em ativos financeiros, as mudanças nas legislações nacionais vão ampliando a possibilidade de compra de terras por estrangeiros, ampliando as fronteiras agrícolas nacionais, cada vez mais devastando os diferentes biomas presentes no país.

Dentre desse contexto geral, o estado de Minas Gerais se destaca no ramo da mineração, pois mais de 250 municípios do estado possuem extração de minério de ferro. É possível constatar que, nos últimos 18 anos, a atividade mineral sempre teve uma participação considerável no valor total das exportações do Estado, com máximo de 54,5%, em 2013, e mínimo de 24,3%, de acordo com diagnóstico do setor mineral de MG, elaborado pelo Governo de Minas, em 2020 “A balança comercial de Minas Gerais encerrou o ano de 2018 superavitária em US\$15,2 bilhões, com cerca de US\$24,2 bilhões referentes a exportações e US\$9,1 bilhões a importações”.

O estado conta com uma das maiores jazidas de minério de ferro do país, além de possuir as principais cadeias produtivas agrícolas voltadas para exportação de *commodities*. Para além da cadeia produtiva da mineração, podemos destacar também o desenvolvimento da cadeia produtiva do café, que garante para Minas Gerais o posto de maior produtor mundial, a cadeia produtiva dos grãos (soja e milho), gado e celulose, cadeias que identificamos que estão presentes na maioria das regiões mineiras e possuem um papel de destaque econômico no estado e em nível nacional.

No ano de 2020, de acordo com dados do governo de Minas Gerais, o setor do **agrominerionegócio** foi responsável por 45,5% de todo o faturamento da economia mineira. Também é importante destacar sua relevância política, historicamente no centro das disputas nacionais, como no chamado “ciclo do café com leite” (GARCIAS, 2021).

Os resultados mostraram que o agronegócio mineiro gerou rendas equivalentes a 29,76% do PIB do estado e 9,6% do PIB do agronegócio nacional. Os setores fornecedores de insumos para a agropecuária participaram com 20,73% do PIB do agronegócio de Minas Gerais, a agropecuária com 27,53% e as atividades de processamento, industrialização e distribuição com 51,75%. **Gilio et al. (2016)** estimaram o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio do estado de Minas Gerais no período de 2004 a 2015. O PIB do agronegócio do estado foi de 184,2 bilhões de reais no ano de 2015 e existia alta relação entre o agronegócio e o PIB total do estado e do crescimento em importância dos segmentos agroindustriais em relação à produção primária. Os autores verificaram a manutenção da

elevada participação de cadeias produtivas tradicionais, como as relacionadas ao café e ao leite, que se modernizaram nas últimas décadas e se mantiveram competitivas (Sesso filho, 2022:01)

Para uma melhor compreensão da estrutura fundiária e da produção agrícola mineira, é necessário analisar o processo histórico de formação da propriedade no país como um todo, uma vez que a formação sócio histórica brasileira demonstra que as raízes dos problemas fundiários no Brasil advêm do processo de constituição capitalista.

Quando analisamos o processo de formação social mineiro, destaca-se a mineração e a agricultura de subsistência como alicerces da economia (CARNEIRO e FONTES, 2005). Minas Gerais conta com 530 mil propriedades de terras cuja área média gira em torno de 67 hectares (ha). Contudo, a distribuição da terra está concentrada, pois 5% das propriedades rurais detêm cerca de 50% da área total das terras do estado, enquanto as 50% menores ocupam menos de 6% das terras agricultáveis (ALCANTARA FILHO, 2007).

Pode-se evidenciar um valor abaixo da média nacional de concentração de terra no estado, mas a situação é muito grave, como mostram os dados do índice GINI (ferramenta utilizada na mensuração do grau de concentração de qualquer distribuição estatística, sendo, no entanto, mais frequentemente aplicado à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização industrial). Quanto mais próximo do 1, tal índice demonstra mais alta concentração de terras em uma determinada localidade e no caso mineiro, em 2006, o índice variou entre 0,607 e 0,884, sendo está uma alta concentração que tem essa grande variação, pois Minas Gerais é um dos maiores estados da federação, havendo diferentes realidades e consideráveis desigualdades.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2010, a análise inicial desses dados nos coloca como a disputa por recursos naturais tem um papel de destaque na atualidade. As commodities agrícolas têm uma representação fundamental e se tornam o centro das disputas do capital, trazendo com mais intensidade a disputa pelas terras e não mais apenas pelo que elas podem produzir, mas também pelo que tem de bens da natureza contidos nela.

Considerando o desenvolvimento das cadeias produtivas presentes no campo em Minas, coube analisar e compreender como a renda da terra vem sendo disputada e apropriada pelas principais cadeias produtivas que compõem o PIB mineiro agrícola, onde destacamos: a mineração, o café, o gado, setor sucroalcooleiro e os grãos.

Destacam-se essas cadeias, sendo necessária a compreensão das mesmas, mas com foco na questão da produção de riqueza e a disputa intercapitalista que elas estabelecem. Dentro da lógica do capital, é necessário cada vez mais que ele amplie sua atuação, assim tanto os conflitos entre os capitais se ampliam, assim como a disputa pelos territórios daqueles que vivem e trabalham no campo.

Dentro dessa disputa de grandes capitais, quem mais sofre os impactos é a classe que trabalha e vive no campo, sendo uma parcela que, nos últimos tempos, vem sendo profundamente atacada em seus direitos e condições de vida, mas que está sempre em luta, denunciando e construindo estratégias de resistência contra a hegemonia do capital. De forma preliminar, a proposta de estudo perpassa destacar as principais cadeias produtivas presentes no estado de Minas Gerais, buscando suas semelhanças no campo da estrutura de apropriação de riqueza, na perspectiva de compreender o processo de modernização que caracteriza a produção agrícola, e a disputa por recursos naturais na atualidade e como a ampliação das cadeias produtivas determinam a ampliação da concentração de terras.

A proposta do trabalho foi realizar uma caracterização das principais cadeias produtivas que disputam as terras em Minas Gerais, como se dá seu padrão de reprodução, quais são as principais financiadoras e quem mais lucra com essa estrutura de produção. Sabendo que a proposta de estudo não se restringe a presente tese elaborada, a dimensão desta pesquisa é uma área de expansão que, com certeza, terá muitos desdobramentos e uma necessidade de continuidade, sendo essa uma questão que se apresenta como um limite no sentido de aprofundamento e maior sistematização. Tal estudo conserva uma grande relevância, por buscar informações e análises sobre a questão agrária mineira e suas especificidades.

Na área no Serviço Social, ainda se tem poucos estudos que avançam para a compreensão das expressões da questão agrária no campo, sendo fundamental a pesquisa sobre a presente temática. Comumente, o campo e a cidade são estudados de forma quase que separada, havendo limitações de análise a partir das implicações de um espaço sobre o outro. É importante destacar que as políticas sociais, em sua grande maioria, dialogam com uma realidade urbana, havendo limites no desenvolvimento das mesmas nas cidades que possuem uma economia predominante rural. Tanto a área da assistência, como saúde e previdência, temos um processo ainda mais profundo de precarização, sem falar sobre a educação e os

demais setores de políticas sociais que, muitas vezes, não se fazem presentes no campo brasileiro.

As condições de trabalho no campo ainda se apresentam em grande parte mais precarizadas, impondo aos trabalhadores níveis de exploração ainda maiores, são muitas questões que perpassam os determinantes sociais do campo, sendo fundamental a análise da atuação do agronegócio que influencia a luta da classe trabalhadora tanto do campo como da cidade. A relação entre o campo e a cidade se estabelece diretamente quando falamos da alimentação, da economia, do meio ambiente, questões tão centrais que devem ser analisadas e compreendidas na atualidade.

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro, pretendemos debater as categorias que fundam essa discussão como renda da terra, questão agrária, teoria da dependência e o processo de financeirização do capital, na busca de fundamentar a análise que segue para o segundo capítulo, o qual trata de compreender as transformações da agricultura capitalista na segunda metade do século XX e o século XXI, particularizando a questão do Brasil que têm a década de 1990 como o período de avanço do agronegócio. Podemos inclusive afirmar que se tornou hegemônico no campo, a partir dos anos 2000.

Dentro desse processo, faz-se necessário analisar as bases de construção da hegemonia do agronegócio no campo e perpassar por questões que datam a década de 1970, como a revolução verde, que implementa a lógica do agronegócio no campo brasileiro através do desenvolvimento do crédito rural, a chegada dos pacotes tecnológicos que consistem em um conjunto de tecnologias desenvolvidas pelos países centrais e trazidas para os países dependentes como as sementes transgênicas, agroquímicos e a ampliação do monocultivo de determinadas culturas que são de interesse direto do capital internacional e a modernização conservadora. Esse processo sedimenta a estrutura de dominação dependente nacional, realidade que garante uma conservação de processos de exploração e opressão da classe trabalhadora, conservando privilégios a uma pequena parcela da população. Tais questões são as bases de construção do que hoje identificamos como agronegócio.

Em um terceiro capítulo, foi feita uma análise sobre a questão agrária em Minas Gerais, na busca de identificar os principais sujeitos capitalistas que atuam no estado e que privam a classe trabalhadora de acesso à terra, com o foco em analisar a presença dos grandes capitais nas diferentes 12 mesorregiões do estado, destacando

quais as características do processo de reprodução do capital e como, apesar de possuírem suas especificidades, conservam uma estrutura de funcionamento similar.

A partir das cinco cadeias produtivas: mineração, café, setor sucroalcooleiro, gado e grãos (milho e soja), espera-se compreender como os bens da natureza vêm sendo explorados e como atuam na produção de commodities. Acredita-se ser possível analisar e compreender como a disputa da renda da terra no estado coloca a luta pela reforma agrária em outro patamar no processo de luta contra o capital, ainda aliado ao papel de destaque que o estado possui no cenário nacional, influenciando de forma determinante os rumos da política nacional.

Entendemos que as diferentes realidades do estado atribuem características muito diversificadas às regiões, mas, ao mesmo tempo, entendemos que é possível buscar identificar o que demarca uma unidade no processo de apropriação dos territórios em Minas Gerais. Para tanto, temos questões que devem ser analisadas, como a financeirização da economia e a “modernização” do estado de Minas Gerais, que foi determinante para hoje se ter uma economia em que o agronegócio tem tanto destaque.

Como quarto capítulo para encerrar o presente trabalho, foi organizado um levantamento de Minas Gerais, com dados e informações para a construção da análise das principais cadeias produtivas, realizando uma ampla pesquisa bibliográfica e documental, sem a pretensão de aprofundar todas elas, mas, identificar que, dentro dessa diversidade de produção, todas possuem uma questão que as identifica, que são os altos ganhos gerados a partir da geração da massa de lucro dentro desse setor, com o intuito de relacionar como todo o processo de desenvolvimento do agronegócio nos territórios influencia ou determina o processo de concentração de terra.

## **Capítulo 01 – Principais categorias de análise: renda da terra, apropriação privada de riqueza e estrutura de funcionamento do capital no campo brasileiro**

Neste primeiro momento, nossa intenção é qualificar teoricamente as principais categorias que serão utilizadas para a análise do objeto proposto. Tais debates se concentram na conjuntura a partir dos anos 1970, que estabelece um novo padrão de acumulação, o qual reforça a estrutura de dominação do capital, sendo uma forma de olhar para o capitalismo em seu processo contemporâneo. Posteriormente, pretendemos desenvolver as principais categorias utilizadas para análise, buscando a compreensão a partir da crítica a economia política, em que se entende a renda da terra como um mecanismo de exploração do sistema capitalista.

Como uma construção de eixos norteadores do debate, propomos realizar um debate contemporâneo sobre a disputa da renda pela terra; o padrão de especialização produtiva baseado em commodities adotado pelo Brasil e o lugar do estado de Minas Gerais na atual configuração econômica e política.

O tema da Questão Agrária segue sendo uma área do conhecimento a ser desenvolvida e estudada, de grande relevância para a compreensão da realidade brasileira. O processo de acumulação de capital no Brasil sempre esteve atrelado a estratégias de exploração do trabalho no campo e a valorização fundiária é uma forma de ampliação de capital nesse contexto atual, ligado à política primário- exportadora.

Tal lógica explora a agricultura e a mineração, em um processo de ampliação da exploração dos bens da natureza e do trabalho humano, sob pressão de oferecer relativo equilíbrio às transações externas de mercadorias e serviços. O tema da concentração da terra passa a ter ainda uma maior relevância, pois dentro das estratégias de acumulação do capital a concentração da propriedade privada possui grande destaque.

### **1.1- Bases do processo de financeirização do capital no Brasil**

A proposta do caminho que vamos percorrer para chegar a uma análise da disputa pela renda fundiária no estado de Minas Gerais na atualidade tem como marco inicial de pesquisa os anos 1970, pois, a partir desse período, tem-se um processo mais intensificado de busca por novas estratégias de apropriação dos recursos naturais. Tal período expressa que o capitalismo passa por um momento que alguns

autores, como István Mészáros, denominam de reestruturação produtiva<sup>2</sup>. Antes de mais nada, é importante afirmá-la como uma reestruturação sócio-reprodutiva, sendo caracterizada pela afirmação plena do capital como modo de controle metabólico social.

Neste contexto, o próprio Estado transfigura-se, enquanto Estado neoliberal, como Estado do capital em seu movimento de permitir a plena efetividade do mercado. O novo complexo de reestruturação produtiva do capital, que se desenvolve nas condições da grande indústria em sua fase tardia, é constituído por um “todo orgânico” cujos elementos compositivos são as inovações organizacionais, tecnológicas e sócio-metabólicas.

Mas se faz central destacar como historicamente foi sendo construído esse caminho. O processo de industrialização vivenciada no Brasil, de acordo com Florestan Fernandes (1975) se caracteriza por um processo de dominação imperialista, em que as grandes corporações internacionais ampliaram ainda mais o domínio da base material do nosso sistema econômico, a lógica da dependência presente reforça a ação dos países centrais no processo de formação social brasileiro. De acordo com Martins (2022: 179),

A dupla articulação (a manutenção do desenvolvimento desigual interno com fontes de acumulação primitiva e a articulação da economia primário-exportadora com as economias centrais) tornou demasiado impotentes os agentes econômicos da nossa economia dependente para enfrentar esse contexto de dependência externa.

Em escala mundial, estamos nos referindo a um período em que o capital passa a enfrentar crises cíclicas cada vez mais frequentes que expressam a dimensão estrutural dos limites do capital. O mundo capitalista entrou em uma profunda recessão, tendo dificuldades de manter em ascensão as taxas de lucro, combinando

---

<sup>2</sup> [1] A reestruturação produtiva do capital no século XX foi marcada pelas inovações fordistas-tayloristas que alteraram a morfologia da produção de mercadorias em vários setores da indústria e dos serviços. No campo organizacional da grande indústria, fordismo e taylorismo tornaram-se “mitos mobilizadores” do processo de racionalização do trabalho capitalista. A introdução dos novos “modelos produtivos” foi lenta, desigual e combinada, percorrendo a maior parte do século XX. A produção em massa (ou o fordismo) altera de modo significativo a vida social, transfigurando as condições de produção (e de reprodução) social da civilização humana, atingindo de forma diferenciada países e regiões, setores e empresas da indústria ou de serviços. O que surge, hoje, com o novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo, é mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo (Netto, 1995: 07).

baixas taxas de crescimento com altas taxas inflacionárias, abrindo terreno para operar uma reestruturação produtiva, ao aplicar o receituário neoliberal.

Quando falamos sobre a agricultura no Brasil, é fundamental destacar que a base técnica da agricultura se moderniza, em um contexto de submissão ao processo da agricultura ao capital tendo o estado como um dos principais subsidiários. Com as relações capitalistas de produção se tornando hegemônicas no campo durante a década de 1970, ampliou-se o trabalho assalariado, conformando um extenso proletariado rural, mas crescendo sobretudo o trabalho temporário e o subemprego. Um dos resultados desse processo foi a ampliação da concentração de riqueza, que também se expressa na concentração de terra e na concentração de renda no campo.

No Brasil, a reestruturação política e produtiva se fez sentir já no final da década de 1980; no campo, os capitais da agricultura/ agropecuária foram também sendo alterados, provocando importantes modificações na passagem da década de 1980 para 1990, situação que se aprofunda ainda mais nos anos 2000. Nos anos 1990, com a eleição do Presidente Fernando Collor, temos novas mudanças políticas e econômicas que aprofundam o processo de dependência e de exploração do capital, sendo adotadas medidas neoliberais que, para além do âmbito político, centralizam-se na tentativa de uma inteira despolitização das relações sociais.

Na realidade brasileira, o Estado está intrinsecamente vinculado ao processo de concentração de renda, que é uma das maiores e mais brutais do mundo. Esta brutalidade deriva da concentração da propriedade da terra e da propriedade imobiliária que, por sua vez, derivam da concentração do poder econômico, que se desdobra na centralização do poder político historicamente construído à revelia da massa da população.

Foi, porém, a partir de 1999 que o agronegócio ganhou importância decisiva no conjunto da economia brasileira. Compreender esse processo perpassa por analisar quem são os principais setores que disputam a renda da terra no estado, no intuito de destacar como esta última corresponde à apropriação privada de parcela da massa da mais-valia produzida na sociedade.

O Consenso de Washington<sup>3</sup>, que promovia reformas econômicas voltadas para a liberalização, a privatização e a diminuição do papel do Estado na economia,

---

<sup>3</sup> O Consenso de Washington refere-se a um conjunto de políticas econômicas e reformas estruturais recomendadas por instituições financeiras internacionais, que são a representação dos interesses do grande capital internacional. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o

teve um papel crucial nesse contexto, incentivando a ampliação do agronegócio por meio de políticas que favoreceram a modernização e a competitividade do setor.

O processo de reconcentração ou manutenção da concentração das terras no Brasil pode ser considerado um mercado em ascensão. Um estudo promovido pela Informa Economics (FNP) apontou um crescimento de 55% em 5 anos no preço geral das terras no Brasil (Instituto Brasileiro de Florestas, s.d.).

A terra vem sendo entendida como um agente econômico, um ativo financeiro, além de ser um investimento relativamente seguro, uma forma de reserva de valor. Nesse cenário, a influência das diretrizes oriundas do Consenso de Washington se reflete na dinâmica de como a terra é não apenas uma unidade de produção, mas também uma mercadoria altamente valorizada no mercado financeiro.

O desenvolvimento do capital financeiro busca gerar saldos comerciais para ampliar as reservas cambiais, para atrair mais capitais especulativos. Os capitalistas que atuam no setor agrícola, passaram os últimos anos investindo na produção de soja, milho, celulose, carvão e minério de ferro, sendo que as 50 maiores empresas agroindustriais de capital estrangeiro e nacional controlam praticamente toda produção e comércio das commodities agrícolas do Brasil (FREDERICO, 2013).

Houve uma crescente centralização de capitais que atuam na agricultura, em que uma mesma empresa controla as sementes, fertilizantes, agroquímicos, o comércio e a industrialização de produtos agrícolas. Nos últimos 20 anos, houve um processo acelerado de desenvolvimento tecnológico, técnico e científico na estrutura da produção agrária.

Para tratar das novas e antigas determinações sobre a questão agrária, é tão necessário situar o debate a partir do contexto contemporâneo quanto compreendê-lo, ainda que de forma breve, numa perspectiva histórica, observando as mudanças que foram ocorrendo no processo de manutenção da concentração da terra no Brasil.

---

Banco Mundial, na década de 1980, orientado pelos interesses norte-americanos, pela sua política de construção de hegemonia dos grandes capitais, fundam um receituário que abrange medidas como a liberalização do comércio, a desregulamentação, a privatização de empresas estatais, a redução das políticas públicas, assim formando uma política neoliberal, que influenciou a formulação de políticas econômicas, ampliando as desigualdades sociais, gerando perda de direitos sociais.

Nesse sentido, é fundamental também o papel da propriedade privada da terra nas transformações que o capital desenvolve atualmente.

Nas condições atuais, as razões do sucesso conjuntural dos vários “setores” que crescem à frente dos demais - agricultura, mineração, hidroeletricidade e exploração de petróleo – decorrem de um conjunto de condições econômicas externas que ressaltam as vantagens comparativas naturais e a apropriação da renda fundiária como um dos principais motores da acumulação de capital no sistema econômico brasileiro.

Através de uma análise social, econômica e política, podemos evidenciar como a defesa da propriedade privada e a manutenção da concentração das terras no Brasil, se conforma como uma determinação central na estrutura econômica, sendo uma das bases do desenvolvimento capitalista nacional. A formação social brasileira é influenciada pela manutenção de privilégios de uma elite nacional que se “aburguesa” e mantém concentrado o poder. Florestan Fernandes (2015), ao tratar da evolução do regime de classes no Brasil, em inícios do século XX, e a decorrente problematização da revolução burguesa, destaca que

Depois da Abolição, a oligarquia não dispunha de base material e política para manter o padrão de hegemonia elaborado no decorrer do Império. Para fortalecer-se, ela tinha de renovar-se, recompondo aquele padrão de dominação segundo as injunções da ordem social emergente e em expansão [...] Essa “crise” – como um processo normal de diferenciação e de reintegração do poder – tornou os interesses especificamente oligárquicos menos visíveis e mais flexíveis, favorecendo um rápido deslocamento do poder decisivo da oligarquia “tradicional” para a “moderna” [...] nesse entrechoque de conflitos de interesses da mesma natureza ou convergentes e de sucessivas acomodações, que repousa o que se poderia chamar de *consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil. Foi graças a ela que a oligarquia – como e enquanto oligarquia “tradicional” (ou agrária) e como oligarquia “moderna” (ou dos *altos negócios*, comerciais-financeiros mas também industriais) – logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa. (FERNANDES. 1975: p. 245-246)

O processo de acumulação financeira que o capital agrário representou na economia brasileira foi essencial para o desenvolvimento capitalista. Todo esse movimento se expressa em grandes desigualdades sociais, pobreza, deslocamento forçado do campo para as cidades e violência contra os trabalhadores rurais.

Os economistas usam uma linguagem discreta e podem falar em transferência de custos quanto à industrialização, por exemplo, do setor urbano para o setor rural. Na realidade, o capitalismo neocolonial tanto quanto o capitalismo dependente exigem a partilha desigual, que converte o deserdado da terra em um novo pária social” (Fernandes, 2015, p. 107).

A terra, no processo de formação social brasileira, sempre teve um papel diferenciado, pois sempre representou a manutenção do poder nas mãos de poucas pessoas, sendo apropriada de forma privada e altamente concentrada.

## 1.2 - A renda fundiária e seu desdobramento no processo de exploração do campo brasileiro

A categoria renda fundiária foi desenvolvida no interior da economia política clássica. Dentre os autores que trataram de forma mais sistemática tal categoria, podemos destacar David Ricardo que, em sua principal obra sobre teoria econômica “The principles of political economy and taxation”, publicada em 1817 pela primeira vez, desenvolve a ideia sobre o preço dos cereais em relação ao preço das mercadorias industrializadas estabelecendo uma relação de regulação tendencial entre o trabalho e o capital. Por existir a propriedade da terra, que faz parte de um dos poderes originais e indestrutíveis, parte do produto da terra era destinado a pagar o proprietário do solo.

Sua teoria da determinação da renda baseava-se em duas hipóteses: a primeira era a de que a terra era diferente, em sua fertilidade, e que todas as terras podiam ser ordenadas a partir da mais fértil para a menos fértil; a segunda determinação era a de que a concorrência sempre igualava a taxa de lucros dos fazendeiros capitalistas que arrendassem terras dos proprietários.

Ricardo só considerou a produção agrícola como uma margem de cultivo da terra que não pagava renda juntamente com a indústria, todos os preços podiam ser traduzidos em salários e lucros. Sua teoria definia a renda da terra como “a parte do produto da terra que é paga ao seu proprietário pelo uso dos poderes originais e indestrutíveis do solo” (HUNT, 1989:88), sendo que o autor acreditava que sua teoria do lucro era complementada pelas ideias de Malthus. Assim, em sua publicação “Ensaio sobre a Influência de um preço baixo dos cereais sobre os lucros do Capital”, Ricardo tem como ideia fundante de sua teoria explicações de cunho natural, sendo

determinações absolutas, atreladas a uma lógica formal e estática, que atribui um determinismo a questões que são de ordem do movimento da realidade.

Marx contesta essa lógica, fazendo uma profunda crítica. Ricardo adotava a perspectiva de leis naturais de cunho absolutista, através de análises aritméticas e não sociais. Também analisa a questão do nível de empregos e desempregos que eram os dados que embasavam a teoria ricardiana, analisando matematicamente, dependente da taxa vegetativa da população, a taxa de acumulação de capital e a taxa de exploração da força de trabalho, sendo esses os componentes que regulam o mercado. Essa era a alegação de que as relações naturais poderiam explicar o funcionamento da economia capitalista.

Em "O capital", Marx, na quarta parte do terceiro livro, realiza a crítica a essa categoria de análise de Ricardo, afirmando a renda da terra como um dos componentes que influenciam o valor pago à força de trabalho. Com o barateamento do valor da comida, pode-se alterar o valor do salário, daí a importância da renda da terra, que é dada pela quantidade de produção a partir da terra menos rentável. Além disso, a massa de mais-valia gerada pelo processo de produção capitalista também remunera os proprietários de terra, pois a condição da existência da propriedade privada faz com que uma parcela do lucro global seja destinada ao pagamento da renda da terra.

Segundo Marx (2008) é preciso considerar, na renda fundiária, o caráter específico da agricultura, que o diferencia de todos os outros ramos da indústria, pois a produção agrícola estabelece determinantes que são mediados por condições naturais, muitas vezes. A produção de mercadorias agrícolas é submetida a lógica capitalista e fundamentada pela lógica da propriedade privada. Assim se consolida o poder do latifundiário de apropriar-se de porção crescente dos valores criados e transformar parte da mais valia em renda fundiária. Todo o processo de conglomerados industrial e financeiro se dá de forma peculiar na agricultura. Podemos afirmar que isso ocorre em menor escala do que na indústria, no processo de desenvolvimento histórico do capitalismo.

O preço da terra se altera, aumentando ou diminuindo de acordo com a renda que ela pode produzir, de modo a elevar o preço do produto agrícola<sup>4</sup>. Um solo cultivado

---

<sup>4</sup> A forma do preço da terra, de forma similar ao de outros ativos financeiros, é apenas uma das transformações que se operam no desenvolvimento do capitalismo. Há que considerar, ainda, outras manifestações do capital financeiro nesse mercado, pelo lado

pode gerar uma renda diferencial grande, pequena ou mesmo inexistente, parte se convertendo em produto suplementar excedente. A totalidade da renda de um país pode aumentar com a elevação da quantidade das terras cultivadas. No entanto, isso não implica necessariamente em um aumento ou queda da taxa de renda de um proprietário em específico. Em alguns casos, é possível que terras particulares passem por quedas em sua renda e, mesmo assim, ocorra um aumento da renda do país. O que determina o seu aumento efetivamente é a capacidade produtiva do solo.

Todos os recursos naturais são objetos de monopólio, minas de água, quedas d'água, terrenos bem localizados, dentre outros. Estes contribuem para garantir ao proprietário dos meios de produção a exploração de um lucro suplementar, esse lucro suplementar pode ser entendido como renda subtraída do capital ativo. Com a junção do capital industrial com a propriedade fundiária, o poder dos capitalistas se torna imenso, dificultando “praticamente de residir neste planeta os trabalhadores na luta pelo salário” (Marx, 2008: 1026)

A renda da terra é, portanto, o lucro extraordinário, aquela parte do valor que se transforma em renda não por motivos tecnológicos, mas por motivos sociais, sendo esse um constante no processo de produção, uma parte do lucro extraordinário convertido em renda para o proprietário da terra por existir a propriedade privada. O sobre lucro na agricultura se apresenta como permanente por conta dos terrenos agrícolas se diferenciarem de forma natural pela produtividade.

Ao longo de sua obra, Marx (2008), ainda faz diferenciações importantes sobre as formas de obtenção de lucro através do trabalho em uma determinada propriedade privada. Ele estabelece como uma forma de apropriação a renda diferencial I, se relaciona a questão da distância territorial de um espaço com maior infraestrutura que garante uma maior facilidade para garantir o processo de circulação, ou seja, o desenvolvimento de estruturas como estradas, ferrovias, portos, também influencia no processo de obtenção da renda diferencial I, quanto mais estradas e condições para facilitar o escoamento da produção, mais se valoriza o processo produtivo em determinado espaço.

Para Marx (2008), é mantida constante a renda fundiária, considerando a tendência à queda da taxa de lucro no curso do desenvolvimento do capitalismo, e a

---

da criação e circulação dos títulos de propriedade, à semelhança da potencialidade de emissão do “capital fictício”, analisado por Hilferding. Ademais, há os aspectos peculiares de que se reveste o descongelamento do capital imobilizado na agricultura, operando com o sistema de crédito mediante lançamento de penhor e hipoteca sobre os títulos de propriedade rural. (DELGADO, 2012, p. 50).

consequente queda das taxas de juros com o aumento do capital dinheiro para empréstimos. O resultado é uma tendência ao aumento do preço da terra. Independentemente da renda fundiária e do preço dos produtos agrícolas, a propriedade privada, segundo o autor, "(...) passa por forma nobre de propriedade e, a compra dela, por investimento bastante seguro de capital." (MARX, 2008, p. 833)<sup>5</sup>. Como hipótese, pode-se considerar que, com a ampliação do capital fictício, ocorre a necessidade da busca por processos produtivos que sejam possíveis de lastrear a acumulação de capital, sendo a propriedade privada uma forma que garantir essa materialização da produção de valor.

A renda da terra é fruto dessa mercadoria de caráter especial, um bem da natureza que, pela sua condição jurídica estabelecida pelo modo de produção capitalista, tem a capacidade de ser uma grande reserva de valor. Nesse sentido, a busca por mais territórios se configura como uma forma de garantir ganhos que trazem uma relativa segurança ao processo de produção de capital. PITTA; MENDONÇA (2014, p. 50) analisam, dessa forma, o mercado de terras,

O mercado de terras, caracterizado por operações financeiras com base em títulos de propriedade, assume a função de “descongelar e financiar aplicações fixas de capital (...) como “faces conexas, mas distintas da operação autônoma do capital financeiro ” (Delgado 1985, p. 194). O autor esclarece que o significado particular da propriedade da terra nos moldes capitalistas é explicado por ser um “bem natural não reproduzível, que se constitui em “títulos patrimoniais monopolizáveis (ações, obrigações e títulos da dívida pública) e, ainda, o dinheiro.

E completa,

É da lógica financeira homogeneizar os diferentes rendimentos de diferentes títulos (ibidem, p.195-196). Essa afirmação esclarece a relação entre o mercado de terras e o mercado financeiro, que se entrelaçam no movimento de crise de acumulação de capital).

---

<sup>5</sup> Harvey (2005), no intuito de desenvolver uma leitura sobre a renda da terra na atualidade observa que Marx acrescenta, à diferença de fertilidade, a diferença de localização das faixas de terra como elemento fundante da apropriação da renda fundiária, mas não tira daí todas as consequências. O mesmo Harvey foi quem se encarregou de mostrar a importância da localização como geradora de renda, bem como sua complexa e profícua relação com o capital financeiro. Segundo esse autor (idem, p. 367-372), para que desapareça a contradição entre a lei do valor e a existência da renda fundiária, a terra deve se constituir num campo aberto à circulação do capital portador de juros, ou seja, deve ser tratada como capital fictício. Isso significa que o preço da terra deve refletir a permanente busca do capital por rendas futuras aumentadas.

A produção agrícola também passa a ser um potencial ativo financeiro. Esse arranjo permite a coordenação do processo de utilização da terra, de modo a se garantir sempre os melhores e mais lucrativos usos e a maximizar a produção de valor excedente. A situação ideal é que toda terra seja assim encarada, de modo que todas as outras formas de propriedade da terra desapareçam.

Autoras como Paulani (2016) destacam a utilização da terra como capital portador de juros, aqui entendendo essa categoria como expressão de um processo em que uma determinada relação de D-M-D passa a ter cada vez uma valorização especulativa como centro da produção de riqueza, pois o processo de geração de juros se generaliza.

O dono da terra converte a terra em capital-mercadoria, para ser valorizada como dinheiro que, cedida a terceiros e lançada na circulação, sendo capital não só para si, mas também para os outros, se transforma em valor que possui como valor-de-uso a capacidade de produzir especulação e a capacidade de geração de juros que, muitas vezes, se converte em lucro. Conserva-se como valor e retorna para seu proprietário como um novo valor.

A propriedade privada, aqui tratando especificamente da propriedade fundiária, possui a capacidade de extrair parte do excedente de valor produzido da mais-valia total sob os preços de produção. Ao considerar que historicamente a composição orgânica do capital na agricultura é inferior aos demais setores decorrentes do próprio processo de desenvolvimento do modo de produção, situação que conferiu ao setor uma manutenção de excedente, seja por meio da exploração do trabalho que gera a mais-valia, seja pela condição de apropriação da renda da terra, que é originária do processo de apropriação privada dos bens da natureza.

Importante destacar que, a partir da segunda revolução industrial, sob o influxo de uma intensa elevação da produtividade do trabalho, podendo ser analisada pela alteração da composição orgânica do capital, tem-se a realidade de uma crescente composição do capital fixo em relação ao capital circulante. Essa alteração da estrutura orgânica do capital impõe dificuldades no processo de fluidez do mesmo, alterando, em vários aspectos, o padrão de acumulação. São cada vez mais intensos os processos de crise, aqui entendidos como momentos inerentes à forma capitalista de produção, sendo um momento tanto de explicitar as contradições e, ao mesmo tempo, de renovação e aprofundamento das estruturas de seu funcionamento.

Como forma específica e necessária ao modo de produção capitalista, a propriedade fundiária privada estabelece o monopólio da terra e de todos os bens da natureza nela disponíveis, subordinando a agricultura aos ditames do capital. Ou seja, a propriedade privada da terra confere ao seu “dono” o direito de se apropriar de parte da mais-valia agrícola e da renda absoluta<sup>6</sup>.

É preciso deixar claro que o que importa, para Marx (2008), não é a forma jurídica em que aparece a propriedade privada, e sim sua “...forma econômica adequada ao capitalismo...” (p. 826). Podemos compreender a renda da terra como mais uma forma de dominação do capital sob os bens da natureza. O processo de produção capitalista demanda elementos, recursos não mercantis para garantir o processo de produção, necessita das relações sociais e recursos da natureza para produzir.

O foco do estudo da questão agrária passa, portanto, pelas transformações estruturais, qualitativas e quantitativas, que o capitalismo cria na agricultura, pelo que há de específico ao capital investido na agricultura, o que diferencia dos modos de produção anteriores, ou da indústria capitalista em geral.

Como apresentado anteriormente, é possível encontrar mercadorias vendidas acima dos seus preços de produção,

Não é mister explicar novamente que, ao vender-se uma mercadoria acima ou abaixo do valor, a mais-valia apenas se reparte de maneira diferente, e essa modificação, essa nova proporção em que diversas pessoas repartem entre si a mais-valia, em nada altera a natureza e a magnitude dela (MARX, 2008, p. 47).

Na produção agrícola, isso se torna possível através de dois mecanismos. Em primeiro lugar, quando o solo possui uma qualidade ruim e, ainda assim, ele mantém um valor médio, chega a estabelecer o seu valor elevado em relação ao seu valor real, devido a renda diferencial<sup>7</sup>, que influencia no conjunto dos solos (mesmo os mais

---

<sup>6</sup> Renda absoluta é uma categoria de análise desenvolvida por Marx no livro 3 do capital, como parte apropriada de forma privada pelos donos da terra, a massa de lucros gerada pela sociedade capitalista é dividida em diferentes fontes, sendo a renda da terra uma delas. O valor pago pelo arrendamento pela produção desenvolvida em determinada área, sendo dada pelo valor de arrendamento da terra menos produtiva (MARX, 2008).

<sup>7</sup> Ao desenvolver a categoria renda da terra, Marx (2008) desenvolve formas diversas que o capital encontra de ampliar ou manter seus ganhos, ele caracteriza também o que seria a renda diferencial II, tendo relação com a capacidade da produtividade do trabalho, da gestão financeira, o que se transforma em mercadoria é o direito de explorar a terra e não o bem físico.

desvalorizados), pela proximidade com mercados, estradas, infraestrutura e espaços para comercialização, mantém ganhos superiores como já referido ulterior; em segundo lugar, seriam os terrenos de pior qualidade.

O preço de produção se manifesta em massa maior do que o produto, devido ao aumento da produtividade do trabalho, “bem ao contrário, quanto mais produtivo o trabalho, tanto mais barata cada parte alíquota do produto, pois tanto maior a massa de valores-de-uso em que se configura a mesma quantidade de trabalho, o mesmo valor por tanto” (Marx, 2008, p. 1038).

A renda fundiária favorece o processo de concentração e centralização do capital, pois no processo de disputa da massa de lucro, a produção agrícola pode obter uma parcela cada vez maior, pela apropriação de parte crescente da mais-valia global na forma de renda fundiária, pois as grandes empresas transnacionalizadas vão cada vez mais dominando todo o processo de produção de valor. Tudo isso ocorre em concomitância com a destruição ampliada da base material de produção de riqueza real, com o desenvolvimento das forças produtivas em um modelo depredador dos bens da natureza e que contrata cada vez menos trabalhadores, aprofundando a exploração dos mesmos, ampliando as contradições impostas ao próprio sistema.

Para Marx (2008), toda renda fundiária monetária pode ser capitalizada, como um juro de um capital imaginário qualquer. O autor estabelece, via a taxa de juros praticada no mercado, uma relação entre a renda fundiária e o preço da terra.

O preço da terra não passa de renda capitalizada e, por isso, antecipada. Se a exploração agrícola é capitalista, recebendo o latifundiário apenas a renda, e o arrendatário só pagando pela terra a renda anual, é evidente que o capital desembolsado pelo proprietário para comprar a terra é para ele investimento que rende juros, mas absolutamente nada tem que ver com o capital empregado na agricultura mesma. Do capital que aí opera não constitui parte fixa nem circulante; se proporciona ao comprador o direito de receber a renda anual, de maneira alguma interfere na produção dessa renda. (MARX, 2008, p. 1065).

Pela capitalização da renda, explica como é possível transformar a terra em uma mercadoria e atribuir-lhe um preço, mesmo que ela não tenha valor, por não ser fruto do trabalho, através do processo de criação da renda-dinheiro. O preço de compra, ou valor de troca do solo, se patenteia na relação real de produção que oculta. Não é a partir do solo em si, mas sim a partir da renda fundiária, proporcionada pelo investimento capitalista e exploração do trabalho na agricultura, que se estabelece o preço da terra.

E em razão inversa à taxa de juro vigente no mercado, o autor pressupõe assim a existência da renda para a formação do preço da terra (Preço da terra = Renda fundiária / taxa média de juro), e não ao contrário, como nos capitais em geral, em que se pressupõe o preço do capital para estabelecer seu rendimento a partir da taxa de juros vigente.

A renda fundiária é a variável exógena, é estabelecida pelos contratos de arrendamento na medida da incorporação de terras à agricultura capitalista, enquanto o preço da terra é a variável endógena e que pode variar conforme a renda fundiária e a taxa de juro. Essas categorias foram desenvolvidas e dinamizadas pelo processo de desenvolvimento do capital, surgindo novas determinações na estrutura do modo de produção capitalista.

No contexto do capitalismo contemporâneo, a propriedade da terra estabelece diferentes condições de reprodução do capital; ela, mediante ativos financeiros, títulos no mercado, além de capturar parte da mais-valia produzida, tem cumprido um papel de destaque no processo de manutenção da acumulação do capital e de sua reprodução.

Esse processo implica em centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc., que, por sua vez, fundir-se-iam em sociedades anônimas, condomínios, cooperativas rurais e, ainda, empresas de responsabilidade limitada, integradas verticalmente (agroindustriais ou agrocomerciais), com o objetivo de buscar uma maior parte da taxa média de lucro dos conglomerados. Nesse sentido, sacrificam a lucratividade de determinados ramos, para maximizar a lucratividade do todo.

### 1.3 – Financeirização do capital e suas particularidades no Brasil

Entendemos o capital financeiro como uma relação social abstrata e geral, comandada pelas instituições controladoras da liquidez e dos meios de financiamento como um todo, que envolvem crescentes organizações monopolistas dos mercados.

Neste contexto, a instância financeira assume cada vez maior dominância, como meio de alavancagem de recursos e como gestão superior de circulação e valorização. Dá-se, então, a conglomeração industrial, cruzada com os bancos e/ ou outras instituições financeiras, instâncias necessárias de operação do capital financeiro, que se expressa fundamentalmente pela finalidade de mobilizar (centralizar) e dar mobilidade (fluidez) ao capital, retransformando-o continuamente, de capital real em ativos financeiros (DELGADO, 2012, p. 36).

No processo de financeirização do capital, em que uma porção da produção de capital se descola da base material de produção, gerando o capital fictício que necessita buscar alternativas para se materializar, essa separação da esfera do capital produtivo com relação à esfera financeira é uma das características fundamentais do funcionamento do capitalismo contemporâneo que, por sua vez, assume um significado peculiar com a crescente autonomização e hegemonia das instituições financeiras, crescentemente envolvidas com o comando da centralização e valorização dos capitais.

Esse processo, marcado por uma potencialização muito maior de mobilidade e concentração do capital no conjunto da economia é, ao mesmo tempo, campo de grande instabilidade para o investimento produtivo. Nesse sentido, a terra é uma mercadoria que garante uma relativa segurança para investimentos do capital, sendo um bem natural não reproduzível. Para entender esse processo é necessário esclarecer melhor o que se entende por financeirização.

Importante destacar que, quando pensamos e falamos sobre Brasil, temos que ter em mente o processo de colonização que acarretou a formação social de um continente com países com características similares. Temos um capitalismo dependente que tem suas próprias determinações e usamos esse arcabouço metodológico se faz central para uma análise qualificada da realidade desses territórios.

A formação do capitalismo na América Latina possui determinações específicas. Por contar com países colonizados e principalmente por terem seus processos de colonização com o foco na exploração, formaram-se no continente países marcados pela dependência, dentro de uma estrutura internacional em que países centrais já tinham o modo de produção capitalista desenvolvido. Isso determinou muito o processo de formação dos países do continente latino americano.

A forma através da qual o capitalismo se constituiu aprofundou o controle e domínio do capital estrangeiro nas economias subdesenvolvidas.

Em uma associação com a burguesia nacional, submetida como uma sócia menor, o subdesenvolvimento passa, assim, a ser explicado como forma de ser da economia dependente, parte constituinte do capitalismo global, do processo real de produção e reprodução do capital nos países latino-americanos. (MENDONÇA e MOREIRA, 2022).

Dentro da teoria da dependência, para sustentar a dominação imperialista do centro hegemônico do capital, é necessária a existência de um capitalismo dependente na periferia do sistema. Tais contradições entre a essência e aparência dos processos devem ser desnudadas em sua totalidade pelo materialismo histórico dialético, tendo como ponto de partida a sociedade burguesa e o ponto de chegada na humanidade socializada.

Nessa perspectiva, a aplicação do método materialista marxista na realidade da América Latina implica necessariamente o comprometimento com a transformação da realidade e com a superação da dialética do desenvolvimento, subdesenvolvimento e da dependência, superexploração, do desenvolvimento desigual combinado, da generalização e financeirização do capitalismo mundial, assim como de suas especificidades na expropriação dos territórios e da força de trabalho dos povos latino-americanos (MOREIRA e MENDONÇA, 2022, p. 28).

Dentro da teoria da dependência, o mecanismo da dependência só gera o aprofundamento dela mesma, sendo o movimento dialético do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Essa dialética é entendida, dentro dos marcos do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, estabelecidas para garantir a reprodução ampliada do capital em sua totalidade. Só assim, é possível compreender o curso do subdesenvolvimento de toda a América Latina, em relação dialética com o desenvolvimento nas outras regiões centrais do capitalismo.

Na América Latina, a exportação de bens primários é compreendida como o centro fundamental do processo de acumulação. Os estudos em torno da teoria materialista da dependência expõem especificidades de um padrão de reprodução baseado na superexploração e de um modo de circulação próprios do subdesenvolvimento da dependência. Para Marini (2005), o ciclo do capital na economia dependente separa dois momentos fundamentais, a produção e a circulação das mercadorias. Ao deslocar a realização das mercadorias para o mercado externo, a especialização de bens primários exportadores das economias latinas separa o produtor do consumidor.

Ao analisar os dados sobre a América Latina, se evidenciam grandes investimentos de empresas multinacionais, sendo isso uma evidência do processo de acumulação imperialista. São processos de exploração de bens intermediários e de capital, que garantem uma inserção dessas economias à sociedade industrial, havendo a exploração direta de capitais e de financiamentos por meio do FMI, sempre

em busca de garantir segurança aos investidores estrangeiros e na tentativa de manter as economias desses países ditas como estabilizadas, dentro dos parâmetros de interesse internacional (MOREIRA e MENDONÇA, 2022).

Dentro da análise da teoria da dependência, o subdesenvolvimento da América Latina não é uma fase de desenvolvimento do capitalismo para os países da chamada periferia ou uma deformação. É, antes, uma forma *sui generis* de desenvolvimento moderno capitalista na região, se configura como uma particularidade do processo de constituição do capitalismo.

Como já afirmado anteriormente, a categoria superexploração deve ser compreendida a partir desse rigor conceitual como a forma e conteúdo das determinações do processo de produção, acumulação e apropriação de valor, cuja principal característica está atrelada a compensação das transferências de valor da periferia ao centro do capitalismo mundial, através do baixo valor pago à força de trabalho. É sempre um valor abaixo do seu valor de produção e reprodução, significando sempre manter uma classe trabalhadora extremamente empobrecida e sem as condições básicas adequadas para sua reprodução enquanto trabalhador. Tal situação contribuiu para um menor tempo de vida do trabalho, impactando diretamente nas condições de reprodução da força de trabalho, tornando ainda mais penoso o processo laboral e as condições estruturais de classe trabalhadora como um todo, que é forçada a sobreviver em condições muitas vezes sub-humanas, lidando com todas as mazelas provocadas pelo sistema capitalista de forma brutal e violenta.

São combinados mecanismos de extração de mais-valia através do prolongamento e da intensificação da jornada de trabalho, ampliando as margens de apropriação do valor pelo capital, não restando nem mesmo para o pagamento da força de trabalho o valor que deveria ser destinado ao trabalho socialmente necessário para a reprodução dos trabalhadores como classe. Em Marini (2005), a superexploração incide nos preços, garantindo, assim, o pagamento ao conjunto dos trabalhadores de um valor abaixo do valor de produção e reprodução da força de trabalho, situação que faz com que a própria existência humana seja depreciada e negada.

É importante salientar que para nós não se trata de transgredir a lei do valor, mas sim de reconhecer que no capitalismo ela se impõe por meio da oscilação dos preços em torno do próprio valor e do trabalho socialmente necessário, de modo que esse valor total seja igual ao acréscimo decorrente da utilização da força de trabalho expressado

no somatório dos preços das mercadorias. Portanto, a tradição marxista da teoria da dependência respondeu e responde de forma crítica às teses progressistas e liberais colocadas em debate desde aqueles tempos remotos e que se reproduzem nos discursos neoliberais atuais (MOREIRA e MENDONÇA, 2022, p. 32).

Outro aspecto que vem sendo central no processo de fortalecimento da dependência é a intensificação da exploração dos bens da natureza, com investimentos do capital estrangeiro que, somados aos altos ganhos especulativos sobre os preços das terras, em uma realidade de ampliação da apropriação da renda da terra e dos lucros produzidos pelo processo centrado na lógica agroexportadora, garantem preços abaixo dos custos de produção das mercadorias como alimentos e bens da natureza centrais para seus ganhos, sempre tendo como base a superexploração da força de trabalho.

É importante destacar que, na atualidade, a concorrência pelos bens da natureza, por terras e recursos humanos na América Latina vem se acirrando, pois vivemos um cenário de crises cada vez mais intensas que se expressam de diversas formas, seja no campo econômico, social e cultural. Os países capitalistas centrais vivenciam um processo de esgotamento, em uma grande crise ambiental e uma destruição acelerada da natureza que vem intensificando as mudanças climáticas, e implementam uma disputa mais acirrada na realização de investimentos e planos de expansão de taxas de lucros que garantam a ampliação da reprodução do capital.

## Capítulo 02- O papel do capital financeiro na economia e seus desdobramentos no campo

Este item se dispõe a entender a fase contemporânea do capitalismo, em que os mercados estabelecem funcionamento cada vez mais globalizado, com economias integradas sob uma hegemonia do capital financeiro transnacional, tendo como marco a forma de reprodução do capital a partir da década de 1970. Nesse item, pretende-se problematizar categorias desenvolvidas por autores do campo marxista que se desafiam a atualizar a leitura sobre o capital financeiro, buscando as novas determinações históricas e sociais do modo de produção capitalista, sabendo que a base estrutural do sistema não se alterou, mas que, com o avanço das forças produtivas, surgem novas relações sociais que conseqüentemente compreendem novas determinações, em uma estrutura de desenvolvimento globalizado, sendo fundamental compreender e ler a realidade a partir dessas determinações. Esse modo é marcado pela importância da lógica da especulação, ou seja, por decisões de compra (venda) de ativos comandadas pela expectativa de revenda (recompra) com lucros em mercados secundários de ações, imóveis, moedas, créditos, commodities, terra e vários outros ativos. De acordo com Chesnais (1996), que designa este processo contemporâneo como a “mundialização do capital”:

O estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Seu veículo são os títulos (securities) e sua obsessão, a rentabilidade aliada à ‘liquidez’” (CHESNAIS, 1996, p. 14-15).

A financeirização é sistêmica e de escopo mundial, pois impacta as relações econômicas internacionais e as torna crescentemente transnacionais, atravessadas por fluxos de capital que extrapolam fronteiras capazes de influenciar o comportamento de economias nacionais. Isso não quer dizer que todos os países integrados à economia mundial capitalista experimentam o mesmo grau de aprofundamento da financeirização, mas bancos, empresas, grandes investidores e famílias (por meio de investidores institucionais) tendem a ser atraídos pelos ganhos esperados pelas atividades especulativas que influenciam a própria estrutura de setores econômicos e dos mercados de câmbio, commodities e de trabalho. Chesnais (1996) assinala que:

A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a

existência dos Estados nacionais. Esses processos, no entanto, acentuam os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo que redesenham sua configuração. [...]. O abismo que separa os países participantes, mesmo que marginalmente, da dominação econômica e política do capital monetário rentista, daqueles que sofrem essa dominação, alargou-se ainda mais (CHESNAIS, 1996, p. 18-19).

Com a predominância de um capital portador de juros, temos uma remuneração cada vez maior dessa parcela de organização capitalista, os rentistas. O capital portador de juros é gerado a partir da expectativa da geração de produção de fato, mas tendo um processo de dinheiro que se transforma em mercadoria que se autovaloriza. Se, no período moderno da produção capitalista, o capital bancário centralizava o capital gerado a partir da estrutura de produção, através da transformação das mercadorias em capitais acumulados, sempre buscando se valorizar, ele significava reinvestir no desenvolvimento das forças produtivas.

Com a complexificação das relações de produção, das relações sociais, o sistema necessita se ampliar e desenvolver nos diversos aspectos. Com o que podemos denominar de capitalismo monopolista, que é marcado por intensas crises que são inerentes ao sistema, o final do século XIX se destaca pela relação do capital produtivo e o capital financeiro, com a predominância ulterior deste.

O processo de acumulação de capital necessita que o valor altere sua forma. Assim, em permanente movimento, ele se realiza e se valoriza, gerando mais capital. A produção de valor está alicerçada na produção de capital fictício, que se apropria do capital gerado nas outras esferas de organização do modo de produção capitalista, o processo de reprodução do capital também se dá através da valorização na economia, tendo uma tendência de reprodução.

Os Estados passaram a depender mais das receitas tributárias geradas pelos movimentos de expansão financeira, porém experimentam desequilíbrios fiscais severos depois das crises financeiras verificadas regularmente desde a década de 1980. Teoricamente, a financeirização envolveu o ganho de autonomia e influência do capital fictício sobre o conjunto das economias capitalistas.

O conceito de capital fictício foi cunhado por Karl Marx no Terceiro Volume d' *O Capital* (2008, capítulos XXV a XXXI) para designar as formas de "capital bancário" (às vezes designado de "capital monetário" no livro, em oposição ao "capital real", aplicado em atividades produtivas e comerciais) que representam títulos de

propriedade sobre a riqueza futura, seja na forma de ações de empresas, duplicatas comerciais ou títulos públicos, ativos financeiros.

Marx (2008) chegou a incluir na categoria de capital fictício mesmo os novos depósitos criados pelos bancos em suas atividades de empréstimo, uma vez que eles não equivalem às reservas reais de moeda nos bancos e sim a um múltiplo delas, e dependem de uma crença fictícia quanto aos retornos futuros dos empréstimos<sup>8</sup>. De fato, tanto os títulos de propriedade quanto o capital de empréstimo portador de juros dependem de uma avaliação dos rendimentos futuros esperados que pode se mostrar errônea, ilusória, enganosa, por depender de um crédito incerto, de uma convenção ficcional sobre condições futuras desconhecidas.

Os títulos de propriedade, contudo, levam a aparência e a ficção a um estágio superior, pois são cotados em mercados secundários nos quais os preços dos ativos financeiros podem flutuar autonomamente em relação à riqueza real cuja propriedade representam. Essas alterações de preço podem ter vinculação direta com os rendimentos esperados nas atividades do “capital real” financiado (capitalizados para valor presente), e podem não estar relacionado a determinações próprias, ao mercado financeiro associadas seja à mudança no custo do dinheiro (taxa de juros), seja à mudança de expectativas quanto aos próprios preços futuros desses ativos financeiros.<sup>9</sup>

Podemos destacar que, no pós-Segunda Guerra Mundial, período conhecido também como a “Era de ouro do capitalismo” (1945-1975), houve um forte fluxo de

---

<sup>8</sup> Nas palavras de Marx: “Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título de dívida aparece, em diferentes mãos, sob diversas formas. A maior parte desse ‘capital monetário’ é puramente fictícia. Todos os depósitos, excetuado o fundo de reserva, são apenas créditos contra o banqueiro, mas nunca existem em depósito. À medida que servem para operações de compensação, funcionam como capital para os banqueiros, depois de estes os terem emprestado. Eles pagam entre si os direitos recíprocos sobre os depósitos não existentes mediante compensação mútua desses créditos... Assim como a mesma peça de dinheiro pode efetuar diferentes compras, conforme a velocidade de sua circulação, ela pode servir igualmente para realizar diferentes empréstimos, pois as compras fazem-na passar de uma mão para outra e o empréstimo é apenas uma transferência de uma mão para outra, que não é mediada por nenhuma compra” (Marx, 1987, p. 8-9).

<sup>9</sup> De acordo com Marx (2008): “Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio, e a concepção do capital como autômato que se valoriza por si mesmo se consolida. Mesmo lá onde o título de dívida – o título de valor – não representa, como no caso das dívidas públicas, um capital puramente ilusório, o valor-capital desse título é puramente ilusório... O movimento autônomo do valor desses títulos de propriedade, não apenas dos títulos da dívida pública.

valores, causando profundas alterações na estrutura de circulação de capitais. Por meio do acordo Bretton Woods<sup>10</sup>, foram criadas estruturas que ainda seguem relativamente em vigor, que possibilitaram regular os fluxos e os envios de capitais.

Foi um período marcado por uma grande incidência do Estado para regular e efetivar ações para manutenção do capital. Posteriormente a essa chamada “era de Ouro”, o capital chega em um momento de estagnação. Para manter os lucros do capital, temos, em 1970, a crise em que são desenvolvidas as bases do neoliberalismo.

Com a crise do sistema de Bretton Woods, tem-se capitais que não conseguem se valorizar e o capital que busca formas de se valorizar. Uma parte desse acúmulo de riquezas migra para os países periféricos, através da cobrança das dívidas feitas na década anterior. Estes países têm suas dívidas acrescidas, sendo apropriadas, cada vez mais, por grandes mercados internacionais, ocorrendo o endividamento dos países, que, ao mesmo tempo, gera a possibilidade de realização desses valores que foram frutos de dívidas a juros exorbitantes<sup>11</sup>.

Nesse processo, o capital revoluciona suas bases tecnológicas. Com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação, se ampliam as possibilidades de desenvolvimento de novos ramos que acumulam uma considerável parcela de riquezas, além dos bancos consolidarem novas formas de atuação no campo dos investimentos através dos fundos de pensão, criação de ativos financeiros, sociedades anônimas, letras de câmbio, precatórios, etc.

---

<sup>10</sup> Podemos destacar o acordo de Breton Woods como marco de reorganização da economia mundial do século XX, em que o dólar é estabelecido como moeda mundial, passa a substituir o padrão ouro, são criadas estruturas como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, assim reorganizando o sistema monetário internacional, tendo hegemonia os Estados Unidos, que importam para boa parte do mundo o padrão norte americano de consumo e de produção e reprodução social.

<sup>11</sup> De acordo com Delgado (2012, p. 67), assim como a renda fundiária, os juros do capital dinheiro reivindicam uma fatia crescente do lucro agrícola, segundo uma lógica estritamente financeira de retorno do capital, penalizando fortemente os pequenos capitais cativos do setor agrícola e carentes de estratégias mais abrangentes de diversificação multissetorial dos investimentos.

## 2.1 – Impactos da financeirização na agricultura e a particularidades da realidade brasileira

Quando se analisa o processo de financeirização, em um primeiro momento, buscou-se compreender de que forma geral esse movimento acontece na economia capitalista. Agora, faz-se necessário compreender de que forma se articulam essas categorias na realidade do capital agrícola fundiário, quais são as determinações e rebatimentos no processo de exploração do trabalho e dos bens da natureza que compõem questão central na reprodução do capital no campo.

A formação dos monopólios assegura poder suficiente para que grandes empresas possam demandar acesso a créditos e subsídios, o que expressa uma crise de sobre acumulação através do aumento da composição orgânica do capital, que vem influenciando o processo de trabalho no campo. Mandel caracterizou este processo como “crise de supercapitalização, que ocorreria quando “a massa total de mais-valia disponível nos permite mais assegurar a todos os capitais a taxa de lucro esperada” (Mandel 1990, p.33); (PITTA, MENDONÇA, 2014: 58). A crise acentua o processo de descolamento do capital-dinheiro em relação ao processo produtivo, estimulando maior exportação de capitais para a periferia do sistema, em busca de valorização, situação que intensifica a disputa de bens da natureza, assim trazendo para o centro da discussão a questão da terra.

Neste contexto, se insere a crise das dívidas dos países periféricos, pois o mercado de terras e o mercado financeiro se entrelaçam no movimento de crise-acumulação de capital. A alternância entre momentos de circulação (expresso no mercado de dinheiro) e de imobilidade do capital (que se expressa em ativos financeiros das empresas, como terra e capital constante) tem como objetivo apresentar tais ativos como garantias para acesso a crédito, o que estimula a acumulação de capital com base em novas dívidas.

De acordo com dados do GRAIN 2020, nos últimos anos, o mercado de terras é marcado por um massivo investimento do Banco Mundial no processo de digitalizar a governança da terra e dos recursos naturais, como os U\$ 45,5 milhões de dólares específicos para inscrição de imóveis rurais particulares do Cerrado brasileiro no Cadastro Ambiental Rural (CAR), ou os U\$ 100 milhões de dólares para o cadastro multipropósito na Colômbia.

A América Latina é a região com maior desigualdade na concentração de terras no mundo: 1% dos proprietários rurais concentra 51% das terras agrícolas. Enquanto o conjunto da região representa um já elevado índice de GINI de 0,79, na América do Sul segue a maior concentração em todo o continente, com índice de 0,85. Tais elementos nos trazem a centralidade do mapeamento e do movimento de concentração de terras para o desenvolvimento e manutenção do modelo de dominação do capital.

A agricultura, como os demais setores, segue as leis do capital que determinam o desenvolvimento das forças produtivas, a lógica do capital só produz se tem lucro e a concentração da propriedade da terra faz parte da lógica do capital assim como a centralização também é um componente da produção no campo. A perspectiva de taxa de retorno no processo de aplicação de capital na produção agrícola e na especulação, através da questão da propriedade privada, destaca a apropriação privada da terra como um elemento central do desenvolvimento capitalista.

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política (FERNANDES, 1998, p. 3).

O desenvolvimento de instrumentos e técnicas de trabalho na agricultura cada vez mais elaborados, e das forças produtivas de um modo geral, ao longo dos séculos XX e XXI, seguiu este mesmo padrão de acumulação e concentração de terras e recursos naturais. Enquanto proporcionar o aumento da produtividade, o desenvolvimento econômico pode superar, em grande parte, os fenômenos até então associados à fome e à desnutrição devido ao baixo desenvolvimento das forças produtivas. A atual fase de desenvolvimento social seria capaz de garantir a alimentação e condições dignas a toda humanidade, mas, devido a lógica do lucro e da transformação de tudo em mercadoria, se produz ao mesmo tempo a fome e a miséria.

Com a hegemonia do capital financeiro, através das empresas transnacionais oligopolizadas que centralizam a produção, se mantém a necessidade no processo de

produção de riqueza que segue em uma escala mais ampliada. Ao mesmo tempo, em contradição, se produz desigualdades sociais que ampliam cada vez mais a pobreza e a fragilização nas condições de vida da classe trabalhadora que cada vez é mais explorada e tem sua reprodução de vida enquanto ser humano cada vez mais precarizada.

Dando continuidade a estas reflexões, busca-se realizar uma análise geral sobre o desenvolvimento da financeirização na agricultura no Brasil, com objetivo de construir as bases de análise da questão agrária na atualidade, trazendo elementos do processo de consolidação do agronegócio no Brasil, questão que afirma o papel na divisão internacional do trabalho que o país na acumulação de capital e como isso vem influenciando nas disputas dos territórios, situação que agrava a vida da classe trabalhadora que vive e trabalha no campo.

Aqui a base para a análise da questão agrária na atualidade é entendê-la como uma área do conhecimento que busca compreender a evolução das classes sociais no campo.

O termo *questão agrária* é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra. Ao se fazer o estudo da forma de organização socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a questão agrária daquele país. (STEDILE, 2013, p. 639)

Na sociedade capitalista, a terra se torna uma mercadoria de caráter especial, pois não é fruto do trabalho, não podendo, por isso, ser considerada uma mercadoria, mas por estar determinada por condições jurídicas específicas. Sendo propriedade privada, se transforma em um meio de acumulação de riqueza, isto é, abordado dentro do modo de produção que se desenvolve na agricultura capitalista, considerando as transformações nas forças produtivas e nas relações sociais de produção que propicia e, sobretudo, as contradições que cria.

Estas atuam em uma dialética simultânea de afirmação e negação das leis gerais do modo de produção, também em permanente movimento e transformação. Dentro dessa estrutura de produção, o sistema capitalista tem uma dependência dos condicionantes dos meios naturais, necessita dos bens da natureza e da força de trabalho humana para produzir mercadorias e assim se reproduzir. Devido a essa necessidade permanente de consumo, em todos os espaços dominados pela lógica do

capital são submetidos aos seus interesses e o campo está dentro dessa realidade, sendo fundamental compreender as determinações presentes na questão agrária.

O modo de produção capitalista precisa reproduzir tudo como mercadoria, se apropriando do que for preciso de forma privada, tanto das relações naturais quanto das relações sociais, sempre na busca de eliminá-las do processo de produção. Assim, ao mesmo tempo, as relações sociais geram contradições, mas apresentam contradições que abrem possibilidades para outras formas de reprodução social, quando olhamos para os sujeitos que atuam no campo. Para entender a questão agrária, é central olhar para o processo de lutas e disputas presentes nos contextos.

A forma como se organiza a propriedade fundiária, a posse e o uso da terra e seus recursos naturais para a produção da agricultura são elementos essenciais para uma boa análise, assim como a sua integração com a indústria e com os outros setores e atividades econômicas. Assim, pode se caracterizar a questão agrária em determinada sociedade em um certo período histórico.

Do processo de produção capitalista instalado no espaço agrário, desenvolve-se um complexo de categorias com suas legalidades específicas que se conformam como partes de formas do capital, fundamental para a compreensão do processo global de produção e reprodução capitalista, sendo uma das formas de apropriação do valor produzido pelo modo de produção do capital a renda fundiária. A partir dela, busca-se apreender de uma realidade complexa e contraditória, reforçada pelo progresso e o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção no capital agrário, seus aspectos gerais, como suas singularidades.

Com o desenvolvimento dessa área do conhecimento, é possível analisar como as forças produtivas e as lutas sociais refratam em diversas contradições no espaço rural, havendo pesquisas de diferentes naturezas no campo da história, da sociologia, da ciência política, da literatura, serviço social, geografia etc...

Na atual fase do modo de produção capitalista, é possível visualizar uma ação cada vez mais conjunta entre capital comercial, capital financeiro e capital agrário, o que remonta o processo de desenvolvimento das forças produtivas no campo que geram relações sociais contraditórias, resultando em uma nova composição de classes no campo brasileiro. Nessa união pacífica e sem contradições, se esconde uma relação simbiótica entre a burguesia agrária brasileira e os monopólios transnacionais que estão cada vez mais integrados.

Essa luta pela apropriação de riquezas não necessariamente leva ao conflito de interesses dessas duas frações da burguesia. Ao contrário, intensifica a exploração dos trabalhadores e dos territórios para a compensação de perdas na sua relação, já que a tendência da queda de lucros do capital faz com que seja um processo constante a busca pela ampliação da acumulação/ exploração ou a manutenção dela.

Os países ditos periféricos cada vez mais se especializam em produzir para atender as necessidades dos países centrais, produzindo alimentos e matéria-prima, como forma de complementar a demanda por insumos de indústrias de alta tecnologia e a manutenção de salários, assim mantendo as desigualdades. Com esse processo, as mercadorias produzidas pelos países centrais têm uma alta incorporação de tecnologia, com processos de ponta de industrialização, atendendo demandas tanto do mercado externo quanto interno.

Dentro do processo de formação socioeconômico brasileiro, podemos evidenciar uma permanente ação da elite e da burguesia nacional em manter a propriedade da terra concentrada, tanto no campo como nas cidades, sendo este um crivo para pensar a formação das classes sociais no Brasil. Considerar a posse da terra como um determinante nesse processo, somado às condições da organização do trabalho, contribui para pensar no seu processo de formação. Na medida que vimos o avanço da capital para a agricultura, vimos também a valorização das terras e juntamente uma diminuição dos camponeses e dos trabalhadores rurais.

Durante o período de ditadura civil-militar, de 1964 a 1985, podemos afirmar que existia um pacto na economia política brasileira, na qual o capital tinha, como estratégia para a acumulação, a expansão complementar agroindustrial, o mercado de terras e o crédito rural, que é a gênese do capital financeiro na agricultura.

O Estado estabelece uma aliança de classes através das políticas de desenvolvimento mercantil, a regulação e financeirização da economia agrária. Temos a criação do INCRA, em 1970, que tinha como objetivo povoar as fronteiras do país, "garantindo a segurança nacional"; ampliar as fronteiras agrícolas, avançando, assim, na produção da terra e aliviando os conflitos por ela.

Nessa rápida transformação, que abarca o período dos anos 60 e 70, fica para trás a velha diferença horizontal latifundista, em latifúndio plantacionista, pecuarista e extrativo-vegetal, com sua perspectiva regionalista, para surgir em seu lugar a diferenciação vertical latifundista em latifúndio modernizado e latifúndio não modernizado, com a nova regionalidade (DELGADO, 2013, p. 62)

O capital financeiro no Brasil é fruto da fusão dos monopólios fundiários industriais e bancários, e não apenas dos monopólios industrial e bancário, como ocorre nos processos mundiais de formação do capitalismo monopolista.<sup>12</sup> O que vale observar é que, ao lado dos grandes proprietários fundiários, só os banqueiros dispõem de igual ambiguidade de atuação no mercado brasileiro, pois o desenvolvimento do capital financeiro se faz atrelado ao desenvolvimento do agronegócio,

quando se afirma que a primeira e principal força de polarização e concentração de poder no Brasil se sustenta ainda na concentração fundiária, que remonta à época colonial. Passando por várias formas de propriedade, posse e uso da terra, desde a exploração das sesmarias de propriedade da coroa portuguesa, passando pelo sistema de plantations, e perpetuando-se nos diversos ciclos de exportação de produtos primários, até tomar a moderna forma da propriedade privada fundiária base da agricultura capitalista, que atualmente identificamos como o Agronegócio (DELGADO, 2012, p. 51).

No desenrolar da questão agrária no Brasil, os anos de 1950 e 1960 são marcados por uma efervescência social no campo, devido às ações de luta na busca por direitos trabalhistas, por acesso à terra e na defesa de territórios apropriados pela expansão agrícola. Temos a “revolução verde”<sup>10</sup> que influencia profundamente a produção no campo, trazendo um discurso de desenvolvimento, mas que vem no intuito de ser um modelo que intensifica a exploração do território e dos camponeses.

Esse período é marcado por muitos conflitos no campo, o que gera um alto índice de mortes e violência. O Estatuto da Terra<sup>13</sup> solidifica as contradições de

---

<sup>12</sup> Como exemplo, podemos pensar em grandes cooperativas que, na verdade, consistem em mais uma estratégia de desenvolvimento dos capitais no campo, a COTRIJUI, formada por empresas de construção rodoviária e do capital industrial em geral, Carmago, grandes empresas do ramo seguros/imóveis e bancos. A esse grupo de instituições privadas operantes no mercado de terras, deve-se ainda incluir as agências estatais de terras, as quais, capitaneadas pelo estado, exercem uma importante função política de regulação desse mercado (Delgado, 2012).

<sup>13</sup> De acordo com Stedile (2005) o Estatuto da Terra foi a primeira lei de reforma agrária do Brasil e expressou o anseio de uma sociedade que já discutia o tema da reforma agrária a muitas décadas. O golpe civil-militar teve como um dos principais opositores os movimentos camponeses, sendo duramente perseguidos e destruídos com mortes e exílios. A promulgação do Estatuto da terra representou em suas linhas grandes conquistas e avanços para o debate sobre a reforma agrária clássica e uma forma de responder uma questão que estava colocada para toda a sociedade brasileira, o documento pensa o desenvolvimento do campo dentro da lógica de integração capitalista, com pontos muito avançados, mas na prática não houve sua implementação. Ficando como letras mortas que serviram mais para o avanço do capital para região norte, amazônica do país, sem avanços no desenvolvimento de uma efetiva reforma agrária no Brasil.

classes dos anos 1950-1960, sintetiza tanto o nascimento das Ligas Camponesas, que atuam desde 1955, quanto o do regime militar das forças antirreforma, desde 1964.

Podemos destacar que a ditadura civil-militar foi fundamental para frear o processo que estava em curso, de realização das reformas de base fundamentais para as classes trabalhadora no Brasil, com a adoção de uma postura que podemos inclusive entender como contraditória: temos a "modernização conservadora"<sup>14</sup>, pois introduz tecnologias avançadas, ao mesmo tempo que são conservadas formas de trabalho do período colonial, situação que garante a oligarquia aliada ao governo militar um processo de manutenção de privilégios.

Além disso, há uma legislação avançada progressista em dois aspectos: o enfrentamento à pobreza, com destaque para o nordeste brasileiro, e a questão do acesso à terra através de políticas públicas, mas que, na prática, em quase nada se efetivou. No entanto, tais questões tiveram seu papel para minimizar os anseios populares que questionavam a estrutura agrária. Através das medidas adotadas, foi possível calar os movimentos sociais que atuavam no campo e apresentar alternativas satisfatórias para o conjunto da sociedade, além de inserir definitivamente o campo brasileiro na estrutura capitalista de produção, através da preservação da concentração da propriedade da terra.

O Estatuto da Terra, que aparentemente tinha o objetivo de combater o minifúndio e o latifúndio, realizar a desapropriação através de títulos da dívida pública e a "noção de punição ao latifúndio", permanece apenas no papel. Essas contradições presentes nesta legislação, que difere muito do que foi a política para o campo durante

---

<sup>10</sup> A chamada revolução verde tem suas bases no processo de fins da segunda guerra mundial em que muitas das tecnologias desenvolvidas como os agroquímicos, que eram uma das armas de guerra, passam a ser utilizadas na produção agrícola. A revolução verde, pode ser identificada como um conjunto de medidas que altera o processo de produção, através da implantação ainda maior da produção em larga escala, através dos chamados pacotes tecnológicos, que são produzidos e vendidos da semente, adubo aos agrotóxicos para a produção. Em uma lógica de padronização da produção dentro do que o mercado necessita. Esse processo vem com o objetivo de ampliação da produção e, no caso brasileiro, avançar na inserção do campo no processo de desenvolvimento capitalista.

<sup>14</sup> De acordo com Delgado, a modernização conservadora da agricultura brasileira pode ser compreendida como a morte do movimento em defesa da reforma agrária, por ser a integração da agricultura capitalista com a economia urbana e industrial e com o setor externo, "foi também uma maneira de responder os intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma

a ditadura, tem relação direta com a necessidade de o governo dar respostas aos anseios sociais.

Dessa forma, a ditadura consegue fragilizar imensamente as organizações dos trabalhadores rurais, intensifica a perseguição às lideranças dos movimentos camponeses, com morte, tortura e exílio. Ao mesmo tempo, apresenta medidas concretas para o campo brasileiro, atendendo os anseios populares, e garante toda estrutura para o desenvolvimento do capital financeiro desenvolver na agricultura<sup>15</sup> diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais do Brasil, estancadas durante quase vinte anos no nível de 1 a 1,5 bilhão de dólares por ano (Delgado, 2012: 13).

Podemos afirmar que a ditadura civil-militar é a responsável pela passagem da economia agrícola convencional, que se baseava no grande capital agroindustrial mais sistema de crédito público, agroindústria e propriedade fundiária, para uma agricultura integrada tecnicamente com a indústria. Essa modernização conservadora na agricultura, sempre amparada na renda da terra, contribui para o fortalecimento de um pacto entre as cadeias agroindustriais, os grandes proprietários fundiários e o Estado.

A política de crédito rural subsidiado não apenas permitiu reunificar os interesses das classes dominantes em torno da estratégia de modernização conservadora da agropecuária brasileira, como também possibilitou ao Estado restabelecer o seu poder regulador macroeconômico mediante uma atuação dos mercados monetário-financeira expansionista. Não é sem outra razão que a política de crédito rural é considerada o carro-chefe da modernização conservadora até o final dos anos 1970.

O volume total de contratos de financiamento, nas três modalidades de crédito (custeio, investimento e comercialização), saltou de 1,14 milhões de contratos em 1969, para 2,37 milhões, em 1979. Os

---

<sup>15</sup> A questão agrária dos anos 1960 apresentava também uma proposta de reestruturação da propriedade rural. Contudo, o contexto histórico e teórico da proposta era bem diverso. Cogitava-se, com diferentes matizes de interpretação, de desenvolver o capitalismo no campo, expropriando terras não utilizadas de proprietários rurais pré-capitalistas ou não capitalistas. Não faltou, até mesmo nessa abordagem, a caracterização explícita sobre a persistência de restos feudais na agricultura brasileira, tema que provocou uma acesa discussão no seio da intelectualidade entre as correntes favoráveis à tese do feudalismo, tendo a seu favor nomes do peso de Ignácio Rangel (1962), Alberto Passos Guimarães (1974), e outros; e de outro lado, como pioneiro no combate às teses de “restos feudais”, o trabalho de Caio Prado Jr, explicitado mais detalhadamente no livro *A revolução Brasileira* (1966) (DELGADO, 2013 :68).

números de contratos com custeio agrícola saltaram de 674 mil, em 1969, (correspondendo a 58,9% dos contratos do financiamento agrícola) para 1,3 milhão, em 1979 (correspondendo a 57,9% do total) (Martins, 2022, p. 185).

Entre 1967 e 1986, temos um surto de valorização fundiária do Brasil, pois ele reflete o aumento exorbitante das commodities. É importante destacar que o mercado de terra é valorizado na medida que se constituíram os grandes ciclos de expansão agrícola, aliados a ações governamentais que historicamente contribuem nesse processo, considerando o papel central no desenvolvimento capitalista que o Estado brasileiro teve.

Já na década de 1980<sup>16</sup>, com uma grande organização da classe trabalhadora, tem-se um quadro de estagnação do desenvolvimento do capital no campo, no preço da terra e uma diminuição nos ganhos com a renda da terra. Essa realidade permanece até o início da década de 1990. A agricultura, a partir da década de 1980, tornou-se um ramo de aplicação de capitais como qualquer outro, obtendo uma taxa de lucro próxima dos demais setores industriais. O capital passou a se reproduzir na agricultura com a mesma lógica que se reproduzia nos setores industriais. Essa forma de reprodução ampliada tornou-se a forma hegemônica de geração de riqueza no campo brasileiro, submetendo as outras formas econômicas, como as formas camponesas, inseridas em um circuito de reprodução mercantil simples (Martins, 2022).

Seja reproduzindo, seja convivendo nas relações dos camponeses, o capital, ao fazê-lo, busca captar a renda da terra por eles gerados, seja pelos mecanismos das trocas desiguais de preços (compra a preços elevados de insumos, equipamentos, máquinas e venda a preços deprimidos dos produtos agrícolas), seja pelo mecanismo de pagamento de juros frente aos recursos contratados, via agentes financeiros (bancos) ou via agentes comerciais que financiam a produção camponesa (nesse caso, cerealistas, cooperativas, atravessadores, entre outros agentes) (BARTRA, 2015 *apud* MARTINS, 2022, p. 226).

---

<sup>16</sup> É fundamental destacar o processo de reorganização da classe trabalhadora, temos um dos mais importantes momentos das últimas décadas no sentido de fortalecimentos das lutas sociais. A década de 1980 é marcada pela fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Partido dos Trabalhadores (PT) e pela fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, além das diversas outras organizações que são fundadas nesse período. Hoje, o MST é o maior movimento social da América Latina, sendo uma referência para toda a esquerda brasileira e o principal movimento social do Brasil, estando presente em 24 estados da federação. Atua em diversas frentes e com certeza é responsável pela manutenção da luta pela reforma agrária na atualidade. O MST completou 40 anos de existência em 2024.

Com o acúmulo de capital, existia a possibilidade de obter crédito para modernizar a agricultura. Em meio a ditadura, o Estado brasileiro financiou o processo de modernização do campo, devido ao grande crédito que estava sendo oferecido em nível internacional naquele momento. As grandes guerras desenvolveram tecnologias que foram incorporadas ao processo de produção, como, por exemplo, os agrotóxicos, uma forma de produção que é desenvolvida para o capitalismo agrário. A incorporação dessa tecnologia, o processo de endividamento dos estados, que contribui para a modernização conservadora ocorre de forma violenta no campo.

Outro elemento que se destaca no processo de redemocratização política, foi a crítica nascente, por diversas instituições de pesquisa, que já analisavam o modo de desenvolvimento agrícola que vinha sendo desenvolvido, pois já se manifestava uma crise ambiental. Com a lógica de produção dependente, que garantiu uma diminuição da mão de obra no campo, somada ao pacote tecnológico agrícola, com sementes geneticamente modificadas e o uso de agrotóxicos, inicia-se uma série de articulações entre organizações não governamentais que debatem e discutem outros modelos possíveis de agricultura, iniciando elaborações sobre agroecologia e produção orgânica.

Os anos 1980 são marcados por essas profundas alterações das relações rurais, com um aprofundamento da dominação e exploração e com uma maior incorporação do campo brasileiro na lógica de desenvolvimento capitalista, situação que influenciou e alterou todas as relações de produção no meio rural. Portanto, podemos concluir que o processo de industrialização do campo, sempre contraditório e desigual, gerou uma sujeição da renda da terra ao capital de forma mais predominante.

Podemos afirmar que o mercado de terras no Brasil viveu os impactos da modernização conservadora ainda na década de 1990, quando o processo de desestatização contribui para a eliminação da renda extraordinária, fazendo cair o valor da terra<sup>17</sup>. Nessas condições se abre uma maior possibilidade de avanço da luta pela terra no sentido da conquista da posse da terra por parte dos trabalhadores.

---

<sup>17</sup> Mesmo havendo diferenciação entre preço e valor cabe destacar que o preço das terras é regulado diretamente pela capitalização da renda fundiária, que, por sua vez, é influenciada pelas trajetórias dos preços das *commodities* agrícolas, e inversamente pelas taxas de juros vigentes, dado o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

2.2 – Neoliberalismo e seus processos de qualificação da organização do capital no campo.

A partir das transformações societárias advindas do neoliberalismo o processo de expropriação se intensifica ainda mais, sendo ampliado no Brasil no contexto da década de 1990, com um aprofundamento de crise financeira nacional, e com um reposicionamento do Estado através das eleições presidenciais. Os impactos no mundo do trabalho se acentuam, com destaque para a reestruturação produtiva, que amplia o processo de exploração e vai atribuindo novas características a classe trabalhadora, ao Estado e a economia nacional.

A década de 1990 é marcada por medidas neoliberais assumidas pelo Estado. Refere-se a um conjunto de políticas econômicas e sociais que enfatizam a redução da intervenção do Estado na economia, no campo da regulação das relações econômicas, com uma política de fomento, a promoção da iniciativa livre em que o mercado é o regulador das relações. Todo esse processo se inicia sob a liderança do presidente Fernando Collor e se aprofunda a partir dos governos de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso. Podemos destacar como principais medidas adotadas pelos governos citados acima: a questão da irrestrita abertura da economia para o capital internacional, abertura dos mercados para a entrada de produtos estrangeiros, juntamente com medidas para eliminação de barreiras comerciais e as privatizações das empresas estatais, situação que amplia a lógica da dependência.

É fundamental analisar a década de 1990, pois o capitalismo entra em uma nova fase. Essa fase ficou conhecida como neoliberalismo, esse novo estágio do capitalismo globalizado e dominado pelo capital financeiro que teve enormes influências e consequências na organização da agricultura brasileira. Empresas transnacionais vieram para o Brasil e passaram a controlar primeiro as agroindústrias de insumos, como fertilizantes e agrotóxicos, depois as fábricas de máquinas agrícolas, e, concomitante, as agroindústrias de alimentos nos diferentes setores (Martins 2022).

Se a década de 1980 foi marcada por um reascenso da classe trabalhadora no Brasil, a década de 1990 é marcada pela derrota eleitoral que colocou em disputa projetos de sociedade, o projeto encabeçado pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva sai derrotado e Collor é eleito por uma pequena diferença. Logo no início de seu

mandato, implementa um conjunto de medidas neoliberais. Pode-se dizer que, com o governo Collor, o Brasil iniciou sua caminhada para adesão definitiva ao neoliberalismo e ao ciclo de acumulação por meio do capital financeiro (rentismo) (Martins, 2022). Foi feita uma série de privatizações e a retirada do Estado de setores estratégicos, uma profunda alteração no mundo do trabalho urbano, situação que impacta a organização do mundo sindical urbano.

O processo de abertura econômica forçou a indústria brasileira a se modernizar e parte dela sucumbiu diante da concorrência internacional. Iniciou-se o ciclo da desnacionalização da economia brasileira. Essa modernização da indústria brasileira levou a uma profunda reestruturação produtiva das empresas, que envolvia novos arranjos produtivos (toyotismo) para o aumento da exploração dos trabalhadores, com a terceirização do trabalho e uma acelerada rotatividade da força de trabalho das empresas (Martins, 2022, p. 259-260).

Tal contexto fez com que o Brasil ficasse ainda mais refém dos grandes especuladores internacionais e a ampliação da abertura comercial para o exterior promoveu uma queda da renda agrícola, situação que impactou o campo. Podemos afirmar que é um período de ascenso da luta dos movimentos no campo, período em que movimentos como o MST tiveram grandes enfrentamentos. A reforma agrária esteve presente na pauta das organizações devido à pressão popular, mas também é um período de grande violência no campo.

A partir da efetivação de medidas neoliberais na década de 1990, visualiza-se o advento do agronegócio como a forma de organização do capital na agricultura brasileira. Ele encerra em si uma articulação do latifundiário proprietário de terras com as transnacionais que monopolizam o mercado de insumos e commodities. As grandes empresas do ramo de alimentos, como a Syngenta, Bayer, Monsanto, Dow, Basf e Du Pont, de acordo com os dados do GRAIN (2021), controlam 60% dos mercados de sementes e cerca de 70% do mercado de insumos, pesticidas e agrotóxico.

Para o capital se desenvolver no Brasil, foi necessária uma manutenção da concentração de terra, pois toda estrutura produtiva agrária era baseada no latifúndio e no monocultivo, voltado para atender o mercado externo. A terra é vista como um ativo financeiro, sendo uma forma de ampliar a especulação, o que contribui para a

estrangeirização das terras. Essa riqueza em títulos se expande cada vez mais com uma alta liquidez, sendo cada vez mais privatizados os bens da natureza.

A especulação com o mercado de terras tem a função de facilitar a circulação do capital financeiro em um contexto de instabilidade econômica em nível internacional. Essa tendência é estimulada por fundos de investimentos em busca de rendimentos para seus credores e por sistemas de crédito. Em um contexto no qual o capital financeiro determina o processo produtivo, importante notar que a adoção de um sistema de juros flutuantes se constitui como fator adicional que aprofunda a especulação financeira e a formação de monopólios agroindustriais com acesso privilegiado a juros subsidiados pelo Estado. Os juros, segundo Marx (1983), seriam uma parte da mais-valia apropriada pelo proprietário de dinheiro e controlada pelo setor bancário. Este tipo de recurso, comumente chamado de investimento e interpretado como custo ou risco dos capitalistas, se constitui em transferência de mais valia social para o setor privado. (PITTA, MENDONÇA, 2014)

O caráter agroexportador da economia brasileira manteve as bases de organização do campo brasileiro, em que a classe trabalhadora estava praticamente excluída do direito à propriedade da terra, sendo essa uma marca histórica do desenvolvimento capitalista no Brasil. Importante destacar a complexa engenharia constituída por grandes empresas, bancos, fundos, grandes produtores e investidores, a partir de 1980. Os produtores passam a ser incentivados a produzir com cédulas de produtor rural, que são contratos onde os produtores antecipam a venda de sua produção, assim comprometendo o trabalhador a passar sua safra futura. Esses derivativos podem ser passados para outros processos de capitalização, podendo ser usados nas bolsas de valores, para financiar a compra de tecnologia, sendo investido no mercado de acordo com as taxas especulativas. Todo esse processo é intensificado nos anos 1990 e 2000, pois se associa ao aumento exorbitante do papel das commodities na balança comercial nacional.

Os exemplos aparecem na carteira de investimentos de grandes empresas transnacionais, com atuação nos mercados de commodities agrícolas e minerais; nas aquisições e fusões de empresas dos complexos agroalimentares, e de grandes fundos de investimentos em terras cultivadas nos países subdesenvolvidos. De acordo com dados do GRAIN (2021), de 2015 a 2018, havia 76 fundos de pensão com

investimentos de US\$ 14.4 bilhões de dólares para aquisição de terras. Já em 2020, passam a ser cerca de 300 fundos com investimentos em terras e bens da natureza<sup>18</sup>.

Desta forma, os grandes investidores internacionais estão comprando cada vez mais ativos físicos, de terras a refinarias, abundantes nos países capitalistas da periferia do sistema, onde realizam parte de seus lucros. E outra parte passa a ser realizada pela especulação nos mercados financeiros em derivativos da produção de commodities, e outros ativos financeiros, o que, por sua vez, influi na própria determinação dos preços das commodities.

Com a incorporação de novas áreas e novos investimentos, a ampliação da produção se dá também através da utilização da terra como ativo, pois a terra também tem capacidade de ser um bem que pode lastrear a produção futura, pode ser um produto vendido no mercado e possuir a capacidade de gerar créditos. A lógica do agronegócio<sup>19</sup> se dá na necessidade de expansão permanente, atrelada diretamente à questão da financeirização das terras.

Para todo esse processo, se torna essencial um arcabouço jurídico para flexibilizar as legislações, de forma a garantir o avanço do capital no campo, sendo esse um dos aspectos que o Estado atua para fortalecer com essa lógica de desenvolvimento. O Estado historicamente cumpriu e segue cumprindo o papel de fortalecer a propriedade privada e atua como agente na concentração de terras nas mãos de poucos, com ações como: a discriminação e arrecadação de terras devolutas, desapropriação por interesse social, manipulação do imposto territorial rural, apoio à colonização privada, concessão de incentivos fiscais, alterações na legislação, dentre outras formas de atuar em benefício de parte da sociedade brasileira.

---

<sup>18</sup> Fundos de pensão de trabalhadores são responsáveis por quase metade dos recursos para aquisição de terras hoje no mundo. (Preqin/UK e <https://grain.org/e/6541>) - Maioria dos fundos de pensão são dos EUA e Europa para aquisições nos EUA, Europa, Austrália, Nova Zelândia e América do Sul. Fundos mais avessos à África e parte da Ásia, com poucas terras privadas regularizadas e sem infraestrutura logística (Grain, dez. 2018) <https://grain.org/e/6094> - Fundos Brasil: Previ (US\$46, 9 milhões); Petros (US\$ 99 milhões); Postalis (US\$ 134 milhões) em terras, principalmente cana de açúcar (Grupo Canabrava e FIP terra viva e FiP Brasil agronegócio – Fundo private equit). Dados retirados do site. <https://grain.org>.

<sup>19</sup> Quando o agronegócio acessa créditos para saldar dívidas anteriores caracteriza este capital como fictício, pois sua remuneração extrapola a capacidade de exploração do trabalho. O verdadeiro ganho do agronegócio no Brasil vem das isenções e financiamentos estatais para a produção do campo em um modelo de desenvolvimento de modernização, através de isenção fiscal e empréstimos governamentais para financiar essa transição.

A primeira década dos anos 2000 é marcada pela concentração do controle da produção e do comércio mundial de produtos agrícolas por parte de poucas empresas, formando verdadeiros oligopólios de produtos que avançam num processo de padronização na produção agrícola com grãos e carnes, dominando todas as cadeias produtivas e a utilização de máquinas e organização do trabalho dos diferentes setores.

Há uma hegemonia de empresas que dominam o conhecimento, a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias, impondo um padrão no modelo de desenvolvimento tecnológico para uma agricultura industrializada, que é dependente de insumos, situação que fortalece a centralização e concentração de capital nas mãos de poucos.

Os anos 2000 são marcados pelos governos do PT, presididos por Lula e Dilma, governos próximos à classe trabalhadora, mas que não representaram a alteração na lógica do desenvolvimento centrada em ganhos especulativos e muito menos com o rompimento da ligação com o capital financeiro. Ou seja, independente do governo, mantiveram-se altas taxas de juros do mercado que abasteceram a acumulação financeira. O governo sempre manteve o superávit primário do orçamento da União, como forma de garantir o pagamento de juros da dívida. Isso significa que a taxa de câmbio, de acordo com as necessidades de especulação e os interesses dos capitais internacionais, agiam sobre a nossa economia.

Nos últimos 10 anos, houve um processo acelerado de concentração da propriedade da terra. O índice Gini, que mede essa concentração, continua crescendo. O índice de Gini em 2006 estava em 0,854, que é o maior inclusive desde 1920, quando havíamos acabado de sair da escravidão. Tais estatísticas do cadastramento do INCRA, entre 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades e a área controlada por elas passou de 182 milhões de hectares para 265 milhões de hectares em apenas 8 anos (DELGADO, 2013, p. 68).

Houve um acelerado aumento na desnacionalização da propriedade da terra com o avanço de empresas nacionais presentes como proprietárias em nosso território brasileiro, elas compram ações de empresas brasileiras que possuem terras, não havendo a necessidade de alterar o título de propriedade, mas, na realidade, passam a ser as donas das propriedades, assim escondendo os números reais sobre o processo de estrangeirização das terras no Brasil. No entanto, estima-se que empresas estrangeiras devem controlar mais de 30 milhões de hectares de terras no

Brasil. Os grandes e médios proprietários que representam o agronegócio, controlam 85% das terras e praticamente toda a produção de commodities (DELGADO, 2013, p. 29).

Outra realidade que contribuiu significativamente para a concentração fundiária vem sendo o processo de desregulamentação jurídica, que contribui para a legalização de terras griladas, recentemente com a emissão de sucessivas MPs, sendo a principal delas a MP 458 de 2008, que autoriza e entrega 47,4 milhões ha de terras públicas na Amazônia Legal, para ocupantes e posseiros, prováveis grileiros. Essa política passou a depender das estratégias parlamentares da bancada ruralista no Congresso, que vem tendo grande êxito, também conhecida como Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)<sup>20</sup> (DELGADO, 2013).

A complexa interação entre a financeirização e o setor agrícola tem provocado efeitos para a sustentabilidade social e ecológica e para o aprisionamento alimentar em lógicas de mercado. Pensando a longo prazo, é possível apontar para três implicações importantes da expansão das práticas financeiras: acentua-se a desigualdade de poder e de renda entre os atores envolvidos; aumenta a vulnerabilidade econômica (pela sua instabilidade) e ecológica (pela superexploração dos recursos naturais) nos sistemas agroalimentares; impede e atenua as demandas coletivas de mudança e resistência. “Assim, essas implicações mais amplas da financeirização no setor agroalimentar representam um desafio direto à capacidade dos sistemas alimentares de proporcionar meios de subsistência e segurança alimentar à longo prazo” (CLAPP e ISAKSON, 2018, p. 1).

A partir da crise financeira mundial de 2008, os capitais especulativos buscaram aplicar seus recursos em fontes mais concretas como a terra, o ouro, ou

---

<sup>20</sup> A Frente Parlamentar da Agropecuária FPA compõe o lobby mais poderoso do Congresso e controla metade da Câmara e do Senado, de acordo com dados De Olho nos Ruralistas Observatório do Agronegócio no Brasil. Ainda de acordo com a mesma publicação, apelidado de Combo da morte, o conjunto de projetos de lei defendido pelos ruralistas incluía os PL 2633-20 e 510-21 da Grilagem, que concedem anistia à ocupação irregular de terras públicas até 2.500 hectares, o PL 2159-2021, que refletia as regras de licenciamento ambiental, o PL 6.299 do Veneno, que tira o poder de veto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente de Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, no processo de avaliação de agrotóxicos, e os PL 490-07 e 111-2020, que estabelecem o marco temporal para a demarcação de terras indígenas e a legalização da exploração da mineração nesses territórios, respectivamente. Com o apoio do governo federal, as pautas ruralistas avançaram com agilidade durante o primeiro semestre de 2022 e os PLs do licenciamento ambiental e do veneno foram aprovados em plenária da Câmara, sendo remetidos ao Senado, onde devem ter caminho facilitado.”

outros minérios. Neste movimento em busca de ativos de baixo risco houve uma explosão de Fundos de Investimentos e Fundos de Pensão aplicando seus capitais no setor agroalimentar. Estes fundos saltam de 45, em 2005, em todo mundo, para 534 fundos, em 2018, destinados a investimentos no setor agroalimentar. Estima-se que os Fundos de Pensão sejam responsáveis por quase a metade dos recursos para compra de terra no mundo. E o Brasil foi um dos países que mais receberam aplicações destes Fundos (BRAZ DOS SANTOS, *et al*, 2022). Em 2019, os 10 maiores investidores institucionais administraram a soma de R\$ 3,5 trilhões, comprando empresas que possuíam terra ou comprando diretamente fazendas de pessoas físicas no Brasil.

Destacam-se os fundos de pensão de empresas estatais brasileiras, como a Previ (funcionários do Banco do Brasil), que investiu US\$ 46,9 milhões em compra de terras no Brasil; a Petros (funcionários da Petrobrás), que investiu US\$ 99 milhões em compra de terras, e a Postalís (funcionários dos Correios) que investiu US\$ 134 milhões em terras. Mas há também fundos de pensão internacionais tal como o TIAA (administradora da aposentadoria de 5 milhões de professores universitários nos EUA) que, em 2007, abriu uma carteira de investimentos fundiários e ambientais, chegando no Brasil em 2008, onde criou uma joint venture com a Cosan (Mansilla Participações), gerando uma série de subsidiárias, dentre elas a Radar. Através deste método, dribla a legislação brasileira que impõe limitações à compra de terras no Brasil por capitais internacionais. Assim, o TIAA possuía em torno de 500 mil hectares em 10 estados brasileiros utilizados em partes para produção de cana de açúcar, soja e milho (BRAZ DOS SANTOS, *et al*, 2022).

Além destes impactos sobre os alimentos, os recursos direcionados a terras agricultáveis têm estabelecido uma construção sistemática de regimes de desapropriação e de expulsões (LEVIEN, 2014; SASSEN, 2016), deslocando a disputa territorial historicamente circunscrita ao território nacional à escala global (BORRAS *et al*, 2011). O avanço dos processos de financeirização da terra e de seus recursos tornam mais acelerados os processos de tomada dos territórios (FAIRBAIRN, 2014; SAUER e BORRAS, 2016). Estas expulsões atingem pequenos agricultores e cidades inteiras e constituem um modelo de agricultura que contribui para níveis crescentes de envenenamento do meio ambiente, sobretudo pela terra e pela água; a expulsão de flora e fauna para dar lugar a monoculturas; fome em regiões onde se produz, por exemplo, soja em vez de feijão e outros alimentos. Tais práticas

reconstituem o território nacional com despejos de populações locais de suas vilas e aumento da violência no campo.

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2023: 21) ocorreu um aumento expressivo no número de vítimas no campo, que saltou de 418 no primeiro semestre de 2022 para 779 no mesmo período de 2023. Esse tipo de violência é liderado pela contaminação de agrotóxicos (327 casos) e por minérios (55) (Brasil de Fato 10/11/2023).

Emergem no campo de novas relações de poder por meio da atualização dos mecanismos de concentração e centralização da propriedade rural. Em outras palavras, entram em cena novos atores, práticas e instrumentos, que amplificam os mesmos velhos e já conhecidos conflitos territoriais, a disputa entre os setores empresariais, bem como a multiplicação dos impactos socioambientais, na segurança e soberania alimentar da população do campo e da cidade e na elevação do preço das terras por meio da especulação.

O aumento do preço da terra observado no Brasil nas últimas décadas certamente se associa também à financeirização das *commodities* agrícolas, pois pressiona, voluntária ou involuntariamente, para que agricultores familiares e proprietários menos capitalizados vendam ou arrendem suas áreas. Nesse caso, há uma interferência sobre a produção, a distribuição e o consumo de alimentos em nível micro, haja visto o papel que estes atores possuem no abastecimento local e regional. Isto porque, quando é um investidor estrangeiro que adquire certa área, há casos em que a produção é destinada a atender a demanda alimentar no país de origem da mesma (MANSANO: 2013).

### 2.3 - Da destruição da natureza e intensificação da exploração do campo no Brasil

Os anos de governo Lula e Dilma não significaram uma resistência no processo de consolidação do agronegócio no Brasil. Na verdade, viu-se grandes incentivos, chegando a bater recordes mundiais de produção, conformando-se, assim, um fortalecimento de mecanismos de exploração e dominação que intensificam os conflitos sociais e a exploração dos bens da natureza. O agronegócio brasileiro passou por importantes transformações que se inserem em um contexto de ampliação das *commodities*, reprimarização da economia e um acentuado caráter primário exportador. Nesse período, o Brasil consolidou-se como uma das maiores potências

agrícolas do mundo, um dos principais elementos desse desenvolvimento foi o crescimento das exportações de produtos agrícolas, especialmente soja, milho, açúcar e carnes. O país tornou-se um dos líderes mundiais na exportação dessas commodities, aproveitando-se da demanda crescente nos mercados internacionais, especialmente da China e de outros países que os governos petistas abriram mercado, através de sua política externa. Essa expansão das exportações foi influenciada por políticas de incentivos à produção, como créditos rurais facilitados, subsídios e investimentos em infraestrutura, que muitas vezes subsidiaram processos para o agronegócio.

A reprimarização da economia se tornou uma característica marcante desse período. O país, ao concentrar-se na exportação de produtos primários, viu sua estrutura econômica se tornar mais vulnerável a oscilações de preços internacionais e a crises externas. O fortalecimento do caráter primário exportador do Brasil durante os governos do PT também gerou um debate intenso sobre os impactos socioambientais da expansão agrícola. A crescente pressão sobre os recursos naturais e as questões ligadas ao desmatamento, uso de agrotóxicos e direitos dos trabalhadores rurais foram colocados no centro do debate pelos povos do campo, trazendo à tona a contradição desse modelo econômico que desmata, degrada e explora os bens da natureza e a força de trabalho.

Diante de todo o processo de crise do capital, como já desenvolvido anteriormente, tem-se a ampliação da busca por espaços para o capital se realizar. Assim, cada vez mais são ampliadas as fronteiras agrícolas, implementada uma lógica de verdadeira destruição ambiental, juntamente com uma profunda crise política que se expressa no campo cultural, social etc. Tem-se a ascensão de ideias neofascistas, que implicam também nas disputas no campo brasileiro.

Na atualidade, o governo Dilma enfrentou um processo de golpe do qual resultaram dois anos de governo Temer. Esse avançou significativamente com o processo de desmonte de instrumentos jurídicos para o processo de aquisição de terras por parte dos trabalhadores, assim como atacou os movimentos sociais do campo e contribuiu para uma maior desregulamentação das leis ambientais, garantindo uma aprovação das pautas das bancadas da bala, da bíblia, que se unificam dentro de uma mesma política de fomento ao agronegócio.

É importante destacar que o governo Bolsonaro contou com sustentação vinda do agronegócio, uma peça fundamental de seu governo, conseguiu facilitar e impor

pautas, acelerando o desmonte de políticas socioambientais consagradas nas últimas três décadas. Tal governo representou para o campo um processo de extrema violência, onde a luta por terra era, de forma ampla, criminalizada, havendo uma maior concentração e um processo de paralisia absoluta nas políticas de reforma agrária no Brasil.

Além disso, num contexto de pandemia, onde milhares de brasileiros voltaram a passar fome, dados divulgados no 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2021 a 2022) mostraram que mais de 33,1 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar grave; 65,5 milhões com insegurança moderada ou severa, e 125,2 milhões de brasileiros com algum nível de insegurança alimentar. Um país que conserva os maiores números de produção de soja, milho, carne, etc. do mundo, ao mesmo tempo, conserva contradições absurdas de desigualdade, pobreza e miséria. Além disso, dados comprovam que aconteceu um aumento do trabalho análogo ao trabalho escravo. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2023), o Brasil encontrou 2.575 pessoas em situação análoga à escravidão em 2022, maior número desde os 2.808 trabalhadores de 2013, representando um aumento da exploração no campo, juntamente com um maior processo de concentração de terras.

Cabe destacar que todo esse processo de fortalecimento do agronegócio, também é alimentado por uma grande ação midiática, em que a população é alimentada por campanhas publicitárias sobre o AGRO, chegando a ter canais de televisão com o foco específico na divulgação das ações do agronegócio. Tem-se periodicamente, novelas que tratam sobre a importância do agronegócio, assim como um dos principais gêneros musicais, o chamado “sertanejo universitário” que traduz em músicas o pensamento do agronegócio, visto que, no tratamento midiático e ideológico do sistema agrário hegemônico, é vendido como uma espécie de sucesso incontroverso de uma entidade mágica. Assim é possível maquiar o que está na essência do termo agronegócio que, na verdade, incorpora o caráter dependente da aliança política entre as classes dominantes internas pró-imperialistas (latifundiários, industriais, comerciantes, banqueiros e rentistas) e externas imperialistas (dos países centrais e suas grandes corporações transnacionais), sob a hegemonia do sistema financeiro.

Esse processo de financeirização que o campo brasileiro vive vem contribuindo para a ampliação das desigualdades sociais, excluindo a maioria das pessoas do

acesso a moradia, trabalho, alimentação, água e outros direitos mínimos para garantir a sobrevivência, ampliando os níveis de exploração da força de trabalho, concentrando ainda mais terras.

Essas observações se justificam pela relação entre proletarização e expropriação de direitos e de terras, incluindo territórios já conquistados através da luta dos povos do campo. Ter uma massa sobrando de desgarrados é uma consequência do sistema do capital. Ao mesmo tempo, é causa direta de sua crise sistêmica por conta da incapacidade de valorização, que somente pode ocorrer por meio da exploração do trabalho vivo.

Tal condição posta pela predominância da financeirização como padrão de acumulação pode significar, principalmente para países dependentes como o Brasil, uma nova fase de expropriações de terras no campo e nos centros urbanos, uma intensificação na exploração do trabalho e uma maior extração de riquezas e bens naturais, levando a cabo investidas imperialistas conduzidas pelas transnacionais, por meio da violência, da cooptação e da dispersão entre os povos do campo, assalariados rurais e atingidos pelos grandes projetos do capital, como podemos identificar na ação da empresa Vale no estado de MG.

É importante destacar que, de acordo com o Censo agropecuário de 2017, 1% das propriedades rurais ocupam 47,6% do campo brasileiro, realidade que demonstra a sacralização da propriedade da terra e a centralidade que a concentração fundiária tem para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Tantas contradições colocam a disputa por recursos naturais e pelas terras como um elemento determinante na atualidade. Os conflitos no campo vêm em uma crescente, assim como a violência contra os indígenas, quilombolas, Sem-terra etc.

A grande maioria da população que está no campo está sendo ameaçada pelo modelo de desenvolvimento que é imposto pela lógica do capital. Ainda se coloca a mesma contradição de não reconhecimento dos sujeitos políticos que estão presentes nos territórios. Indígenas, quilombolas, agricultores familiares, Sem Terra, povos que vivem e sobrevivem do trabalho no campo são desterritorializados, violados nos seus direitos em detrimento a um modelo de produção que provoca morte, violência e destruição.

Diante do exposto, se coloca a questão de o quanto o capital financeiro tem a capacidade de transformar-se em proprietário de terras, substituindo a figura dos grandes latifundiários tradicionais e dominando e desterrando os pequenos

produtores, os povos tradicionais, pois o que tem ocorrido é um processo de centralização/ concentração fundiária em escalas mundiais.

Tal situação faz com que os conflitos agrários se acirrem. A terra como um bem da natureza, tem um caráter finito e gera uma destruição profunda, como pode ser analisado com o aumento da fome e da miséria. Coloca-se como urgente e necessária a luta contra a propriedade privada, pela soberania alimentar e por um projeto de sociedade que valorize os bens da natureza, como bens universais da humanidade, assim como a implementação de uma transformação social que altere a estrutura das relações de trabalho no campo e nas cidades e a lógica da produção.

As terras vêm sofrendo uma maior especulação e, no âmbito econômico, são vistas apenas como oportunidade de negócios. As chamadas fronteiras agrícolas, são territórios ocupados, locais que passam por conflitos e acirram as mortes no campo, com as populações que moram e trabalham nesses locais.

Esse cenário se complexificou no século XXI, com a crise de 2007/ 2008, em que uma crise especulativa do capital interferiu em nível internacional nas econômicas, gerando quebras em bolsas de valores, seguida pelo colapso de grandes instituições financeiras, revelando a fragilidade do sistema e a interdependência das economias globais. Isso culminou em uma recessão global, que levou governos a implementar pacotes de resgate e políticas de austeridade, que, por sua vez, provocaram debates intensos sobre a natureza do capitalismo e a necessidade de reformas estruturais. A lógica do capital de busca por maximizar os lucros, desconsiderando os impactos sociais acaba intensificando a exploração e a desigualdade.

A busca por maximização de lucros leva à adoção de práticas agrícolas que priorizam a produtividade em detrimento da diversidade agrícola e da preservação ambiental. A dependência de crédito e financiamento para a aquisição de insumos e tecnologias se torna um fator determinante para a sobrevivência dos pequenos e médios produtores, que muitas vezes se veem atolados em dívidas.

Além disso, a financeirização do campo acentua a concentração de terras e a desigualdade social. Grandes corporações e investidores internacionais têm adquirido vastas extensões de terra, o que não só marginaliza pequenos agricultores, mas também exacerba a exclusão social e econômica das comunidades rurais, incorporando os médios produtores a processos nas cadeias produtivas do capital. Nesse cenário, tem-se o fortalecimento dos ciclos de reprodução do capital, onde a

renda da terra é intensificada através de processos de especulação, enquanto a maioria da população rural enfrenta insegurança alimentar, precarização do trabalho e um aumento da violência contra os povos do campo.

Os impactos ambientais também são profundos, a ênfase na maximização de lucros e na produção em larga escala frequentemente resulta em processos de destruição ambiental como queimada, desmatamento, adoecimento da população do campo com o uso excessivo de agrotóxicos e a degradação dos solos, ameaçando a biodiversidade e os ecossistemas locais. A pressão por resultados financeiros imediatos contrasta com a enorme crise ambiental que estamos vivenciando na atualidade.

Com a financeirização, a terra passa a ser vista cada vez mais como um ativo financeiro, sujeita a especulação e valorização no mercado. Esse fenômeno altera a relação tradicional entre produção e propriedade, promovendo uma lógica de rendimento rápido, onde a valorização do capital se sobrepõe aos interesses dos povos que desenvolvem relações com a natureza a partir de uma lógica de equilíbrio e respeito. Com a intensificação das disputas por território se consolidou a demanda cada vez maior por terras, constituindo um fenômeno global. Temas como “agro inflação”, alta dos preços agrícolas, aumento nos preços de alimentos, forte crescimento populacional projetado para as décadas seguintes, necessidade de controle territorial de determinados países para a soberania territorial, preocupação com uma possível crise energética e de agrocombustíveis reavivaram a demanda e a consequente disputa por terras (MARQUES, 2008).

Tais fatores e disputas mostram que as transformações no meio rural brasileiro foram, antes de tudo, o efeito, no plano local, dos processos mais gerais da sociedade, devendo ser compreendidos em suas particularidades e contingências.

Por isso, a importância e significados da terra não são restritos apenas ao campo ou ao rural, são recriados a cada dia, fruto da contradição estrutural do capitalismo, que produz, ao mesmo tempo, a concentração da riqueza e aumento da pobreza (SAUER, 2017, p. 51).

Desde a crise de 2008, pode-se evidenciar um maior investimento estrangeiro na busca por terras em toda América Latina, assim como no Caribe, situação que amplia a conflitualidade em relações distintas, sendo um processo inerente a formação do capitalismo e do campesinato e os povos originários. Segundo a Food

and Agriculture Organization (FAO, 2011), dentre os investidores internacionais, destacam-se aqueles originários do Golfo Pérsico, China, Coréia do Sul e Japão, com aportes em terras na Argentina e Brasil. Ainda de acordo com Sauer (2017), países como os Estados Unidos apresentam uma forte presença na Colômbia, Peru e México. Destacam-se no Uruguai, México, Peru e Colômbia os investimentos em terras com capital oriundo de países da Europa. O Japão está presente não somente com aportes no Brasil, mas também em regiões da Colômbia e Equador.

Os investimentos não são originários apenas de nacionalidades externas à América Latina. Mas também existem operações conduzidas por corporações translatinas, como o caso de empresas da Argentina que realizam significativos aportes em terras no Brasil, Uruguai e Paraguai. As translatinas brasileiras também atuam fortemente com aquisições na Bolívia, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Chile. A Colômbia registra operações na Bolívia e no Peru. O Chile, por sua vez, mantém aquisições na Argentina, Brasil, Uruguai, Colômbia, Equador e Peru (BORRAS JÚNIOR, *et al*, 2012; CASTRO; IGREJA, 2017).

Diante do exposto, até então a questão do estudo e atualização sobre a renda da terra se torna central para avançar na compreensão de que forma o capital vem se apropriando dos territórios e fortalecendo a sua lógica de dominação e manutenção de ganhos. A terra segue sendo um pilar central para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Compreender a disputa que o capital estabelece em relação à renda da terra é algo necessário para análise dos conflitos agrários na atualidade.

### **Capítulo 03 - Questão agrária em Minas Gerais e suas particularidades**

Através do método de análise adotado que se baseia no materialismo histórico dialético, coloca-se como fundamental a compreensão da formação sócio-histórica da questão analisada. A partir de suas determinações no processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, é possível analisar a questão da concentração de terra em Minas Gerais e assim chegar nas questões centrais da luta pela terra, através da formação das classes sociais, sendo fundamental destacar o papel econômico que Minas Gerais tem no contexto nacional e com o nível de desenvolvimento do agronegócio.

No estado, é possível compreender como vem se dando o movimento de reprodução do capital no campo, porquanto conserva diversas contradições e consegue ser uma importante referência para compreensão de todo o processo internacional que foi compreendido. Ao estudar a particularidade mineira, é possível compreender o movimento geral do agronegócio em nível nacional, além de ser possível identificar como processos diversos de exploração se combinam e se articulam, a diversidade produtiva da economia mineira garante a análise de diversos aspectos de desenvolvimento do agronegócio.

Em um primeiro momento, neste capítulo, será feita uma análise que tem como objetivo trazer as especificidades de Minas Gerais e uma caracterização, em que serão tratadas as principais cadeias produtivas do agronegócio presentes no estado, assim como a ação do agronegócio em MG, que se relaciona com a concentração de terra, a questão da mineração e a disputa as terras em um cenário de grandes contradições.

#### **3.1 - Das Minas às Gerais em disputa pelo capital**

Para compreender a questão agrária na atualidade, é fundamental entender as determinações sociais da realidade brasileira no contexto do capitalismo contemporâneo. A questão a ser destacada tem como foco o território de Minas Gerais, na busca de caracterizar como se expressa o padrão de reprodução do capital no campo, olhando a partir da disputa das terras, considerando que, apesar das muitas mudanças enfrentadas no estado, pelo desenvolvimento dos diferentes ciclos produtivos, pode-se afirmar que, olhando a distribuição da terra como sendo um dos

principais bens para compreender a produção no campo, segue estando aprisionadas nas mãos de poucos.

Ao analisar os ciclos de acumulação capitalista que conformam a história do desenvolvimento do estado, a lógica da produção agroexportadora, com o processo predominante de monocultivo, seguem presentes e hegemônicos, a estrutura produtiva no campo foi afetada pela crise estrutural do capital, mas conservou o seu *modus operandi* permanente, atuando de forma a manter a dependência externa, produzindo uma má distribuição funcional da renda e induzindo a um progresso técnico focado na exploração intensiva dos recursos naturais.

Esse processo de estudo busca, sobretudo, entender a questão agrária em Minas Gerais, analisando a questão da disputa da terra e o que isso implica no processo de luta de classes no estado. Quando falamos de questão agrária em Minas Gerais, temos que ter consciência das dimensões territoriais do estado, sendo o quarto maior da federação, tendo uma grande relevância no quadro político e econômico no cenário nacional. Traz diversas características culturais, compostas por vários biomas, que resultam em diferentes contradições e potencialidades produtivas.

O estado de Minas Gerais é formado por 12 mesorregiões (IBGE, 2017), cada uma tem suas características e suas formações sociais e econômicas diferentes. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, Minas Gerais possui uma área que corresponde a 58,9 milhões de ha (586.513, 983 km<sup>2</sup>). Destes, 58,9 milhões (88,46% do território mineiro) estavam cadastrados no INCRA. Observando a evolução da estrutura fundiária por classe de área nos últimos 30 anos, os dados revelam que o alto grau de concentração da propriedade em terras mineiras não apenas permaneceu intacto, como se concentrou.

Dados organizados por Alcântara Filho (2010) apontam que, em 1992, 84,50% dos imóveis tinham menos de 100 ha e ocupavam apenas 18,33% das terras, enquanto em 2012, 85% dos imóveis tinham menos de 100 ha e passaram a ocupar 31,08% das terras. Esses são alguns dados atuais sobre o estado, mas para compreender a atualidade, se faz central destacar alguns elementos do processo de formação da Minas Gerais.

Em 1720, surge a capitania hereditária de MG, em que os antropólogos destacam duas formações socioeconômicas completamente distintas que foram determinantes para o processo de constituição do estado, sendo fundamental destacar a mineração de metais preciosos como uma marca inclusive na formação social do

estado (ROMEIRO, 2004). Uma mediação histórica para apreensão do capitalismo e sua configuração coronelista no estado de Minas Gerais está atrelada à busca por metais preciosos, que determinou a ocupação do território, sendo o território das “Minas” os primeiros a serem apropriados e disputados. O termo “Gerais” faz alusão a imensidão de terras agricultáveis com gado extensivo. A região chamada “dos gerais” era onde se desenvolvia a agricultura que tinha a função de produzir alimentos para atender o processo de produção das áreas de “Minas” de onde eram extraídos os metais preciosos. Nas palavras do grande escritor Guimarães Rosa, que escreve A declaração de amor a Minas Gerais, em 1952,

Minas é a montanha, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência, a verticalidade esconsa, o esforço estático; a suspensa região — que se escala. Atrás de muralhas, caminhos retorcidos, ela começa, como um desafio de serenidade (...) (...) A que via geral se divulga e mais se refere, é a Minas antiga, colonial, das comarcas mineradoras, toda na extensão da chamada Zona Mineralógica, a de montes de ferro, chão de ferro, água que mancha de ferrugem e rubro a lama e as pedras de córregos que dão ainda lembrança da formosa mulher subterrânea que era a Mãe do Ouro, deparada nas grupiarias, datas, cavas, lavras, bocas da serra, à porta dessas velhas cidades feitas para e pelo ouro, por entre o trabeculado de morros, sob picos e atalaias, aos dias longos em nevoeiro e friagem, ao sopro de tramontanas hostis ou ante a fantasmagoria alva da corrubiana nas faces de soalheiro ou noruega, num âmbito que bem congrui com o peso de um legado severo, de lástimas avaliadas, grandes sinos, agonias, procissões, oratórios, pelourinhos, ladeiras, jacarandás, chafarizes realengos, irmandades, opas, letras e latim, retórica satírica, musas entrevistas, estagnadas ausências, música de flautas, poesia do esvaziado — donde de tudo surge um hábito de irrealidade, hálito do passado, do longe, quase um espírito de ruínas, de paradas aventuras e problemas de conduta, um intimativo nostalgir-se, que vem de níveis profundos, a melancolia que coerce. (Rosa, 1952).

De forma literal, pode-se também compreender as Minas Gerais, que possui uma grande dimensão territorial, com uma formação social diversa, estado onde é possível identificar grandes contrastes quando se fala da cultura, da economia, da própria natureza. Essa grande diversidade resulta em formações sociais distintas que trazem peculiaridades para as várias regiões presentes no estado.

A busca desenfreada por ouro e diamante em Minas Gerais também favoreceu o surgimento das fazendas de gado ao longo do rio São Francisco. Neste sentido, este território também passou a ser uma das localidades de intensa produção agrícola no país, impulsionada pela mineração. Muito ouro e riquezas apropriadas e expropriadas

privadamente foram escoadas para Portugal e Europa, sendo essa a determinação da dominação imperial sobre as colônias.

A mineração em Minas Gerais passou a ser a principal atividade econômica do Brasil colônia por volta do século XVIII. Segundo Furtado (2003), o decênio compreendido entre 1750 a 1760 compôs o apogeu da economia mineira, contava essencialmente com força de trabalho dos(as) negros (as) escravizados para trabalhar nas minas dos garimpos. Nesse período, a necessidade de produção de alimentos cresceu de acordo com a ampliação populacional que significou o desenvolvimento econômico, o que causou o surgimento de muitas áreas produtoras.

Vale destacar que o processo de ocupação do território em Minas Gerais sempre foi marcado pela expressiva relevância da ocupação agropecuária, tendo papel fundamental para a expansão urbana-industrial. Toda a exploração do café das minas foi desenhando uma estrutura de dominação no ambiente rural, que financia, assim como influencia, no processo de urbanização mineiro<sup>21</sup>. A necessidade das ferrovias, que foram implantadas em 1910, pode ser destacada como estruturas do processo de modernização conservadora, que foram se consolidando e ampliando a capacidade de produção do capital, a partir da infraestrutura criada para atender as principais formas de acumulação de riqueza.

Através de investimento estatal tem-se o desenvolvimento das estruturas de urbanização no país. Cabe aqui destacar o papel central que o Estado brasileiro teve do processo de consolidação do modo de produção capitalista em nosso país, sendo essa uma característica determinante no processo de formação social. O Estado no Brasil sempre foi um espaço altamente elitista, dependente e racista, sendo um impulsionador das estruturas de dominação e de construção de infraestruturas para desenvolvimento do capital. Minas Gerais destaca-se também pelo processo de desenvolvimento de hidrelétricas e ferrovias.

---

<sup>21</sup> No Brasil, a atividade minerária teve início no século XVIII, com o movimento de interiorização no território feito pelos bandeirantes pelo qual foram identificadas as primeiras jazidas. Desde então, o histórico da mineração se confunde com a história do país, sendo determinante para vários processos importantes como a urbanização das cidades mineradoras e a industrialização. Deste modo a atividade minerária teve grande repercussão na ocupação do território nacional, que avançou para o interior do país conforme a descoberta de novas jazidas, resultando no aumento expressivo da população nas regiões mineradoras pela chegada dos exploradores, especialmente europeus. Sobre isso Holanda (2001) observa que uma variedade de sujeitos passa a povoar e conviver no território fazendo desta interação, nem sempre harmoniosa em razão dos diferentes interesses que se colocavam em contexto, um determinante para a conformação do território brasileiro (PONTES, PEREIRA, 2010, p. 101).

A partir de 1950, ocorre a criação das estatais, que estabelecem o formato de mineração que conhecemos, que não buscam mais metais preciosos, mas sim minerais para serem usados como matérias primas no processo de produção de diversas mercadorias. Hoje, ainda quando olhamos a economia mineira, podemos destacar que a mesma é sustentada essencialmente por commodities que tem duas naturezas principais: dividendos agrícola ou mineral e, no caso da mineração nos últimos anos, passamos a exportar o minério bruto em detrimento ao ferro fundido.

Hoje o Brasil é líder nas exportações de minério de ferro, sendo que 50% dessas exportações são advindas de Minas Gerais. Quando se fala de outros minérios como chumbo, zinco, nióbio, metais preciosos, quase 100% de toda a exportação vem do estado, dados do Instituto Mineiro de Mineração (2015).

A partir de 1960, temos a modernização conservadora baseada na lógica do crédito rural, situação que fortalece o desenvolvimento das grandes cadeias de produção com a intensificação do gado de corte. Uma das principais mercadorias em Minas Gerais é o café na parte sul, sendo hoje a região do país considerada a maior produtora de café do mundo. Com a criação das siderúrgicas, a cultura da produção de eucalipto sofre um grande aumento tanto para siderurgia como para a celulose, ao analisar a quantidade de usinas de álcool no estado. De acordo com a CONAB (2008), Minas Gerais conta com 31, sendo o segundo estado da região sudeste em quantidade de capacidade instalada.

Até 2010, a produção de eucalipto era voltada para as siderúrgicas com foco na produção de álcool. A partir da crise de 2008, a produção passa a estar voltada para celulose, situação que demanda o aumento das áreas plantadas. Outro dado importante a ser considerado é que MG é o maior produtor de carvão vegetal do país. A busca por ampliação da produção monocultora de eucalipto provoca a devastação de áreas nas regiões do norte, noroeste, centro-oeste e leste de Minas Gerais.

Já a região chamada de região metropolitana de Belo Horizonte, com a implantação da política de créditos da ditadura militar, tem-se um grande desenvolvimento da produção de grãos, sendo hoje essa cultura um dos quatro produtos que compõem 90% do PIB rural de Minas Gerais.

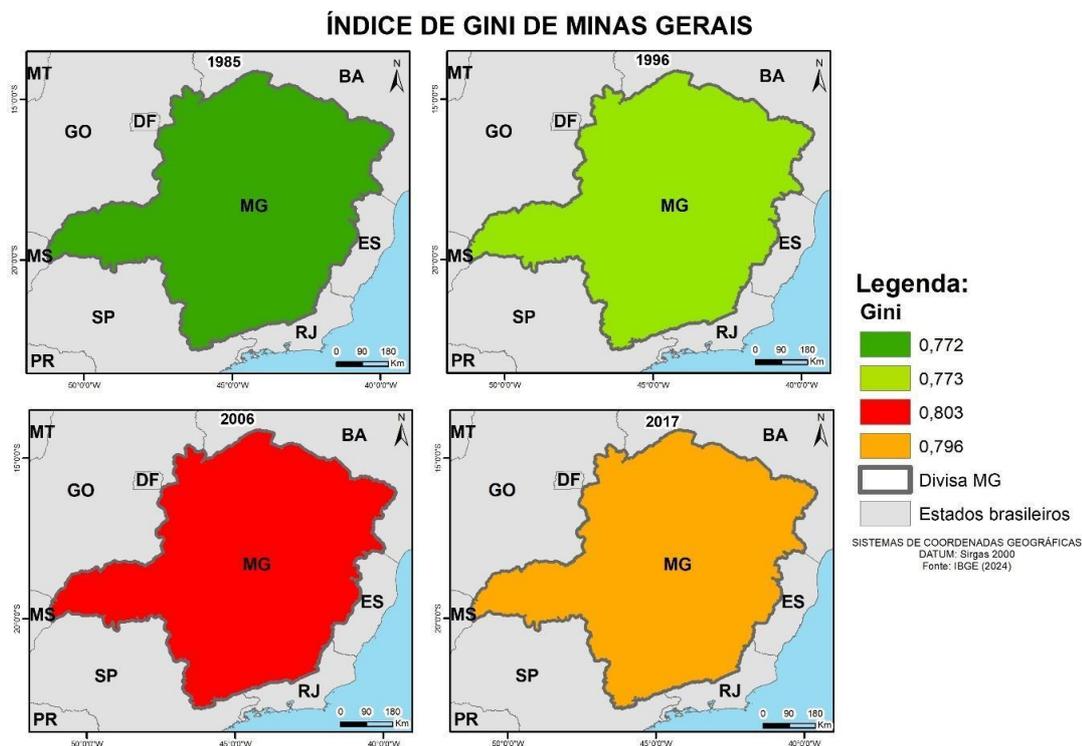
Na década de 1960, a produção era voltada para o abastecimento interno com várias empresas nacionais em desenvolvimento. Com a crise do mercado internacional, parte da produção agrícola voltou a ter foco para a exportação, cada vez mais reforçando o caráter agroexportador do estado e do próprio Brasil. O processo de industrialização passa a demandar alimento para a classe trabalhadora urbano-industrial, o

desenvolvimento da indústria nacional que também perpassava a produção automobilística, a produção agrícola vai se convertendo no formato demandado pelo agronegócio, que é totalmente voltado para o mercado externo.

Dados do CENSO de 2010 sobre a questão agrária em Minas Gerais demonstram: temos 16% da população morando no campo atualmente, em 1960, era quase 60%. Na região do norte de Minas, ainda temos 30% da população que mora no campo, no Jequitinhonha 40%, a Zona da Mata é caracterizada por pequenos agricultores e o Triângulo Mineiro é onde estão as grandes empresas transnacionais. De acordo com Santos (2017), a região do Triângulo Mineiro conta com nove grupos de capital internacional que atuam no meio rural e temos apenas 10% da população morando no campo. Esse dado mostra como o agronegócio expulsa os trabalhadores do campo.

Sobre a utilização das terras mineiras, podemos afirmar que estas estão nas mãos dos grandes produtores, muitas nas mãos dos produtores de eucalipto, como a empresa Suzano. Dos 60% dos grandes proprietários de terra temos 50% das terras agricultáveis ocupada por pecuária, maioria voltada para pecuária de corte para exportação, seja para pastagem plantada ou pastagem natural, 20% em lavouras temporárias de soja e milho para exportação e 10% destinada a produção de outras variedades de grãos. Através do mapa abaixo, identificamos um processo de reconcentração de terra, quando analisamos o índice de GINI ao longo dos últimos 30 anos os dados apontam para a realidade de elevação na concentração de terra, dialogando com a ampliação de produção agrícola e a financeirização dos bens da natureza.

**Figura 01: Mapa de evolução do índice Gini de 1985 a 2017**

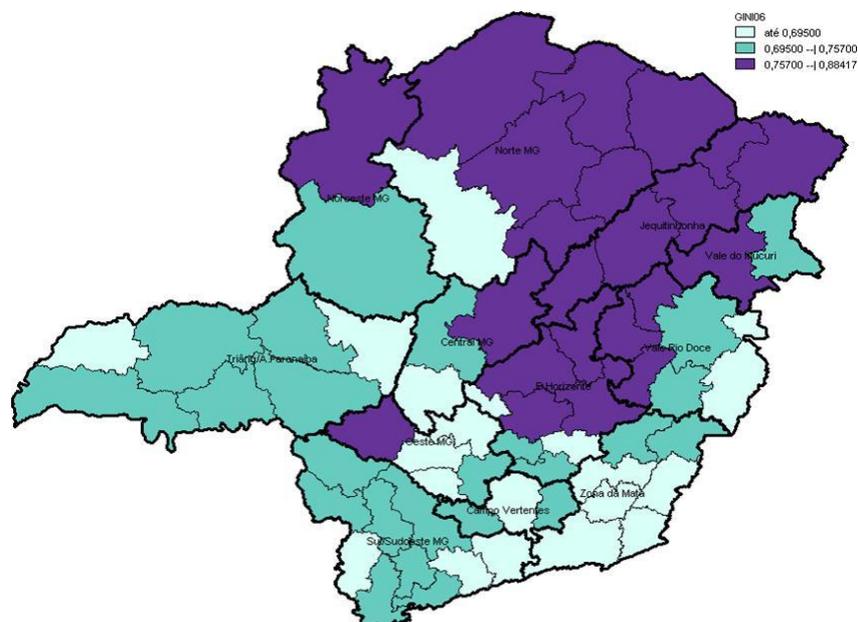


Fonte: elaboração da autora, com base nos dados do IBGE 2024.

As figuras abaixo 01 e 02 retratam os mesmos dados apresentados acima, enfatizando a concentração de terra nas diferentes mesorregiões de Minas Gerais, a partir do índice GINI. Fazendo uma comparação dos anos de 1995 para 2006, é possível perceber como são grandes as desigualdades no processo de concentração fundiária, sendo visualmente perceptível a desigualdade de terras no estado. Ou seja, através da análise sobre a dinâmica fundiária em Minas Gerais, identificou-se a intensificação da concentração fundiária (4%) sem que houvesse um crescimento agropecuário expressivo, como vamos trazer na próxima figura (ALCANTRA FILHO, 2010).

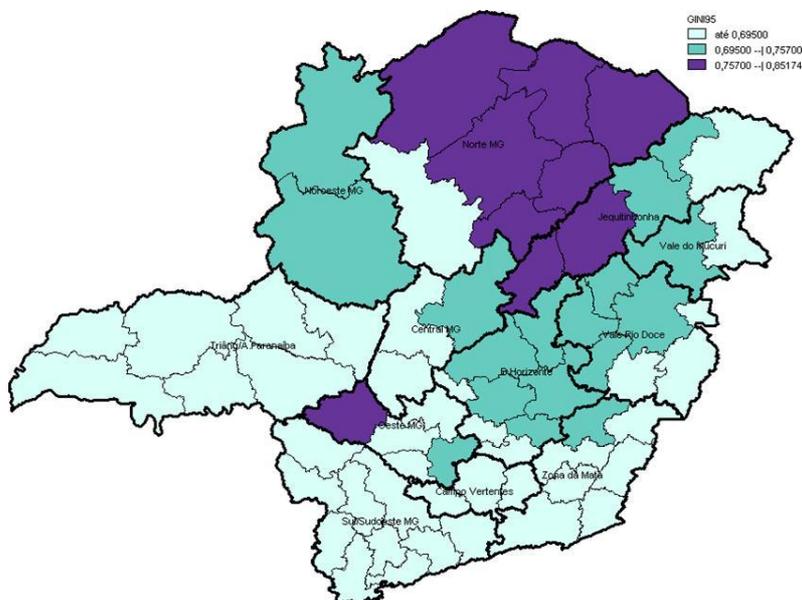
Ao visualizar as figuras que seguem abaixo e as comparando, é notório o clareamento do mapa, evidenciando o aumento da concentração fundiária no período analisado. De maneira geral, o Gini-Terras estadual aumentou de 0,762, em 1995, para 0,793, em 2006, ou seja, a desigualdade de terras aumentou em 4%, entre 1995 e 2006 como já mencionado.

**Figura 2: Mapa da configuração da distribuição de terras em Minas Gerais 2006**



Fonte: Alcântara Filho (2013).

**Figura 3: Mapa da configuração da distribuição de terras de Minas Gerais 1995**



Fonte: Alcântara Filho (2013).

Os mapas trazem elementos para a análise a partir das microrregiões. Tem-se que quatro microrregiões apresentaram valores abaixo de 0,607, menor desigualdade registrada em 2006, e a microrregião com maior concentração, refere-se ao norte de Minas. A cidade de Bocaiuva apresentou Gini igual a 0,852, isto é, 3 pontos percentuais inferior a 1995.

Quando observamos as diferentes regiões de Minas Gerais, identificamos índices GINI variáveis. As mesorregiões que apresentam as maiores desigualdades sociais reveladas na distribuição fundiária são o Norte e o Noroeste de Minas. O Vale do Jequitinhonha, a região metropolitana de Belo Horizonte, o Vale do Mucuri e a Central mineira também apresentam desigual estrutura fundiária, com concentração que varia de forte a muito forte (0,701 a 0,900) (CLEPS JÚNIOR, FREITAS, VICTOR, 2014).

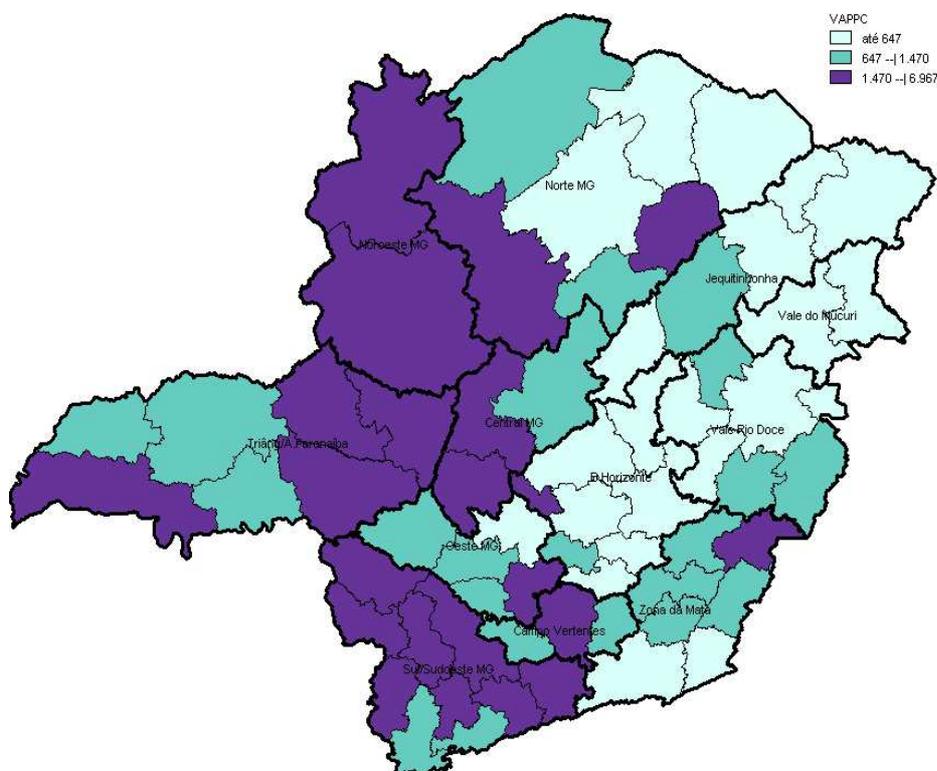
O Censo Agropecuário de 2006 aponta que o estado, nos anos de 1985, 1995 e 2006, possuía os Índices de Gini<sup>22</sup> de 0,77, 0,772, e 0,795 respectivamente. Dos 853 municípios, mais de 95% possuem altos índices de concentração que giram em torno de 0,501 e 0,0799, quase 3% possuem índices muito altos, isto é, acima de 0,800 (VIEIRA; SCHIAVINATTO, 2015). A partir de análise preliminar, o Censo Agropecuário de 2017 aponta que a desigualdade de acesso à terra aprofundou-se no estado, realidade que está atrelada ao desenvolvimento do capitalismo no campo mineiro, como discutido (IBGE, 2019).

Uma das questões centrais para compreender a questão agrária é a questão da propriedade da terra que se expressa na concentração fundiária que, assim como em nível nacional, em Minas Gerais ocorre uma grande concentração fundiária.

---

<sup>22</sup> O Índice de Gini é uma ferramenta que mensura o nível de concentração. Este índice varia entre 0 e 1, de modo que quanto mais próximo de 1, mais concentrado e quanto mais próximo de zero menos concentrado.

**Figura 4: mapa do valor da produção agropecuária *per capita* das microrregiões de Minas Gerais em 2006.**



Fonte: Alcântara Filho (2013).

Na figura 4, elaborada por Alcantra Junior (2010), analisa-se a produção agropecuária per capita das microrregiões. Podemos observar que as regiões que têm os menores índices de produção são as regiões metropolitanas, as regiões em que a mineração é a atividade de destaque. Estamos falando de microrregiões como Belo Horizonte, Ipatinga, Ouro Preto, Diamantina e Juiz de Fora. Importante destacar algumas das regiões que têm uma maior concentração de produção agropecuária como Grão Mogol e Unaí que, mesmo com um grande índice de produtividade, também conserva um alto grau de concentração de terra. Entretanto, diversas são as microrregiões que têm elevados os níveis de produção e que, ao mesmo tempo, concentram terras em Minas Gerais.

A região central conta com a presença das mineradoras, chegando à Zona da Mata. A mineração é incompatível com a questão da produção agrícola, pois se disputa água, elemento central para produção tanto da mineração quanto da agricultura. Podemos dizer que o estado de Minas Gerais “paga caro” por ter seu solo muito rico. A exploração do ouro em Ouro Preto, nos primórdios da história do Brasil, continua com a extração do minério, que fere a terra e as populações nela

residentes. Quem depende do cultivo da terra, precisa apenas desta e de condições para nela morar e tirar o seu sustento e de sua família.

A mineração historicamente materializa-se como um processo insustentável, tal como em toda a sua história e, fundamenta-se na apropriação e expropriação de territórios, no trabalho escravo em sua origem e na superexploração do trabalho, além da degradação ambiental desenfreada. De acordo com Santos (2022:61) o racismo e o sexismo também são seus constitutivos, pois são os (as) negros (as), indígenas, as comunidades tradicionais e camponesas, e as mulheres, os mais afetados pelos grandes empreendimentos minerários.

Diante do exposto, a estratégia de desenvolvimento capitalista que perpassa o campo em Minas Gerais, historicamente combina escravidão, exploração, expropriação, fundadas no modelo agroexportador que, na atualidade, se reatualiza através do agronegócio minerário, agropecuário e pecuário para a exportação de *commodities*.

Segundo o Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio em Minas Gerais, em 2018, as exportações totais do estado registraram US\$23,97 bilhões. Houve uma retração de 5,5%, na comparação com 2017, devido à queda na receita de importantes produtos da receita mineira como o minério de ferro, café, materiais de transporte, carnes e açúcar. O item mais vendido foi o minério de ferro, com participação de 30,4% de todas as transações externas de Minas Gerais. Ao todo foram contabilizados 193 parceiros comerciais. As exportações dos produtos do agronegócio totalizaram US\$7,94 bilhões. O café foi o principal produto comercializado, representando 40,6% da pauta do agronegócio mineiro. Minas Gerais enviou seus produtos a 167 destinos internacionais (MINAS GERAIS, 2019, p. 13).

Nos últimos anos, o estado de Minas Gerais vivenciou dois dos maiores crimes da história da mineração, com o rompimento da barragem no Córrego do Feijão. No crime de Brumadinho, ocorrido em janeiro de 2019, mais de 272 pessoas foram mortas, muitas até hoje ainda não foram encontradas. O crime atingiu toda a bacia do Rio Parauapebas, afetando mais de 40 cidades ao longo de todo seu leito, situação que pode comprometer o abastecimento de toda a região metropolitana.

Dois anos antes, a mesma empresa foi responsável pelo crime de Mariana que matou o Rio Doce, despejando 43,7 milhões de m<sup>3</sup> de resíduos de minério de ferro atingindo os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, ambientalmente trouxe consequências incalculáveis para toda a bacia do Rio Doce, deixando 19 pessoas

mortas e uma cidade inteira aterrada por rejeitos. De acordo com relatório elaborado pela comissão parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada na ALMG, constatou-se que a mineradora em questão sabia dos riscos das estruturas se romperem e não adotou as medidas necessárias para evitar a tragédia. Assim um dos resultados da CPI foi o indiciamento de gerentes e funcionários da empresa; estudos encomendados pelo Ministério público a Universitat Politècnica de Catalunya (UPC), por meio do Centro Internacional de Métodos Numéricos en Ingenieria (CIMNE) apontam que a Vale sabia dos riscos e, mesmo assim, manteve o processo de extração de minério. Os grandes empreendimentos minerários em Minas Gerais vêm mostrando a lógica desse formato de produção destrutiva.

Na última década, o Brasil tem se destacado como um país subserviente, restrito a funções secundárias na economia global, que o colocam entre os maiores consumidores de agrotóxicos, cultivadores de plantas transgênicas e exportadores de matéria-prima, avançando para o sucateamento das bases de transformação industrial. A lógica de produção é de mercadorias e não de alimento, realidade que gera uma incapacidade de atender as necessidades humanas. De acordo com MASSON (2021),

Em julho de 2015, o agronegócio em Minas Gerais apresentou uma perspectiva de 13,27% de avanço em sua participação no PIB do agronegócio nacional. Pressionaram o resultado da pecuária os produtos lácteos e a proteína de origem suína. A pecuária representou 53,53% do agronegócio do estado para a projeção anual, em junho de 2015, enquanto a agricultura 46,47%. Com relação aos segmentos, destacou-se o desempenho dos insumos, com alta de 1,77% ao mês – elevação de 1,39% dos insumos agrícolas e de 2,07% dos pecuários (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2015).

Pensar em questão agrária em Minas Gerais coloca a necessidade de falar em mineração. Essa vem sendo uma das maiores formas de apropriação de terras na atualidade. O chamado neoextrativismo significa a tomada do território para a extração de minérios, de metais, gás, petróleo, floresta e pesca. Segundo estatísticas do Departamento Nacional de Produção Mineral (2014), Minas Gerais situa-se como o maior estado produtor de minério do Brasil, com 47,01% da produção nacional, tendo produzido, em 2014, o equivalente a R\$800.684.546,79 reais.

Minas Gerais vem sendo pioneira no processo de transporte do minério extraído, contando com três minerodutos e mais quatro que estão em construção.

Juntos, os sete minerodutos consumirão 8 bilhões e 170 milhões de metros cúbicos de água; sendo que esse total soma quase a água consumida mensalmente por Belo Horizonte (PÉRET, 2016).

O modelo de exploração mineral e agropecuária gera desigualdade, fome e desabastecimento. A estrutura agrária clássica tinha como função ampliar a produção de alimentos para baratear os salários dos trabalhadores na indústria. No Brasil, o papel da produção agrícola tem uma maior centralidade econômica, por ser uma das bases financeiras do processo de industrialização e urbanização.

O atual modelo de produção agrícola pode ser considerado como incompatível com as necessidades humanas, pois busca apenas produzir mercadoria, gerando uma enorme degradação dos bens da natureza<sup>23</sup>. Ao longo dos anos 1990 e 2000, a área plantada de alimentos para atender o mercado interno foi sendo reduzida aos poucos, chegando à situação de hoje haver uma necessidade maior que a produção. Em levantamento realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento Brasileiro, a CONAB (2022), a estimativa inicial de produção de feijão era de 1,05 toneladas, mas a partir do levantamento real foi previsto 988,4 mil toneladas na primeira safra, cerca de 6% a menos da estimativa inicial.

---

<sup>23</sup> Dados comprovam que, nos últimos 10 anos, o Brasil vem perdendo áreas de produção de feijão, mandioca e outros gêneros alimentícios voltados para atender as necessidades alimentares da população. De acordo com informações da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento, 2022), no ano passado o Brasil registrou a menor área cultivada já registrada em toda a história, desde que a pesquisa é realizada, 1976, quando as lavouras tinham 1,582 milhão de hectares, nos anos 1980 passaram de 2 milhões de hectares.

**Figura 05: Gráfico sobre a redução da área plantada do feijão, figura reproduzida em gráfico pela CONAB (2022)**



Fonte: CONAB (2022).

Os produtores brasileiros estão cada vez mais optando por produzir soja e milho, algumas das principais commodities demandadas aqui no Brasil, devido ao lucro gerado. Como o feijão e a mandioca demandam uma maior mão de obra, o custo da produção é maior e a rentabilidade menor como destacado (CEPEA/ESALQ/USP, 2016). Com relação ao PIB total do estado, o agronegócio contribuiu com 29,2% em 2012 (IBGE, 2016; CEPEA/ESALQ/USP, 2016).<sup>19</sup>

O modelo de produção agrícola denominado de Revolução Verde se baseia na utilização de pacotes tecnológicos, como já mencionado anteriormente, sementes geneticamente modificadas, insumos externos, fertilizantes e agrotóxicos. O modelo agrícola alinhado à Revolução Verde possui extrema dependência de insumos externos, sobretudo fertilizantes e agrotóxicos. Essa é uma mediação que reflete o próprio modelo de desenvolvimento do país, que, sob as rédeas hegemônicas do capital, foi se consolidando na monocultura, na grande propriedade, na exploração da força de trabalho, primeiramente escrava e seguida da superexplorada, até o seu descarte advindo do processo de mecanização no campo, que gera desemprego estrutural.

Minas Gerais é um dos maiores estados do país consumidores de agrotóxico ficando com o terceiro lugar de acordo com a EMBRAPA (2021). É possível identificar as mudanças no processo de produção com a implementação da revolução Verde, por exemplo quando olhamos para a região denominada Triângulo Mineiro. Tem-se uma grande presença de empresas transnacionais produtoras de agrotóxicos como Cargil e Bunge.

Esta região têm a predominância agropecuária que conserva grandes índices de desigualdade. Como aponta Pereira (2017, p. 10), “a renda da mulher é, em média, 60% da renda do homem; a renda dos habitantes de cor parda, 70% dos de cor branca.” Em resumo, tem-se uma região ruralizada, movida pela agropecuária. Apesar de ser uma região rica, ainda apresenta desigualdades sociais de gênero e cor. Tanto o capital quanto a força de trabalho necessitam do espaço para se reproduzir, mesmo que seja a partir de diferentes projetos de desenvolvimento. Portanto, a terra é uma condição de vida para a força de trabalho e para o capital uma mercadoria. A propriedade privada exclui o trabalhador da terra como condição de produção e também serve para excluir o trabalhador da terra como condição de vida, a terra é desviada de seu significado social e posta aos trabalhadores como campo de trabalho alienado e artigo de compra para aqueles que podem pagar, à medida que a burguesia avança em sua destruição e posse.

O trabalhador demanda equipamentos públicos e privados para sua reprodução, as necessidades desses elementos colocam o trabalhador em posição antagônica aos interesses dos proprietários fundiários e aos que se apropriam da renda da terra, assim como os interesses daqueles que vivem do lucro. O custo e a qualidade desses elementos afetam o padrão de vida da força de trabalho.

À medida que se desenvolve o capitalismo, amplia-se a necessidade de investimento, sendo necessário aumentar o nível médio de capital necessário para a exploração da terra. Assim, parte dos produtores passam a não ter capacidade de auferir lucros, pois não dispõem de capital para investir. Normalmente são os agricultores familiares e pequenos produtores que são retirados do processo de concorrência capitalista. Com isso, muitas vezes vendem suas terras e os grandes capitais ampliam a concentração de capital e terras na agricultura.

Como afirma Brito (2012), a monocultura de eucalipto é implantada no norte de Minas Gerais nas décadas de 1970 e 1980 com modelo de produção baseado na monocultura e no latifúndio em áreas de Cerrado, ocupando as chapadas. (BRITO,

2012, p. 5). Estas áreas, segundo a autora, antes ocupadas pelas comunidades locais, viraram propriedade privada de grandes empresas siderúrgicas e grupos empresariais que receberam incentivos fiscais, financiamentos e total apoio do Estado (BRITO, 2012, p. 5).

A sacralização da propriedade privada é uma questão fundamental para compreender o processo de formação social no Brasil, sendo um elemento conservado de outros momentos históricos que se mantêm enraizado através de instituições, concepções e valores nas relações. A propriedade privada cumpre um papel relevante para a manutenção da dominação de classe. Os componentes não capitalistas nas relações de produção e nas formas de propriedade são redimensionados e incorporados à expansão capitalista<sup>24</sup>.

O modo de produção agrícola, se desenvolve completamente subordinado aos interesses exportadores, gradualmente as grandes propriedades territoriais modernizam-se, assim gerando vantagens da apropriação da renda fundiária. A propriedade da terra é o principal pilar para esse modelo de exploração, no qual as formas arcaicas são ressuscitadas e combinadas com formas modernas de exploração.

A superexploração do campo foi o que possibilitou a manutenção dos privilégios das elites no Brasil e o processo de urbanização e de formação do capitalismo tipicamente nacional, dependente, subordinado ao capital internacional. Os empresários rurais tiveram papéis na economia urbana e na economia agrária que não derivam das empresas urbano-comerciais ou urbano-industriais, mas sim papéis definidos a partir do externo, "a revolução urbana condenou a revolução agrícola, fez que o capitalismo agrário se reduz a um subcapitalismo" (FERNANDES, 2015, p. 184).

---

<sup>24</sup> Ao buscar compreender a realidade de Minas Gerais, a luta pela terra é algo que marca a história do estado, considerando que a produção agrícola sempre teve um papel relevante na economia mineira. O controle territorial exercido pelo agronegócio e/ou latifundiário é questionado pela luta dos camponeses, que no pós-ditadura tem conseguido avanços em termos de terras conquistadas. É preciso destacar que na Reforma Agrária existem diferentes formas de obtenção dos assentamentos rurais. Em Minas Gerais existem a desapropriação, reconhecimento/regularização, compra, doação e transferência. No estado de Minas Gerais a maioria é obtido por meio da desapropriação e regularização, primeiro devido a luta pela terra realizada pelos camponeses, concentrados principalmente nas Mesorregiões Geográficas do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste de Minas e Norte de Minas, e segundo pela luta dos grupos remanescentes de quilombolas, localizando-se principalmente na Mesorregião Norte de Minas. (VICTOR E DE FREITAS, 2012. p. 7).

Para que o capitalismo possa reproduzir a economia urbana e o trabalho assalariado, foi necessário que existisse, na economia agrária, o capitalismo que reproduz o trabalho semi-livre em uma relação dialética entre essa formação (FERNANDES, 2015, p. 23). O Sul de Minas Gerais é a segunda região de maior incidência em números de trabalho análogo a escravo, situação que demonstra como ainda o processo de formação influi nas relações de trabalho. Essa contradição permanece e, na atualidade, se recupera com uma grande intensidade no campo brasileiro, agora com tecnologia, com alta capacidade de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que há a ampliação do trabalho análogo ao escravo, destruição das florestas e intensificação da pobreza no campo. Assim, ampliam-se as contradições presentes, realidade que coloca a reflexão sobre o papel da reforma agrária na atualidade.

Considerando que, para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, não foi necessário fazer a clássica reforma agrária, o agronegócio é um modelo de desenvolvimento que recupera as estruturas do passado mais atrasadas do Brasil e atualiza o processo de dominação. Torna-se central entender o que o campo vem vivenciando em tempo de hegemonia do capital financeiro.<sup>25</sup>

O mundo rural brasileiro é, por um lado, marcado por resistências à expropriação, exploração, ações e demandas populares pelo acesso à terra e, ao mesmo tempo, por mobilizações patronais que explicitam a disputa por território, reafirmando a aliança entre capital e terra. Essa aliança vem sendo reforçada e ampliada devido à demanda crescente por terras e à entrada de investimentos estrangeiros. Mudanças legais são fundamentais para atrair investimentos externos e recursos públicos ajudam a manter o mercado de terras aquecido (CASTRO, HERSHAW e SAUER, 2017, p. 13)

Por fim, o agronegócio caracteriza, nesta perspectiva crítica, a “nova roupagem” do latifúndio, modelo que hegemonizou a agricultura brasileira, a

---

<sup>25</sup> Evidenciando a lógica do desenvolvimento rural no Brasil, a questão agrária no Vale do Rio Doce em Minas Gerais, reflete a realidade do mundo rural brasileiro, historicamente marcada pela intensa disputa pela terra. Em um primeiro momento, submetendo a uma forte repressão ao conjunto dos povos originários, que foram sendo dizimados pela lógica utilitarista dos bens ambientais imposta ainda no período colonial e, posteriormente, contra camponeses e comunidades tradicionais de posseiros, meeiros, parceiros, rendeiros e agregados, vindos de regiões próximas e até do sertão, que ao longo dos anos foram ocupando as terras e matas do *Rio Sem Dono*[...] Estes vinham cultivar a terra, produziam milho, arroz, feijão, de tudo um pouco, e gado, quando havia, eram pequenas criações (PEREIRA, 1988[mn1], p. ).

concentração de terras, rendas e recursos públicos, e revela suas contradições no que diz respeito à dependência ao pacote tecnológico das grandes corporações transnacionais, calcado no uso intensivo de venenos químicos e sementes geneticamente modificadas, sem estudos contundentes a respeito dos danos que trazem à saúde e ao ambiente, à limitação na geração de empregos e distribuição de renda, e na produção orientada para a exportação de *commodities* e recursos naturais (STEDILE, 2013) sendo essas as principais determinações do processo desenvolvido na atualidade da questão agrária brasileira. Quando se analisa a realidade mineira podemos, através de dados, pesquisas e estudos evidenciar essas características de organização da produção que influenciam tanto a cidade quanto o campo, sendo uma necessidade o debate sobre reforma agrária para toda a sociedade.

### 3.2 - Caracterização sobre a questão agrária do estado de MG e as principais cadeias produtivas do agronegócio.

Neste momento do trabalho, busca-se a realização de uma caracterização de 5 principais cadeias produtivas que disputam as terras em Minas Gerais, com as suas devidas características diversas, caracterizando as 12 mesorregiões nas quais o estado é dividido<sup>26</sup>, buscando compreender como elas estão instaladas e em quais regiões. Foi realizada uma ampla pesquisa documental, a partir dos principais autores que analisam a questão agrária em Minas Gerais, buscando elementos para realizar essa caracterização, utilizando como método a compreensão sobre a reprodução do capital.

Importante considerar que a opção por analisar o estado de Minas Gerais trouxe várias dificuldades e limitações. A maioria dos trabalhos analisam as realidades específicas, sendo importante devido à riqueza de elementos e uma maior condição de aprofundamento sobre determinadas questões e a capacidade de maior apreensão de elementos pesquisados, analisando inclusive a especificidade dos diferentes

---

<sup>26</sup> Importante destacar que essa referida divisão dos estados brasileiros em mesorregiões se refere a nova metodologia adotada pelo IBGE a partir de 2017. Essa nova classificação visa refletir de maneira mais precisa as características socioeconômicas, culturais e geográficas de cada região. As mesorregiões funcionam como um meio de facilitar o planejamento e a implementação de políticas públicas, permitindo uma melhor compreensão das dinâmicas regionais.

territórios. Tais trabalhos foram utilizados inclusive como nossa base de pesquisa, que busca realizar uma caracterização estadual, identificando o que se tem de congruente entre as diferentes regiões, como o processo de reprodução do capital se repete nas 5 cadeias do agronegócio destacadas e como elas conformam o processo ampliado de exploração dos bens da natureza e da força de trabalho.

O grande desafio colocado perpassou compreender o que nos identifica, quais os elementos que estão presentes em todos os processos de reprodução do capital em Minas Gerais e como o desenvolvimento do agronegócio influencia diretamente na questão da concentração das terras. No campo dos dados, foram realizadas pesquisas a partir de diversas plataformas governamentais tais como: IBGE, IPEA, PNAD, RAS, site e documentos oficiais do governo federal como INCRA, CONAB, informações e documentos públicos do governo de Minas Gerais, além de estudos de universidades, centros de pesquisa, sites especializados, observatórios de pesquisas, notícias de grupos de pesquisas sobre o agronegócio, fóruns de debates e dados organizados por movimentos sociais populares que analisam e debatem questão agrária.

Em um primeiro momento, será feita a caracterização e identificação das regiões que contam com a presença das grandes empresas que representam as 5 cadeias produtivas que já destacamos: café, mineração, grãos, gado e cana. Com esse foco de análise, vamos realizar a comparação com os dados de concentração de terra. A hipótese levantada é de que as regiões que possuem os grandes capitais presentes e as principais cadeias produtivas do agronegócio são as regiões que têm maior concentração de terra e como o avanço pelos recursos naturais intensificou o processo de concentração de terra no estado, assim, também acirrando os conflitos agrários.

Para compreender o estado de Minas Gerais, temos que partir da realidade de ser um dos maiores estados da federação, possuir grande relevância econômica, social e política no contexto nacional. O estado é formado por 12 mesorregiões, como já afirmado anteriormente, com características específicas e com grandes contrastes sociais. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (2014) quando destacamos algumas das principais formas de ocupação do território mineiro, temos o destaque de 5.194.766 hectares destinados à agricultura, 8,7%, do território utilizado pela agricultura em comparação ao Brasil, 18.039.775 hectares destinado à pecuária (11,4% em comparação ao Brasil), 84.969 hectares extração de minério de ferro

(66,3% em proporção ao território nacional), 1.827.271 hectares extração de outras substâncias (49,6% comparação a produção em nível Brasil), 624.633 hectares energia hidroelétrica que equivale a 15,1% em território brasileiro.

A partir desses dados, podemos visualizar como essas estruturas de produção demandam uma grande parcela do território estadual, considerando que a totalidade do estado possui 586.519, 727 hectares. Temos um estado que teve sua vegetação nativa amplamente devastada, muitas de suas riquezas naturais expropriadas, conta com um considerável nível de urbanização e um índice de desenvolvimento humano considerado alto, se comparado a outros estados da federação, mas reserva muitas desigualdades que marcam a sociedade mineira de forma profunda.

De acordo com CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), o CEPEA da Esalq/USP, o PIB do agronegócio mineiro é representado através das somas de 4 grupos: produção básica (37,8%), setor de serviços (30,8%), indústria (25,7%) e de insumos (5,7%), em 2016, estudos dessa natureza nos ajudam a compreender o peso que o agronegócio tem para o estado de Minas Gerais. Temos destaque na produção de café, cana-de-açúcar, fruticultura e feijão, a pecuária ainda de acordo com o CEPEA participa da composição do PIB mineiro em 50,2%, somando R\$ 93,2 bilhões e a agricultura somou R\$ 92,4 bilhões o que corresponde a 49,8% (CEPEA, 2016).

Podemos afirmar que a hegemonia do agrominérionegocio foi construída desde o final da década de 1990, como um projeto político, econômico e ideológico e teve apoio de todos os governos desde então, seja FHC, Lula, Dilma, Temer ou Bolsonaro. Nenhum desses governos opôs resistência ao avanço do agronegócio. Em muitos momentos, inclusive, foram desenvolvidas ações no intuito de integração dos diferentes projetos de desenvolvimento para o campo, todos os últimos governos adotaram medidas econômicas e legislativas que impulsionaram sua expansão. Houve, sim, diferenças retóricas e medidas conciliatórias por parte dos governos progressistas e no caso dos governos de extrema direita, gerando um processo de criminalização da pobreza, juntamente com um absoluto processo de paralisação de investimento em políticas sociais voltadas para a agricultura familiar e os povos tradicionais.

É fato que, durante os governos petistas, houve canais de diálogo com os movimentos sociais do campo, além da implementação ou expansão de programas importantes solicitados por esses grupos. Essas ações contribuíram significativamente para a melhoria da qualidade de vida de uma parcela relevante dos

trabalhadores rurais e das comunidades do campo. Por outro lado, governos como os de FHC, Temer e Bolsonaro adotaram, em diferentes graus, posturas autoritárias e repressivas em relação a esses movimentos. Especificamente, os dois últimos abandonaram totalmente qualquer tipo de política que favorecesse esses segmentos da sociedade.

Contudo, todos esses governos, sem exceção, rejeitaram a reforma agrária como uma opção de desenvolvimento para o campo no Brasil. Durante seu processo de expansão, o agronegócio foi responsável por atos de violência, destruição ambiental e exploração da mão de obra, visando obter novas áreas e aumentar seus lucros. Isso foi alcançado tanto pela ampliação da produção de commodities quanto por meio de práticas especulativas.

Ao observar a administração do estado de Minas Gerais ao longo dos últimos anos, nota-se a predominância de governos alinhados à direita tradicional do país, com uma ampla presença de representantes do agronegócio atuando na condução das políticas para o campo. Mesmo durante a gestão de um governo petista, a situação se manteve e houve impactos limitados na construção de políticas progressistas. Atualmente, o estado é governado pelo partido Novo, uma gestão de extrema-direita que persegue e busca dismantelar quaisquer políticas que beneficiem os trabalhadores rurais e comunidades tradicionais.

Historicamente, a agricultura esteve subordinada aos interesses do capital industrial, os grandes capitais ao mesmo tempo são rentistas e atuam em diversos segmentos da produção. Os processos de fusão, associação e aquisição levaram a burguesia nacional desses setores a se tornar participante global na estrutura de classe da burguesia capitalista mundial. Essa transformação foi viabilizada principalmente pelo neodesenvolvimentismo promovido pelo BNDES e pelos fundos de pensão dos trabalhadores de empresas estatais do Brasil, além da chegada dos fundos de pensão como impulsionadores de investimento estrangeiro. Com isso, os fundos de pensão dos funcionários de empresas estatais passaram a ser acionistas em diversas companhias brasileiras, evidenciando sua natureza capitalista.

O aumento do domínio cada vez maior das grandes empresas estrangeiras sobre a agricultura brasileira também é evidente na crescente aquisição de terras por parte de fazendeiros, empresas e investidores estrangeiros. No entanto, a extensão real desse processo de compra de terras por estrangeiros permanece desconhecida,

visto que o Incra, órgão encarregado da gestão de terras no Brasil, carece de mecanismos eficazes para controlá-lo.

Dados da plataforma LandMatrix, que registra as transações de terra no mundo, apontam o Brasil como o terceiro país com mais aquisições de terras por estrangeiros com dados que apontam 3.442.613 hectares sendo apropriados, além de ser o oitavo em aquisição de terras fora do seu território. Estamos nos referindo a 2.406.329 hectares comprados por fundos estatais. (Fonte: LandMatrix, 2020. Organizado pelo autor)

No Brasil, está ocorrendo uma intensa financeirização da terra, dos recursos naturais e do sistema agroalimentar. Esse processo se dá principalmente por meio de um sistema de crédito proveniente do mercado financeiro, sem interferência estatal, que demanda a crescente privatização de terras como garantia principal para o financiamento. Além disso, foi necessário desburocratizar os procedimentos de regularização fundiária para agilizar a titulação das terras. Os últimos governos contribuíram significativamente para o processo massivo de privatização das terras da federação, temos um amplo processo de dilapidação do patrimônio nacional, como exemplo com as alterações jurídicas tem-se a reintrodução de cerca de 5% do território nacional, ao redor de 41 milhões de ha de assentamentos de reforma agrária no mercado de terras, induzindo a uma contra reforma agrária no país.

O PL 2633/2020 (MP 910/19) permite a venda de terras públicas da União e do INCRA com até 2500 hectares sem licitação para todo o país, não mais restrita à Amazônia Legal (art. 1 e 2 do PLC). O procedimento facilitado autodeclaratório para imóveis até 6 módulos (art. 13 caput do art. 2 do PLC) também vem sendo outro mecanismo de reconcentração das terras no Brasil. O Decreto 10.165/2019 amplia para 15 módulos e aplica marco temporal de 05 de maio de 2014 e 10 de dezembro de 2018 e o CAR dispensa vistoria presencial (art. 13§1 do art. 2 PLC), dispensa assinatura dos confrontantes, (art. 21§17 do art. 4 do PLC) situação que vem gerando conflitos de interesses, pois muitas vezes diferentes sujeitos declararam ser proprietários de um mesmo território (PAKER, 2021).

E todo esse processo pode ser compreendido a partir da lógica de organização do agronegócio em Minas Gerais, a produção agropecuária junto com a mineração se destaca como uma das principais forças produtivas do estado, sendo responsável por uma significativa parcela do PIB, tais processos de produção estabelecem um discurso de geração de emprego especialmente em áreas rurais no estado, mas a

lógica do agronegócio consiste na expulsão dos trabalhadores rurais do campo, exploração dos bens da natureza, degradação ambiental e devastação cultural dos povos tradicionais.

Apesar do discurso de desenvolvimento e crescimento gerado pelo agronegócio, temos na essência a realização de atividades econômicas que são marcadas por conflitos sociais e desigualdades profundas que devem ser analisadas de forma crítica. A lógica de acumulação de capital intrínseca ao agronegócio tende a favorecer grandes proprietários de terras, que concentram os recursos e tecnologias, em detrimento de pequenos agricultores e comunidades tradicionais.

A produção rural em Minas Gerais não se limita apenas à geração de bens de consumo, mas envolve uma complexa rede de relações de poder e exploração. A expansão das monoculturas, como a de soja e cana-de-açúcar, tem levado à intensificação da concorrência por terras. Essa pressão resulta em uma luta constante entre grandes proprietários e pequenos agricultores, que se veem muitas vezes expulsos de suas terras em nome do "progresso" e do aumento da produtividade. Assim, a apropriação privada dos meios de produção se intensifica, aprofundando as desigualdades sociais e econômicas no campo.

Essa dinâmica revela como as relações de produção capitalistas promovem a alienação e a precarização da vida no campo. Os pequenos produtores, que deveriam ser os protagonistas de suas próprias histórias, muitas vezes se tornam meros trabalhadores assalariados ou arrendatários, dependendo das grandes corporações. O acesso à terra, um direito básico e fundamental, se transforma em um recurso escasso, disputado e financeirizado, acentuando as tensões sociais e as desigualdades. Isso ocorre em um contexto em que a lógica do capital ignora as especificidades e necessidades das comunidades locais, priorizando lucros em detrimento à preservação ambiental e os interesses dos que realmente trabalham e vivem da terra.

Além disso, o agronegócio em Minas Gerais também tem impactos significativos nos diferentes biomas e na biodiversidade da região. A exploração intensiva das terras e o uso de agrotóxicos afetam a saúde das populações locais e a qualidade dos bens da natureza, criando uma situação em que a classe trabalhadora é obrigada a conviver e suportar as consequências da degradação ambiental, enquanto os lucros gerados permanecem nas mãos de poucos.

Em suma, a presença do agronegócio em Minas Gerais evidencia uma estrutura de poder que perpetua desigualdades sociais, econômicas e ambientais. A disputa por terras, exacerbada pela lógica capitalista, transforma o rural em um campo de conflitos, onde a luta por reconhecimento e direitos se torna uma constante para aqueles que ainda acreditam que a terra deve ser um bem comum.

Esse cenário nos convida a refletir sobre alternativas que promovam a justiça social e a revalorização do trabalho no campo, buscando superar as contradições geradas por um modelo de produção que prioriza o capital em detrimento da vida humana e da natureza. Minas Gerais, sendo um dos estados mais importantes do Brasil, é caracterizado por uma diversidade regional que se reflete em suas 12 mesorregiões e aprofundar os estudos sobre a realidade mineira nos exige lidar com as particularidades sociais, econômicas e políticas que influenciam diretamente o desenvolvimento agrário.

A mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte destaca-se pela urbanização acelerada e pela concentração de atividades econômicas. Essa região não apenas abriga a capital do estado, mas também é um polo industrial e tecnológico, principalmente na indústria de transformação, mineração e construção civil o que, apesar de restringir o espaço rural, fomenta a agricultura familiar, contando com um cinturão verde de horticultura, com iniciativas de agroturismo e produção de alimentos orgânicos.

Abriga a sede de grandes empresas do agronegócio, além de conservar grandes estruturas de logística e centros de distribuição de mercadorias. Também no campo da política, conta com a sede da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), entidade que influencia de forma profunda as decisões do governo estadual e os rumos da produção agrícola no estado. Ao analisar as declarações do atual governo Zema, no site da FAEMG (2024), ressalta-se a importância de sua relação direta com o setor, assim como o compromisso público com esse setor produtivo. O governador exaltou os dados a respeito da produção do estado: “Nós sabíamos que o agro estava crescendo ano após ano, mais do que a nossa economia, mas não imaginávamos que este avanço fosse tão expressivo.”

O PIB do agro em Minas saltou de cerca de R\$ 110 bilhões, em 2018, para R\$ 205 bilhões no ano passado, ou seja, praticamente dobrou a produção. A reportagem reconhece ainda a importância de o atual governo ter firmado parceria entre setor

produtivo e governo, assim garantindo uma ampliação de investimentos governamentais em 22,2% em infraestrutura para o setor.

Ainda se faz necessário destacar a importância do setor terciário na região metropolitana, sendo fundamental sua atuação para a economia, dialogando diretamente com os efeitos da dinâmica industrial e urbana. É central destacar que a região metropolitana é cercada pelas grandes mineradoras que disputam o território e vem gerando grandes contradições e crimes emblemáticos de expressão no contexto mundial.

O estado de Minas Gerais possui 58 municípios com barragens cadastradas na ANM. O maior quantitativo de barragens se concentra na Região Metropolitana de Belo Horizonte (174 barragens – 49,7% em 18 municípios dentro do limite da Região Metropolitana) e entorno. O estado também possui grande quantitativo de barragens nas regiões leste, sul e noroeste. Os municípios com maior número de barragens cadastradas foram: Itabirito (29), Brumadinho e Nova Lima (27 cada), Itatiaiuçu e Ouro Preto (23 cada), Itabira e Mariana (17 cada) (FIOCRUZ, 2022, p. 26).

Minas Gerais se destaca, assim, por ter a maior quantidade de barragens do Brasil, muitas localizadas em regiões com alta densidade populacional. Cerca de 50% dessas barragens estão na Região Metropolitana de Belo Horizonte, sendo que 42,9% delas são consideradas de alto potencial de dano. Isso evidencia a urgente necessidade do estado em desenvolver estratégias eficazes de prevenção e resposta aos possíveis danos resultantes dessas estruturas, que têm afetado a população de forma crescente (FIOCRUZ, 2022).

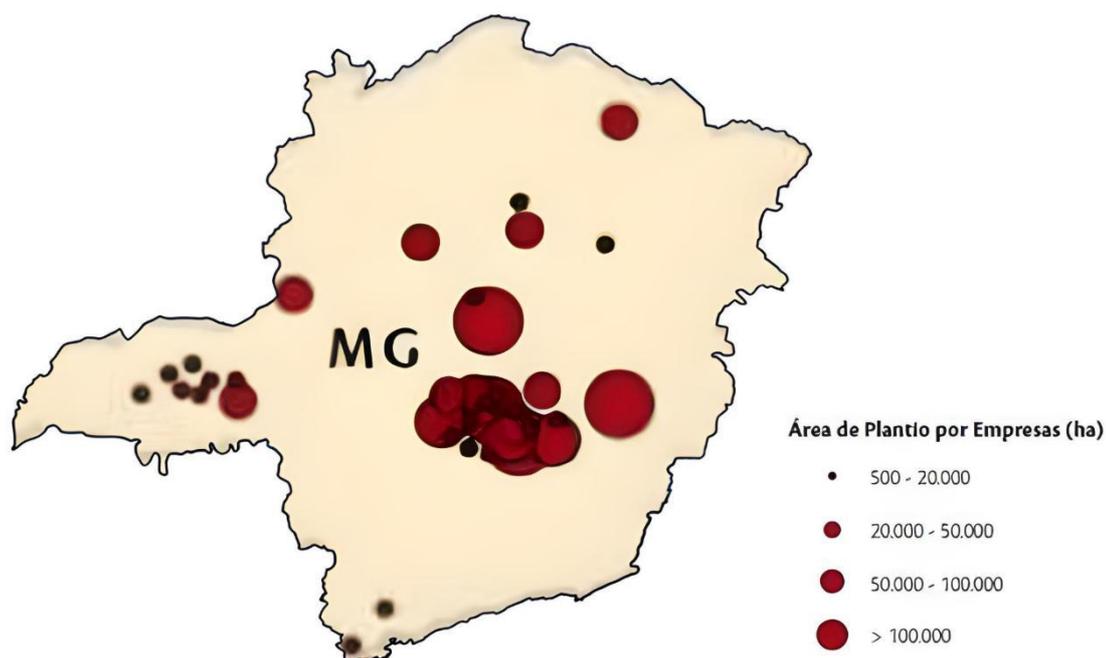
A mesorregião Norte de Minas é conhecida pela presença de grandes propriedades rurais e pela importância da agropecuária, sendo a região que possui os maiores índices de concentração de terras do estado. A região é marcada pela produção de gado de corte, principalmente por conseguir consorciar culturas perenes e temporárias e uma ampla produção destinada ao eucalipto. A presença de pequenos agricultores e a tradição da agricultura familiar também marcam a identidade dessa mesorregião, que enfrenta desafios como a seca e a necessidade de infraestrutura. Temos como destaque de produção na região a presença ampliada cada vez mais da soja e a redução, em certa medida, das lavouras temporárias.

De acordo com Leite, Souza e Silva (2022), podemos afirmar que, no período de 2005 a 2020, houve um aumento de todas as classes da agricultura mapeadas presentes na região, passando para uma ampliação de 24% em suas áreas. Temos

uma considerável ampliação da soja, nos últimos 15 anos, com um crescimento de 14%. A produção na lógica da monocultura contribui efetivamente para os problemas ambientais e desequilíbrios ecossistêmicos, como argumentam os autores. Evidencia-se uma perda no bioma presente predominante, que é o cerrado, impactando nos padrões de organização territorial, devido à exclusão cada vez maior de populações e das comunidades tradicionais que não tem condições de investimento para produzir e se transformam em assalariados rurais. Quando falamos da cadeia produtiva da silvicultura, a taxa de crescimento gira em torno de 240%, entre 1995 e os anos 2000, com uma ampliação considerável territorial.

**Figura 06: Mapa demonstrativo das áreas de maior concentração de silvicultura no estado de Minas Gerais**

### Minas Gerais: Silvicultura: A Celulose e a Madeira



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2014).

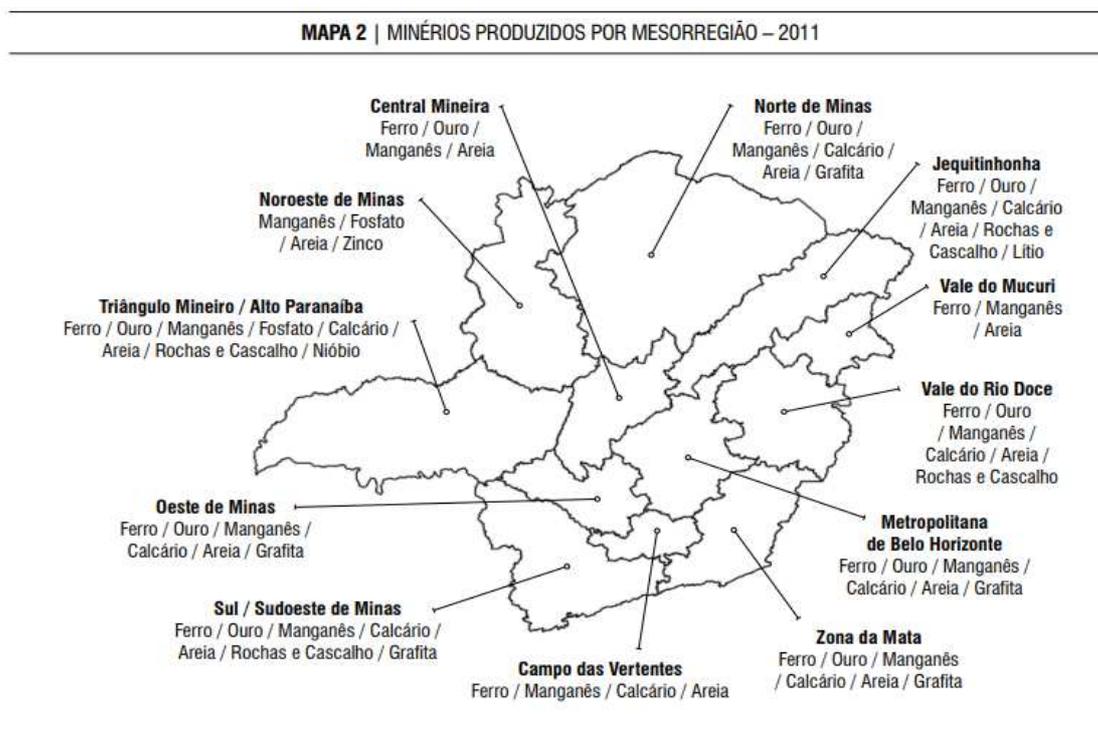
Analisando o mapa acima, podemos evidenciar a presença da produção de celulose e madeira em diferentes regiões de Minas Gerais, tendo como mesorregiões de destaque o Vale do Rio Doce, o noroeste, a região central e o norte. A expansão

da silvicultura no norte de Minas Gerais representa uma forma de desenvolvimento que privilegia o capital e o crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental e do bem-estar das comunidades locais. Como a regularização fundiária ainda é uma questão que gera muitos conflitos, a ampliação da produção de eucalipto tende a intensificar ainda mais os conflitos já existentes, muitas vezes contribuindo para expulsar os povos que vivem no campo.

A luta para mitigar esses impactos, é algo que as organizações sociais enfrentam diariamente, considerando que a região ainda conta com uma forte tradição coronelista, havendo alto índice de violência no campo na região. É essencial implementar políticas em defesa dos quilombolas, indígenas, geraizeiros, camponeses, no intuito de preservar a cultura e o modo de vida da região e pensar um processo de produção e reforma agrária que promova a diversidade econômica e a proteção dos bens da natureza.

De acordo com o Cepolini (2022), uma outra cadeia produtiva que vem influenciando o território norte de Minas Gerais é a mineração. Devido ao processo de reprimarização e o esgotamento de vários territórios, a mineração busca cada vez mais ampliar suas fronteiras. E isso inclui a região norte de Minas, gerando uma nova onda de colonialismo, onde Cepolini (2022) alerta que há um aumento de 766,67% do número de requerimentos de pesquisa em territórios norte-mineiros para identificação da presença de diferentes tipos de minério no território.

**Figura 07: Mapa dos principais minérios extraídos das 12 mesorregiões de Minas Gerais, 2011**



Fonte: elaboração FGV a partir de dados do DNPM.

Fonte: FVG (2011).

Como Araóz (2020) afirma, vivemos uma crise civilizatória e podemos pegar como referência a região Norte de Minas. O autor afirma que, na região, o espaço é tratado como colonial periférico, zona de pura e mera extração, sendo uma sina latino-americana na pilhagem territorial e na degradação material e imaterial.

Seguindo para a mesorregião do Vale do Jequitinhonha, podemos destacar como um território de muitas desigualdades sociais e econômicas, com áreas rurais marcadas pela pobreza e pela falta de acesso a serviços básicos. A região apresenta uma realidade diversa, não apenas por causa de seu prolongado passado de colonização, mas também devido ao processo de exploração presente nas atividades que se destacaram em cada localidade. Atualmente, “há predomínio da atividade mineradora no alto Jequitinhonha, predomínio da pecuária no baixo Jequitinhonha, é uma atividade mista na região intermediária” (SOUZA, 2003, p. 14). No entanto, o desenvolvimento agrário local busca se fortalecer através de incentivos à agricultura familiar e à valorização da cultura local, como o artesanato e a produção agrícola diversificada.

O Vale do Jequitinhonha, há duas décadas, vivencia a expulsão do agregado do interior da fazenda, a compressão e a supressão das permissões para plantar na fazenda, dadas a pequenos sítiantes, e a invasão da posse camponesa por falsos fazendeiros. [...] Simultaneamente, empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, exploram nas chapadas a madeira nativa, que substituem gradativamente por plantações de eucalipto. São essas empresas as principais responsáveis pela expropriação do campesinato que mora nas grotas e que depende, de modo vital, da chapada para complementar sua reprodução econômica e social (MOURA, 1988, p. 03).

A exploração ambiental e territorial das comunidades resulta em diversos efeitos, tais como a drástica substituição do cerrado pela plantação de eucalipto, gerando impactos na paisagem, nos conhecimentos locais, nos padrões de ocupação do território e na conexão entre as comunidades e suas áreas de vivência. A mineração entra no rol de atividades que implica em grandes impactos.

É fundamental ressaltar que Minas Gerais é caracterizado por uma variedade de biomas, um histórico complexo de variados níveis de desenvolvimento econômico e social, com significativas desigualdades. Essa diversidade também resulta em diferentes contradições nos seus territórios. Segundo a FAO, o bioma do cerrado é o mais relevante atualmente para o agronegócio, apresentando-se como a área com maior crescimento agrícola. É essencial observar que 50% do território de Minas Gerais é composto pelo bioma do cerrado.

Atualmente, a região do Cerrado responde por aproximadamente 45% da área agrícola nacional, responsável por 52% da produção de soja do país com grande parte de suas terras e infraestrutura logística administrada por conglomerados agroindustriais estrangeiros, como a agro ABCD, a chinesa Cofco Agri, mas mesmo por atores que não fazem parte do setor, como Brookfield Asset Management, Cresud Mitsui, Mitsubishi, Valiance Capital, Private Equity Patria Investimentos/Blackstone e outros fundos de investimento estrangeiros como Teachers *Insurance and Annuity Association of America* – TIAA e Harvard Doação (Grain, 2024, s.p).

A mesorregião do Mucuri, com sua realidade rural ainda marcada por desafios estruturais, vem investindo no fortalecimento da agricultura familiar e na diversificação da produção, buscando saídas para a questão da expulsão do campo que enfrentaram e seguem enfrentando e a valorização das atividades locais associadas a uma cultura muito presente. A realidade dos vales é muito similar, sendo inclusive complicado

realizar uma diferenciação quando se analisa aspectos sociais, culturais e ambientais, situação que traz várias limitações.

O Vale do Mucuri revela diversas características sociais e econômicas que ilustram tanto a riqueza de sua diversidade quanto os desafios enfrentados. Do ponto de vista social, o território destaca-se por uma expressiva diversidade cultural, abrangendo comunidades indígenas, quilombolas e uma maioria rural. Contudo, essa pluralidade cultural enfrenta obstáculos, como a preservação de tradições e a defesa de direitos territoriais, em especial para as comunidades tradicionais devido a presença do agronegócio e a mineração.

A partir de pesquisas realizadas por Moraes Silva (1999), Ribeiro (1996), Elias (2013) e de dados oficiais da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (2011), é possível realizar uma identificação primária das principais frentes do agronegócio nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sendo elas: a monocultura de eucalipto e cafeeira, a pecuária, podendo ser incluído a atividade mineradora, principalmente lítio, ferro e granito. Visando a valorização no mercado internacional, no caso do eucalipto, verifica-se que o Estado por meio da modernização conservadora destinou imensas extensões de terras localizadas nas chapadas do Vale do Jequitinhonha para empresas de eucalipto, favorecendo as siderúrgicas, a produção de celulose e levando à expropriação das condições de reprodução da população rural (GRAZIANO; GRAZIANO NETO; 1983, p. 22).

Além disso, a região é marcada por um elevado índice de desigualdade social, com diferenças significativas de renda e uma considerável parte da população vivendo em condições de vulnerabilidade socioeconômica. A carência de acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, permanece uma preocupação constante.

Toda a região compreendida como Centro-norte de Minas abrange as mesorregiões de expressão econômica menor em comparação às demais. No Noroeste de Minas, predomina a atividade agropecuária, sendo que, recentemente, o desenvolvimento tem se dado em razão das indústrias de grande porte nas áreas de extração mineral e siderurgia. As regiões do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Norte são consideradas economicamente estagnadas, sendo as duas primeiras as mais pobres do estado e o setor industrial quase inexistente. No Norte, destacam-se as atividades de pecuária e agricultura de subsistência, sendo que as indústrias da região estão estritamente ligadas a essas atividades.

No Leste de Minas, o desenvolvimento agrário é marcado por um grande potencial para a produção de hortifrutigranjeiros, além da presença de pequenas propriedades que visam a comercialização em mercados locais. A degradação ambiental é uma marca na região, a produção de gado é responsável pelo desmatamento das matas nativas e recentemente ainda a região foi diretamente impactada pelo crime da Vale, que matou o Rio Doce afetando toda a produção dos povos que viviam e cuidavam do território.

A questão agrária do Vale do Rio Doce é, portanto, historicamente marcada pela forte disputa pela terra e, infelizmente, por verdadeiras chacinas, campos de tortura e colonização forçada dos povos originários em prol dos interesses de expansão da coroa portuguesa. Em um primeiro momento, submetendo a uma forte repressão ao conjunto dos povos originários, que foram sendo dizimados pela lógica utilitarista dos bens ambientais imposta ainda no período colonial e, posteriormente, contra camponeses e comunidades tradicionais de posseiros, meeiros, parceiros, rendeiros e agregados, vindos de regiões próximas e até do sertão, que ao longo dos anos foram ocupando as terras e matas do Rio Sem Dono (PEREIRA, 1988) (BEZERRA, 2019, p. 34).

De acordo com Pereira (1988), a região do Vale do Rio Doce é marcada pelo apossamento de terras devolutas do Estado para o uso de forma privada. O processo de povoamento da região se deu essencialmente por trabalhadores vindos das demais regiões dos vales, com o intuito de fugir das condições de territórios mais secos ou de trabalhos análogos à escravidão. Além de ser fundamental considerar a presença dos povos tradicionais, quilombolas e indígenas que se fazem muito presentes na região. Os povos das terras, das águas e das florestas têm as práticas do cultivo de alimentos como milho, feijão, arroz, gado e pequenas criações.

A pequena produção se articula com a lógica do latifúndio em uma lógica de binômio de produção latifúndio-minifúndio, convivendo com a produção de gado, que exige a manutenção de latifúndios de grande extensão, assim como a chegada e a presença das madeireiras que implantaram a produção de eucalipto como uma das cadeias produtivas presentes e predominantes na região. A produção familiar fornece muitas vezes condições para a manutenção do latifúndio, pois a integração e a apropriação capitalista da produção intensificam a exploração do trabalho. Importante destacar que a região é marcada pela presença da BR-116, que interliga diferentes regiões do país, favorecendo o trânsito e o intenso processo de transporte de cargas.

Toda essa infraestrutura proposta pelo Estado e pelo capital estrangeiro abriu portas para latifundiários e empresas privadas, madeireiras, mineradoras e siderúrgicas, que, com o desenfreado modelo de exploração dado pela intensa extração de madeira e de recursos minerais, transformaram toda a paisagem exuberante de mata atlântica em enormes áreas de pastagens para criação de gado (ESPINDOLA, 2008, p. 25)

O Vale do Rio Doce abriga o maior complexo siderúrgico da América Latina, além de outros importantes empreendimentos minerários, o que impacta negativamente a qualidade de vida das comunidades locais devido ao elevado nível de poluição. Isso também afeta as características físicas, químicas e biológicas do solo, comprometendo as interações ecossistêmicas entre os corredores biológicos que sustentam a fauna e a flora da Mata Atlântica, assim como os ecossistemas dos rios e córregos da região (Paula, 2018).

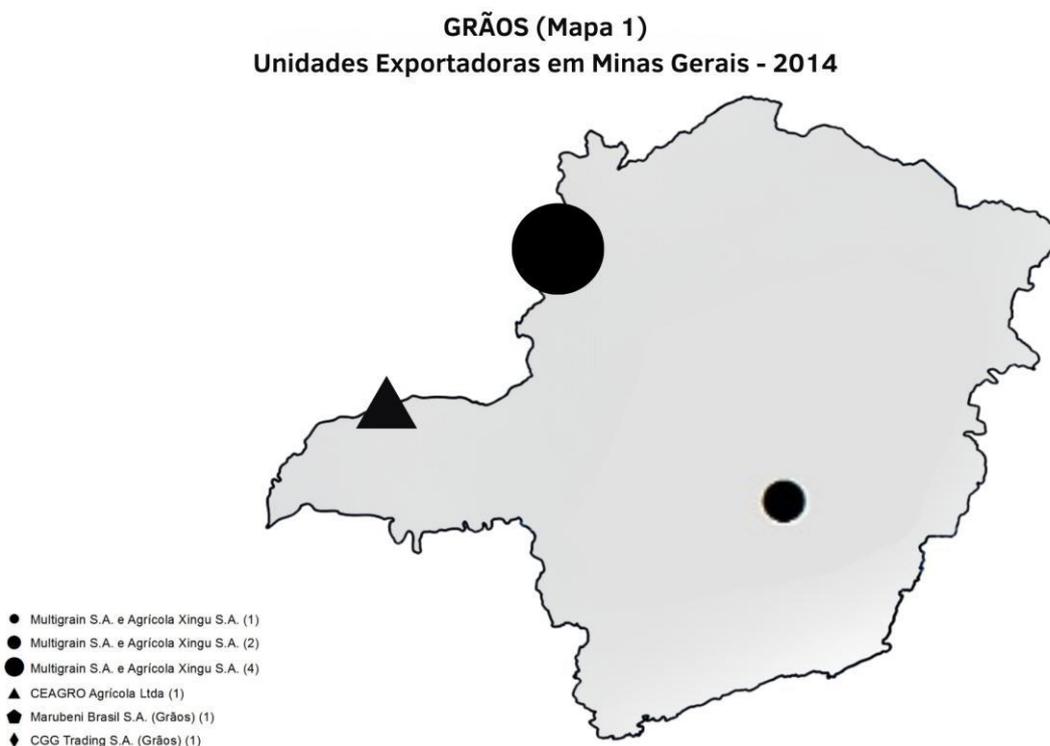
A brutalidade vivida no território deve ser compreendida em seus momentos históricos de devastação, apropriação das terras e expropriação de seus habitantes. Somada a toda tragédia social, assiste-se a pelo menos 150 anos de desmatamento, urbanização da calha de forma desordenada, práticas de pecuária extensiva, instalação de grandes áreas de monocultivos de eucalipto. O crime da Samarco (Vale e BHP Billinton), gerou a contaminação do Rio Doce com rejeito de minério de ferro, situação que ampliou os problemas sociais, ambientais e econômicos na região. Podemos falar que a região do Vale do Rio Doce é marcada por um grande contraste com áreas com uma maior presença industrial e outro pelo processo de produção da silvicultura. A primeira é conhecida como Vale do Aço, onde a produção siderúrgica e a outra região mais estagnada está baseada na monocultura de eucalipto. Porém, a dinâmica do segmento citado está voltada à exportação.

As regiões Central Mineira e Noroeste de Minas representam regiões que foram diretamente influenciadas pelo processo de modernização da agricultura. A região Central Mineira se assemelha, em termos de estrutura econômica, à região Metropolitana de Belo Horizonte. A indústria de alimentos e bebidas é uma das principais atividades da região e a microrregião com maior importância é Divinópolis, cujo parque industrial é voltado à siderurgia e têxtil. A região é marcada de forma profunda pelo processo de mineração, tendo destaque para ferro, ouro, manganês e areia (IBRAM, 2015).

A proximidade com a região metropolitana marca profundamente o território, pois existe a forte presença da indústria e conta com um polo de mineração, especialmente de minério de ferro. A dependência da mineração traz vulnerabilidades econômicas devido ao processo intensivo de exploração do trabalho e da dependência do mercado externo, que tem a necessidade permanente de ampliação dos processos de exploração dos bens da natureza. Também se faz necessário destacar a produção de café da região.

Já a região Noroeste de Minas pode ser caracterizada por uma maior proximidade geográfica da região central do país. Podemos destacar o processo de ocupação da região como sendo marcado pela presença do latifúndio e pela agricultura familiar, atuando de forma interligada. Importante destaque deve ser dado à agricultura familiar, pois se desenvolve uma região de um solo fértil como essa parte do cerrado, mas também se destaca pelo processo de desmatamento profundo, com a chegada da produção da silvicultura, acarreta uma derrubada das matas nativas, onde implanta-se de forma expressiva usinas de siderurgia para a produção de carvão, causando derrubada e queimada na vegetação.

**Figura 08: Mapa de indicação das mesorregiões em que se concentra unidades exportadoras em Minas Gerais e as empresas principais empresas do agronegócio.**



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2014).

Como também podemos evidenciar através do mapa, a região está na rota do desenvolvimento das commodities. O noroeste mineiro conta de forma preponderante com a presença da produção da soja, devido a um processo de intensificação de polos de produção altamente tecnificados, “o município de Paracatu tinha, em 1996, 1.223, quase 34% do total de tratores da Microrregião. O município de Unai tinha 1.668 unidades, ou seja, mais de 55% do total de tratores de sua microrregião” (SAUER, 1999, p. 12).

É possível visualizar uma ampliação considerável da produção de grãos, com a produção da soja e do milho. Como já afirmado anteriormente, essa produção a que mais se ampliou nos últimos 10 anos no estado. Analisando a tabela, temos que, em 2002, o estado contava com 1.209.620 hectares de área plantada de milho, passando, em 2022, para 2.022.682 hectares, quase dobrou a quantidade de áreas plantadas no estado. A região noroeste se destaca por ser a segunda região que mais produz grãos.

Em 2022, foram 275.780 hectares produzidos de soja e 634.020 hectares destinados a cultura do milho na região. Dados organizados pela autora, retirados da revista Forbes (2022) apontam a presença de empresas como a Multigrãos S.A. e Agricultura Xingu S.A., uma das 100 maiores empresas do agronegócio de Minas Gerais, além de contar com a presença de 3 das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil. Cabe-nos apresentar um pouco sobre as empresas presentes na região, através da seguinte tabela, extraída da PAM de 2022.

**Figura 09: Tabela referente a área plantada de milho e soja nas mesorregiões de Minas Gerais e sua ampliação da produção de 2002 a 2022**

Tabela 5457 - Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes												
Variável - Área plantada ou destinada à colheita (Hectares)												
Unidade da Federação e Mesorregião Geográfica	Ano x Produto das lavouras temporárias e permanentes											
	2002		2006		2016		2020		2021		2022	
	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Milho (em grão)	Soja (em grão)
Minas Gerais	1209620	717779	1331108	1009366	1219262	1472224	1139726	1695702	1193535	1935260	1314591	2022682
Noroeste de Minas (MG)	134410	182180	125240	289720	203030	493336	176677	492300	189040	607150	275780	634020
Norte de Minas (MG)	109704	16820	120635	35489	103009	50388	75604	57028	77050	61363	78860	58774
Jequitinhonha (MG)	23865	-	24822	420	18840	-	15698	-	16997	40	16285	150
Vale do Mucuri (MG)	4720	-	5689	-	3204	-	3298	-	3447	-	3491	-
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG)	330668	514866	393034	663021	424208	791435	470273	903314	486398	960695	498397	1002659
Central Mineira (MG)	37212	880	46450	4705	21468	5904	15880	16858	20265	25763	21467	29609
Metropolitana de Belo Horizonte (MG)	55058	9	56183	470	33595	845	15817	1600	17388	2640	17992	2766
Vale do Rio Doce (MG)	78386	-	64648	-	33872	-	16875	-	16980	-	16925	-
Oeste de Minas (MG)	80958	1200	91969	4900	80160	21590	76344	55840	78985	77395	86443	78002
Sul/Sudoeste de Minas (MG)	217533	1673	259164	7931	192549	81226	175081	134412	184288	157552	189873	164847
Campo das Vertentes (MG)	48110	151	57195	2410	60405	27500	67560	34350	71010	42662	76670	51855
Zona da Mata (MG)	88996	-	86079	300	44922	-	30619	-	31687	-	32408	-

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Fonte: PAM, produção agrícola municipal (IBGE: 2022).

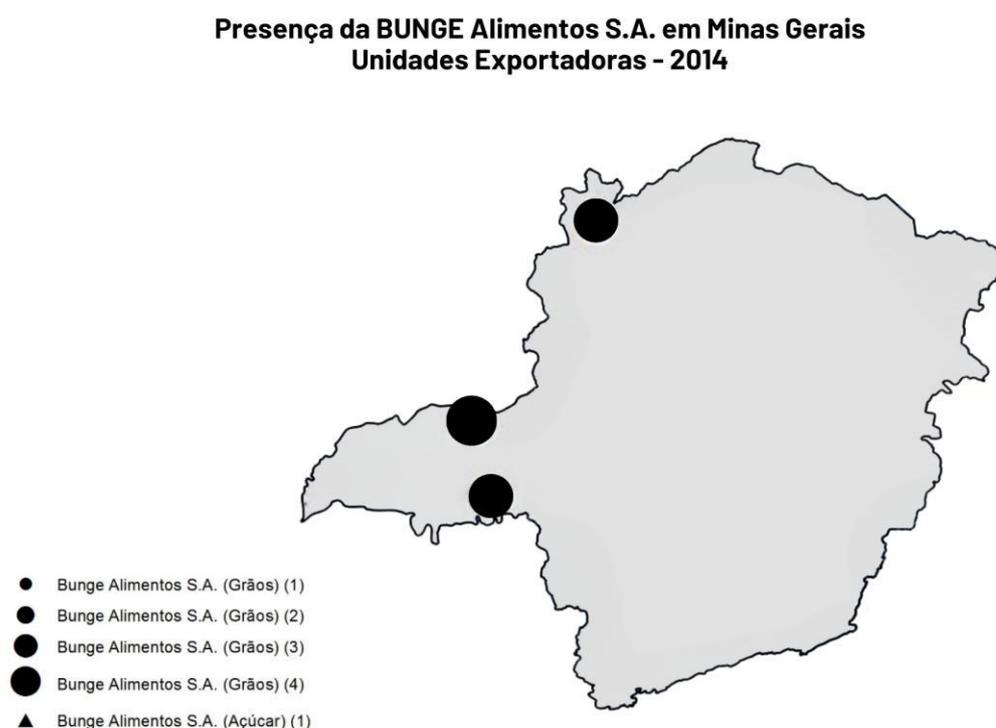
A Bayer é uma empresa de origem alemã que produz agrotóxicos, mas vem expandindo cada vez mais seu leque de produção, de acordo com dados divulgados pela imprensa em reportagem feita pelo Mídia Ninja (2023). “Somente de 2021 para 2022, a empresa anunciou que teve um lucro de 4.150 milhões de euros, mais 315%

que no ano fiscal anterior”. De acordo com relatório organizado pelo observatório De Olho nos Ruralistas (2023), a empresa é uma das principais financiadoras da convenção chamada Bancada do Agro, junção de deputados federais que atuam em prol do desenvolvimento do agronegócio no Brasil, promovendo políticas públicas para o desenvolvimento cada vez maior das empresas multinacionais. Como o relatório aponta, a Bayer realizou mais de 60 reuniões com o governo de Bolsonaro, com representantes do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), sem constar na agenda oficial das autoridades do governo. Coincidentemente, nesse mesmo período, foram liberados mais de 2 mil novos tipos de agrotóxicos para comercialização no Brasil.

Outra das maiores empresas do agronegócio mundial que está presente no noroeste mineiro é a Bunge, uma das empresas multinacionais do agronegócio de origem holandesa. É a empresa que mais lucrou e dobrou sua lucratividade em 2021, de acordo com relatório de “De olho nos ruralistas” (2022). O segmento do agronegócio da Bunge é o mais importante da empresa, registrando vendas líquidas de US\$43,6 bilhões no ano de 2019 e US\$30 bilhões em 2020. A multinacional é denunciada por trabalho análogo ao escravo em Goiás em operação feita pelo Ministério do Trabalho, divulgando nota explicativa sobre o crime ocorrido.

Como podemos verificar no mapa seguinte, organizado pela autora a partir das elaborações de Ariovaldo Umbelino, temos a presença da transnacional no noroeste de Minas e no Triângulo Mineiro, mesorregiões que o agronegócio segue mais desenvolvido em Minas Gerais. Como descrito, as principais atividades da empresa no estado giram em torno da comercialização da produção de grãos, além da venda de insumos para a produção agrícola, através dos pacotes tecnológicos vendidos pelas grandes empresas do agronegócio que tornam os produtores cada vez mais dependentes das grandes empresas.

**Figura 10: Mapa demonstrativo sobre a presença da empresa BUNGE nas diferentes mesorregiões de Minas Gerais**



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2014).

A Bunge é a quarta maior exportadora entre todos os setores e a primeira no setor agrícola do Brasil. Os derivados de soja da Bunge são usados principalmente como ração na produção de carne bovina, suína, de aves e de laticínios, que é vendida em supermercados brasileiros e da Europa, além de abastecer cadeias de fast food. Mais de 80% da receita da multinacional depende da soja e seus derivados (De olho nos ruralistas, 2023). A produção da empresa é denunciada por práticas de looby e outras práticas ilegais, sendo que no Cerrado, as atividades da Bunge representam 50% do risco de desmatamento de todo o bioma.

No Brasil, desde 1905, a Bunge tem 20 mil funcionários e possui cerca de 100 unidades entre fábricas, moinhos, portos, centros de distribuição, silos e instalações portuárias de acordo com dados disponibilizados pela empresa (site BUNGE Brasil, 2024). No campo, a empresa é uma das líderes de produção de soja, milho, trigo, caroço de algodão, sorgo e girassol. Entre os produtos fabricados estão óleos, maionese e margarinas, como os das marcas Soya, Primor e Salada, produtos ultraprocessados, além de contar com 11 usinas de cana-de-açúcar, no Brasil.

Outra empresa que merece destaque é a COAGRIL, fundada em 1985, na cidade de Unaí, noroeste de MG, é atualmente considerada uma das maiores empresas de comercialização de grãos. De acordo com a revista Forbes (2022), tem sua receita girando R\$1,73 bilhão por ano. Em 2020, foi comercializado 1,19 milhão de toneladas de grãos, incluindo soja, milho, sorgo e trigo. Além de atuar na cadeia produtiva da comercialização de grãos, também vem desenvolvendo atividades junto à cadeia do café e também pneus e insumos aos cooperados.

Atua no mercado financeiro através do CRA (créditos financeiros do agronegócio) que são lastreados através de direitos creditórios do agronegócio decorrentes da Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira. Como já referido anteriormente, podemos falar que são derivativos, nada mais que contratos, com preços e vencimentos fixados em data futura, os produtores antecipam a venda da sua produção, assim alimentando o mercado financeiro, pois serve para a capitalização nas bolsas de valores, sendo investido no mercado de acordo com as taxas especulativas.

O agronegócio se expressa e se organiza combinando o capital agrário com o capital financeiro, sendo o entrelaçamento entre eles a forma de organização da produção. Os derivativos oriundos do processo de produção da COAGRIL, são comercializados pelos bancos e podemos dar destaque ao Bradesco, que comercializa os títulos para a empresa, o que garante um controle relativo e determinado, em escala internacional, contando com investimentos de empresas internacionais, fundos de pensão e grupos econômicos que, muitas vezes, não possuem relação direta com o processo de produção.

As empresas nacionais são controladas por uma ou mais empresas de fora do país. Dessa forma, o processo de reprodução do capital está atrelado a entrada de capitais externos, utilizando-se de mão de obra barata e de bens da natureza no território, conseguindo especular sobre a produção de agricultores que, na maioria das vezes, desconhecem todo o processo que vivenciam.

O valor pago pela safra rende capital nas cifras apontadas para os grandes investidores e não para os trabalhadores que enfrentam as dificuldades diárias do processo de produção, o mecanismo de exploração se complexifica e se amplia. Além dos produtores perderem em parte a sua autonomia sobre o processo produtivo,

passam a estar cada vez mais dependentes das grandes empresas que exigem a incorporação do “pacote tecnológico” desenvolvido pelas grandes corporações, com a venda de insumos agrícolas, sementes geneticamente modificadas, agrotóxicos cada vez mais fortes e específicos.

O Centro-Oeste de Minas apresenta uma economia diversificada, com forte presença de culturas agrícolas como milho, soja e cana-de-açúcar. Conforme a figura 07, a cadeia da cana-de-açúcar se apresenta amplamente desenvolvida, contando com um nível diferenciado de tecnologia, quando falamos da produção de álcool temos um grande desenvolvimento tecnológico envolvido, mas, ao falar do açúcar, os meios de produção são mais diversificados. Mesmo sendo uma cadeia produtiva que tem uma relativa demanda de desenvolvimento tecnológico inferior a outras, possui a capacidade de produção em escala industrial.

A maioria das regiões do estado possuem produção de cana, mas se destacam as regiões do Triângulo Mineiro, Noroeste, Central mineira e Oeste de Minas, como sendo as principais, nessa ordem. De acordo com os dados analisados na figura 07, a produção de cana-de-açúcar no estado mais que dobrou. Em 2002, havia 277.977 hectares de área plantada, em dez anos, o número dobrou e no ano de 2022 foi identificado que as áreas destinadas a essa cultura passaram para 977.624 hectares, significando um aumento de produtividade de mais de 300%.

**Figura 11: Quadro sobre a área plantada de cana-de-açúcar nas 12 mesorregiões de Minas Gerais dos anos de 2002 a 2022**

Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes						
Variável - Área plantada ou destinada à colheita (Hectares)						
Unidade da Federação e Mesorregião Geográfica	Ano x Produto das lavouras temporárias e permanentes					
	2002	2006	2016	2020	2021	2022
	Cana-de-açúcar	Cana-de-açúcar	Cana-de-açúcar	Cana-de-açúcar	Cana-de-açúcar	Cana-de-açúcar
Minas Gerais	277977	431338	911614	1005145	977766	977624
Noroeste de Minas (MG)	9830	12305	57189	95174	88940	100640
Norte de Minas (MG)	23914	24356	38411	20570	19372	17781
Jequitinhonha (MG)	7540	8360	8447	5125	4093	3674
Vale do Mucuri (MG)	6391	9058	9076	5282	5501	4858
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG)	118636	251920	637268	718611	715035	712391
Central Mineira (MG)	23677	28862	45701	55519	54068	53193
Metropolitana de Belo Horizonte (MG)	11030	10122	9098	7601	6230	5328
Vale do Rio Doce (MG)	10462	11074	9614	6047	4964	4057
Oeste de Minas (MG)	5643	5990	23884	27437	25620	25427
Sul/Sudoeste de Minas (MG)	32969	40304	51339	40700	34222	32220
Campo das Vertentes (MG)	2295	1659	2415	1096	932	729
Zona da Mata (MG)	25590	27328	19172	21983	18789	17326

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Fonte: PAM, produção agrícola municipal (IBGE, 2022).

Dados do IBGE/SIDRA (produção agrícola municipal) e no CANASAT/INPE, apontam a região com maior área plantada de cana-de-açúcar do estado, com destaque para as cidades de Arcos, Bambuí, Iguatama, Japaraíba, Lagoa da Prata, Luz e Pompéu.

As principais mudanças no uso do solo ocorreram em função da expansão em 130,46% da área plantada de cana-de-açúcar, 87,07% de reflorestamento e 31,55% de culturas agrícolas. As variações de perda ficaram por conta da redução em 19,6% das áreas remanescentes de Cerrado, além de 8,48% das pastagens cultivadas (SILVA, 2014).

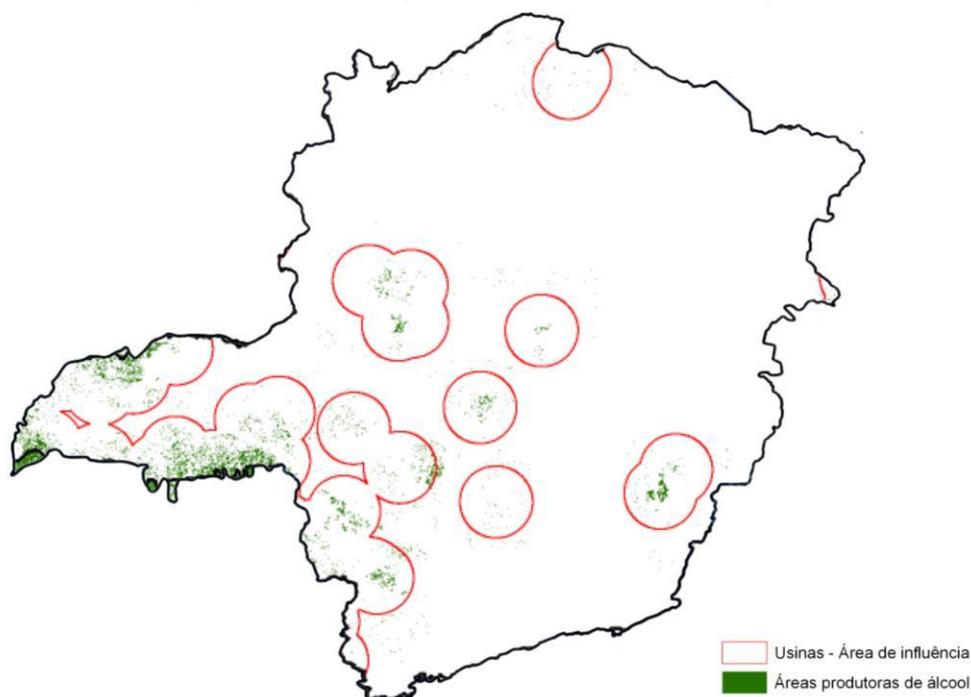
De acordo com Ariovaldo Umbelino (2014), podemos identificar a cadeia produtora de álcool muito desenvolvida. Minas Gerais é o estado que conta com as maiores usinas de cana, sendo um dos estados de maior produção de álcool do Brasil. A região do centro-oeste mineiro, juntamente com o do Alto Paranaíba e Triângulo, se apresenta como as principais regiões produtoras de cana de açúcar. Através do mapa,

também podemos evidenciar que diferentes regiões de Minas Gerais contam com essa cadeia de produção desenvolvida.

Dentre as implicações trazidas para o território, temos que a cana-de-açúcar demanda o trabalho com baixo nível de qualificação, onde exige grande quantidade de força de trabalho empregada. Historicamente, é importante considerar a condição do trabalho dentro do processo de produção de cana, consta-se altos níveis de trabalho análogo ao escravo nesse modelo de produção. “O Brasil é considerado o maior produtor de cana de açúcar do mundo, com 33% das áreas de plantio (SANT’ANNA *et al*, 2009), 20% da produção e 50% das exportações de açúcar (UNICA, 2011). Para atender essa demanda, a área plantada de cana no Brasil aumentou em 97,59% no período de 1995 a 2010, o equivalente à área de 4.526.475 ha (IBGE/SIDRA, 2011)”.

### Figura 12: Mapa das áreas concentradoras de produção de álcool em Minas Gerais

Minas Gerais: Cana-de-Açúcar 2007 - Áreas produtoras de álcool e de consequente influência



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE/mapa/udop/valor econômico 2007.

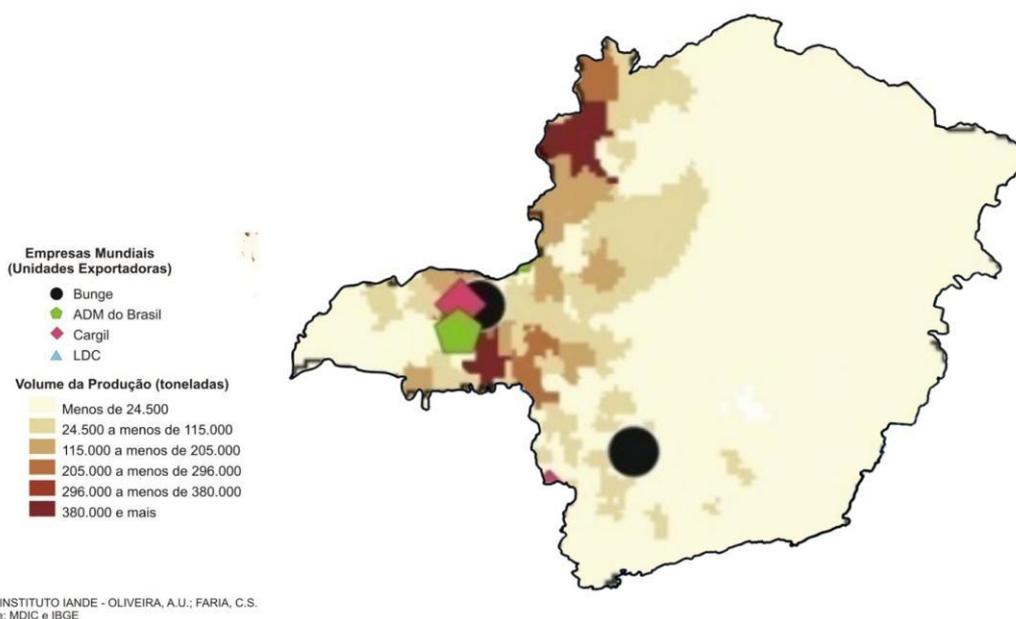
A mesorregião do Alto Paranaíba tem como destaque a produção de grãos, especialmente soja, além da pecuária. A Bunge está presente na região, sendo uma

empresa multinacional com significativa atuação em Minas Gerais, particularmente nos setores de agronegócio. Sua atuação na região abrange desde a produção de grãos e oleaginosas até a fabricação de alimentos e ingredientes para a indústria alimentícia.

A Bunge está envolvida na produção de commodities agrícolas, como soja e milho, que têm sido associadas ao desmatamento e à degradação ambiental, especialmente no cerrado mineiro. A conversão de áreas naturais para monoculturas intensivas contribui para a perda de biodiversidade, a degradação do solo e a emissão de gases de efeito estufa.

**Figura 13: Mapa de identificação das empresas mundiais do agronegócio produtoras de cereais, leguminosas em Minas Gerais**

**PRODUÇÃO DE CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS E EMPRESAS MUNDIAIS EM MINAS GERAIS - 2007**



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE/mapa/udop/valor econômico 2007.

O Triângulo Mineiro é uma região que conta com uma grande estrutura de produção do agronegócio. Podemos afirmar que é a mesorregião em que o capital agrário mais se desenvolveu no estado devido às suas características naturais favoráveis como, terras planas e com uma relativa regularidade de chuvas e à infraestrutura instalada foi sendo adequada para potencializar a produção de

commodities. O desenvolvimento do agronegócio na região está associado ao desenvolvimento paulistano, se integra na lógica da produção em larga escala, com a forte presença do latifúndio e com o foco na produção para o mercado externo.

O Triângulo Mineiro possui condições climáticas que contribuíram para se tornar o centro do agronegócio de Minas Gerais, pois possui uma boa disponibilidade hídrica e terras altamente agricultáveis, formada pelos biomas da mata atlântica e, em grande maioria, conta com a presença do bioma do cerrado. Essas características do território favoreceram a vinda das grandes empresas do agronegócio. São terras planas, que tornam o Triângulo Mineiro altamente adequado para a mecanização em grande escala. A região conta com as principais cadeias produtivas estruturadas em Minas Gerais, dos grãos (milho e soja), do café, gado, cana de açúcar e ainda da silvicultura.

Possui uma rede de transporte e infraestrutura altamente desenvolvidos, garantindo portos para exportação, situação que vem facilitando o escoamento da produção agrícola da região. Além de contar com a presença do bioma do Cerrado, vem recebendo grandes investimentos no desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a referida biodiversidade, considerando as dificuldades da convivência da produção nesses territórios que correspondem ao bioma do Cerrado. De acordo com os mapas e pesquisas realizadas, as grandes empresas que produzem sementes geneticamente modificadas, empresas produtoras de agrotóxico e as grandes multi e transnacionais estão instaladas e vem ampliando cada vez mais a atuação na região.

Tem-se o destaque para empresas como a Bayer, Amaggi, Bunge, Cargill, BRF, Suzano S.A., JBS, Monsanto. É uma região fértil e fundamental para a produção agrícola do agronegócio, com destaque para a soja, milho e a pecuária. A mesorregião beneficia-se de uma infraestrutura robusta e políticas públicas que visam o fortalecimento do agronegócio, contribuindo para o desenvolvimento agrário regional.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a cana de açúcar teve um crescimento de 47,9% na produção no período de 1995 a 2006, atingindo 19,6 bilhões de reais em 2006, o maior valor alcançado por uma cultura no país (IBGE, 2009). O surgimento de novas usinas motivadas pelo financiamento do Estado provocou um acréscimo de 33,3% de áreas colhidas. No Censo Agropecuário de 2017, dos 607,6 mil estabelecimentos agropecuários do estado de Minas Gerais, 49 mil produziram cana de açúcar, e a produção estadual foi de 66 milhões de toneladas (IBGE, 2019). Com 930 mil hectares plantados, Minas Gerais tem 34 usinas de açúcar e álcool, que serão ampliadas para 36, em 2020. Sobre o processo de estrangeirização de terras,

referente à compra, arrendamento ou direito de superfície de terras por estrangeiros, Santos (2017) identificou na região do Triângulo Mineiro nove grupos de capital internacional atuando neste negócio. Segundo a autora, a cana-de-açúcar é a commodity de atuação dessas empresas, e a maioria dos capitais provém dos EUA (MASSON, 2021, p. 52)

É importante destacar que, no campo do cultivo de grãos, a atual produção agrícola da região é viabilizada pela atuação de empresas que embora não participem diretamente do plantio, ficam responsáveis pela comercialização (compra e venda) e pelo processamento dos produtos (como ocorre com as tradings Cargill, ADM, entre outros grupos). Isso gera uma relação de dependência entre os produtores e os agentes que negociam a produção.

A atuação da Cargill no Triângulo Mineiro, uma região chave em Minas Gerais, envolve um complexo processo de exploração agrícola que tem implicações econômicas, sociais e ambientais significativas. A Cargill, uma das maiores multinacionais do agronegócio, desempenha um papel crucial na cadeia produtiva de grãos e oleaginosas, principalmente soja e milho, que são predominantes na região. O grupo Cargill, que é um dos principais agentes de organização da produção de commodities agrícolas no território brasileiro, é presença ativa na região do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba. A partir de dados de Pereira (2012), a empresa está presente em 13 municípios do Triângulo Mineiro, com suas unidades produtivas atuando em diferentes frentes de produção como armazenamento, processamento, produção de fertilizantes, pesquisas e comercialização de sementes, além de também ter investimentos na cadeia de produção de cana de açúcar, que vem produzindo álcool.

A Cargill, que conta com aproximadamente 700 colaboradores em sua unidade industrial localizada em Uberlândia — a maior do grupo no Brasil e também a maior fora dos Estados Unidos —, decidiu expandir em 2010 sua área de produção de amidos e adoçantes, elevando sua capacidade produtiva em 70%. Para isso, foram destinados cerca de R\$ 112 milhões para a expansão da fábrica, o que gerou 70 novas vagas de emprego direto (CARGILL, 2010). Assim, a criação de cada novo posto de trabalho pela empresa representa, em média, um investimento de cerca de R\$ 1,6 milhão, de acordo com Pereira (2012).

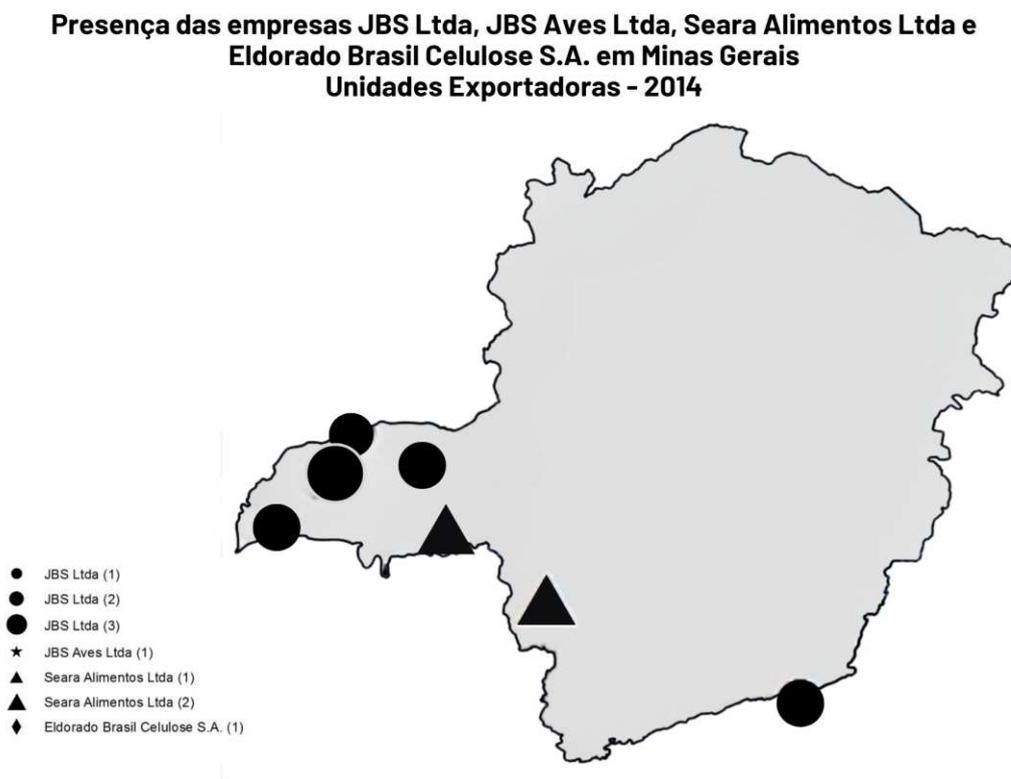
A ADM (Archer Daniels Midland Company), localizada no Triângulo Mineiro, de acordo com dados da lista das 100 maiores empresas do agronegócio de Minas Gerais, organizada pela Econodata (2021), teve seu lucro estimado em 300,5 milhões,

atuando em diferentes setores da produção do agronegócio. Seu faturamento se refere a sua unidade de Araguari que atua com logística e transporte. Além de atuar nesse ramo, também tem uma atuação desenvolvida e presente em mais seis municípios da mesorregião, atuando no armazenamento, processamento de grãos e investindo na cadeia produtiva da cana, no processo de produção de usinas de álcool. Importante destacar que empresas como Cargill, Bunge e ADM vem atuando de formas interligadas tanto no processo de produção de grãos como fertilizantes e desenvolvendo iniciativas no campo da mineração, industrialização e distribuição de mercadorias.

Como destaca Pereira (2012), recentemente o Grupo Vale se tornou acionista de empresas que atuam na região no campo da produção de fertilizantes, como exemplo, o campo majoritário Fortestil, que atua juntamente com a Bunge. Particularmente nas microrregiões onde a infraestrutura de transporte e armazenamento é mais avançada, cria-se um cenário favorável para a agricultura contemporânea de commodities com alto valor de mercado. Nesse cenário, sobressaem-se os municípios de Uberaba, que possui uma grande capacidade instalada para a produção agrícola em grande quantidade, e Uberlândia, reconhecida especialmente pela sua infraestrutura de processamento, armazenamento de grãos e celulose. Assim, essas áreas se consolidam como o centro nevrálgico e ponto de encontro de uma expressiva parte da produção agrícola da região.

Em termos de produção agrícola propriamente dita, a região conta com o principal município do agronegócio de Minas Gerais, a cidade de Uberaba, também é um dos principais espaços da moderna produção agropecuária no país. A região se destaca pela presença das principais e maiores empresas do agronegócio do Brasil e elas seguem ampliando sua rede na região. Podemos dar destaque para a produção do milho e soja, com toda a cadeia produtiva com um grau elevado de tecnologia e capacidade instalada, garantindo a posição de destaque no processo de produção para exportação. Também é importante destacar que a região como a principal na produção de carne bovina, possui centro especializado em genética bovina e com a presença de grandes empresas do agronegócio ligadas à produção de carne para exportação.

**Figura 14: Mapa demonstrativo da presença de grandes empresas do agronegócio da cadeia do gado em Minas Gerais por mesorregião**



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2014).

Com o crescimento da presença do agronegócio no Triângulo, temos cada vez mais a presença de empresas transnacionais como a Louis Deyfrus Commodities (em parceria com o grupo Vale), que se instalou em 2009 e atua com café, algodão, grãos, suco, oleaginosas, arroz e açúcar, sendo uma das dez maiores exportadoras do Brasil. De acordo com a revista Forbes 2022, a empresa ocupa o 12º entre as 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil. A LDC foi alvo de investigações sobre condições de trabalho inadequadas, incluindo alegações de trabalho análogo à escravidão em fazendas de cana-de-açúcar. Essas denúncias incluem jornadas exaustivas, falta de acesso a condições básicas de saúde e segurança no trabalho, além de pagamentos abaixo do salário mínimo legal. Trabalhadores nessas fazendas, frequentemente contratados por meio de intermediários, muitas vezes enfrentam precariedade e exploração.

Para finalizar a caracterização do Triângulo Mineiro, também podemos apontar a presença da mineração na região, com destaque para extração de ferro, ouro, manganês, fosfato, calcário, areia, nióbio e rochas e cascalho. As operações das

empresas de mineração no Triângulo Mineiro contribuem para ampliar as disputas no território e intensificam o processo de degradação ambiental e o processo de exploração dos bens da natureza, considerando que o bioma do cerrado vem sendo um dos mais degradados e disputados pelo grande capital.

A mesorregião do Campo das Vertentes, localizada na região central de Minas Gerais, é ligada à produção agropecuária, com uma considerável presença da agricultura familiar, com destaque para a produção de leite e derivados. Possui uma área menor que as demais mesorregiões e conta com índices de concentração de terra relativamente mais baixos quando comparados a outras localidades de Minas Gerais. A região se caracteriza por indústrias de pequeno e médio porte, especialmente voltadas para o setor têxtil, alimentício e moveleiro. A economia do Campo das Vertentes é fortemente influenciada pela agropecuária, que é a principal atividade econômica da região. A produção leiteira é uma das mais significativas, com o leite e seus derivados (como queijos) sendo produtos de destaque.

Além da produção de leite, a região também se destaca na criação de gado de corte e na agricultura familiar, com a produção de milho, feijão, café e cana-de-açúcar. Esses produtos não apenas abastecem o mercado local, mas também são exportados para outras regiões do estado e do país. Temos destaque para produção de café, grãos e gado na mesorregião, além de contar com grandes empresas que vem atuando na região, tecnificando a produção e garantindo uma ampliação da produção na região.

Passando para a mesorregião da Zona da Mata, podemos destacar e reconhecer a região como marcada por profundas desigualdades. Dados sistematizados por Teixeira (2012) demonstram que o maior número de estabelecimentos rurais da mesorregião é composto por minifúndios, ou seja, com área menor que 26 hectares, porém, estes ocupam 12,16% da área total ocupada; por outro lado, os chamados médios e grandes estabelecimentos rurais, que compreendem áreas de 100 a mais de 2.500 hectares, ocupam 49,27% da área total. Assim, podemos destacar os níveis da concentração fundiária na Zona da Mata mineira, uma vez que quase metade da área é ocupada por um número reduzidíssimo (5,14%) de propriedades, o que acaba por expressar as desigualdades sociais e de acesso à terra, em que os trabalhadores, expulsos das terras desde o advento da Lei de Terras de 1850, foram impossibilitados de acessar a terra para sua produção e reprodução.

Na mesorregião da Zona da Mata, podemos afirmar que as disparidades apontam para a realidade de concentração de terras, com a predominância de monoculturas que seguem contribuindo para a perpetuação da exclusão social e ambiental. Minas Gerais, em 2015, continua como o maior produtor nacional de leite com a produção de 9.144.957 mil litros, com base na Pesquisa Pecuária Municipal 2015 (PPM) do IBGE, sendo que a Zona da Mata se destaca no cenário nacional como uma das principais bacias leiteiras do estado. De acordo com informações divulgadas pelo governo do estado, a Zona da Mata tem uma produção estimada em 3 milhões de litros de leite por dia, contando com grandes laticínios que beneficiam o leite e abastecem uma parte considerável de algumas regiões do Rio de Janeiro. Dessa forma, os produtores se tornam dependentes dos grandes laticínios que pagam valores extremamente baixos aos produtores da agricultura familiar que têm rotinas de trabalho intensas devido ao baixo nível de tecnologia empregado no processo de produção do leite.

As mesorregiões Zona da Mata e Campo das Vertentes têm como principais atividades a agropecuária e a indústria, contando com uma considerável infraestrutura para escoamento da produção, são regiões próximas a grandes centros políticos do país estando entre Belo Horizonte e a cidade do Rio de Janeiro. Importante destacar a microrregião de Juiz de Fora, que possui um dos maiores centros urbanos do estado de MG, com presença de indústrias de grande porte. A indústria representa 19,9% do PIB regional, sendo os principais segmentos a indústria metalúrgica, automobilística, têxtil e moveleira.

A atividade também é muito expressiva nos demais municípios como Juiz de Fora, Leopoldina, Lima Duarte, Ervália, Muriaé e Ponte Nova” (BEZERRA apud 2019). A Zona da Mata é rica em histórico e biodiversidade, com seu território formado pelo bioma da mata atlântica que foi amplamente devastado e enfrenta as contradições pelo modelo de produção presente na região, contando com mineradoras. Na pecuária, destacam-se a produção de leite como já destacado e a criação de bovinos, suínos e aves. A cadeia produtiva do café tem grande destaque histórico na região, ainda se mantém como um grande polo produtor, estando localizada na porção norte da região

Segundo dados do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de 2001, apenas 6,9% das terras da mesorregião da Zona da Mata

são utilizadas para lavouras permanentes e temporárias, demonstrando baixa exploração agrícola na região. Em algumas cidades como Goianá, Ibertioga e Lima Duarte existem vazios demográficos significativos. A população desta mesorregião corresponde a 6,53% da população total do estado de Minas Gerais. Há tendência pela sub-urbanização econômica e um nível de empregabilidade acentuado no setor de serviços (BEZERRA, 2019, p. 23).

Para finalizar a caracterização da estrutura agrária presente nas diferentes mesorregiões de Minas Gerais, temos que analisar o Sul de Minas Gerais. Economicamente, a região pode ser considerada uma das que mais se destacam no estado, tem uma grande presença do agronegócio com o foco na cadeia produtiva do café, possui vastas plantações de café arábica, sendo a sua principal atividade econômica.

A cafeicultura insere-se no âmbito do agronegócio global e desempenha um papel crucial no mercado brasileiro. Em 2019, o Brasil destacou-se como o maior produtor mundial dessa commodity, respondendo por 36,6% da produção global. Além disso, o país ocupou a 5ª posição nas exportações de commodities do agronegócio (CONAB, 2019). No entanto, a indústria cafeeira enfrenta diversas contradições sob diversas óticas, incluindo as econômicas, ambientais, políticas, sociais e territoriais, os quais se intensificam à medida que essa atividade se globaliza, gerando efeitos nas esferas locais e regionais.

Analisando a tabela abaixo, fica evidente a dimensão da predominância da produção de café na região do sul de Minas. Também podemos destacar a região do Triângulo Mineiro, mas se torna evidência como a cadeia produtiva do café é a principal base da economia da região, quando olhamos dos dados da área plantada. O sul de Minas Gerais é a principal região brasileira produtora de café, tanto cafés especiais, como em quantidade, tendo toda a sua infraestrutura instalada, logística organizada para a produção, muitas cidades são dependentes da produção do café.

**Figura 15: Tabela demonstrativa de área de produção de café, por mesorregião de Minas Gerais de 2002 a 2022.**

TABELA 5457 - ÁREA PLANTADA OU DESTINADA À COLHEITA, ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES			
VARIÁVEL - ÁREA PLANTADA OU DESTINADA À COLHEITA (HECTARES)			
UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	ANO X PRODUTO DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES		
	2002	2012	2022
	Café (em grão) Arábica	Café (em grão) Arábica	Café (em grão) Arábica
Minas Gerais	...	1016916	1012763
Noroeste de Minas (MG)	...	12873	19051
Norte de Minas (MG)	...	9346	8805
Jequitinhonha (MG)	...	23664	16816
Vale do Mucuri (MG)	...	6858	2144
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG)	...	154695	185247
Central Mineira (MG)	...	780	796
Metropolitana de Belo Horizonte (MG)	...	2386	906
Vale do Rio Doce (MG)	...	63936	57827
Oeste de Minas (MG)	...	76383	76192
Sul/Sudoeste de Minas (MG)	...	433932	420822
Campo das Vertentes (MG)	...	26507	21427
Zona da Mata (MG)	...	205556	202730

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Fonte: PAM, produção agrícola municipal (IBGE, 2022).

A região responde por 47,2% da produção total de café do estado. A estrutura fundiária é caracterizada pela predominância das pequenas propriedades, de forma que o latifúndio não é tão comum como em outras regiões do estado, mas a presença de grandes empresas transnacionais constrói uma lógica em que os pequenos produtores são inseridos ao processo a partir de uma dependência criada, em que as ditas cooperativas compram as safras futuras, realizando empréstimos e condições de produção que depois são cobrados juros altos, situação que cria vínculos e compromete a capacidade da agricultura familiar de negociar suas safras a preços mais coerentes.

Ao analisar a dimensão territorial da região e a presença de lavouras permanentes no sul de Minas, podemos afirmar que a cafeicultura é responsável por mais de 90% das áreas cultivadas e colhidas. É importante ressaltar que esse montante de capital está se tornando alvo de crescente competição entre multinacionais, cooperativas e investidores que estão sendo atraídos para a região sul

mineira. Das 100 maiores empresas do agronegócio de Minas Gerais, temos a presença de 6 empresas que têm seu faturamento na escala dos milhões e bilhões, de acordo com dados extraídos da revista Forbes 2012.

A presença de empresas multinacionais vem crescendo ano a ano no Sul de Minas, como podemos destacar a presença da transnacional Louis Dreyfus Company, que armazena e comercializa os cafés, mantendo uma relação direta com o mercado internacional, pois é a terceira maior empresa que comercializa café no mundo. Está no Brasil desde 1942, de origem francesa, tem sua receita informada estimada em R\$ 27,83 bilhões. A presença cada vez maior das grandes empresas do agronegócio garante um alinhamento cada vez maior espacial e econômico aos interesses do mercado internacional. De acordo com ALVES e Lindner (2020, p. 13)

Em Alfenas, estão territorializadas empresas que compram, armazenam e comercializam os grãos de café para o mundo todo, como a chinesa Cofco e a singapurense Olam, já a Ipanema Coffees tem três fazendas que somam quase 6 mil hectares e produzem para vários países e empresas como a Nescafé e Starbucks que tem acionistas de vários países como Friele (norueguesa), Mitsubishi (japonesa) e Tchibo (alemã).

Outro exemplo que podemos destacar como referência de atuação do agronegócio na região do sul de Minas é a empresa Terra Forte, que tem como administrador o empresário João Faria. O observatório do agronegócio “De olho nos ruralistas” (2021), fez uma publicação que ajuda a traduzir a atuação dos grandes empresários na região. Ele possui vinte empresas em seu nome, incluindo armazéns, transportadoras, comercializadoras e sete fazendas de café. “Ao todo, Faria detém 5.779 hectares, divididos entre o sul de Minas Gerais e o noroeste de São Paulo. Em 2008, alcançou o título de maior produtor individual de café do mundo”. Entre seus compradores, temos grandes empresas transnacionais como a Nestlé, empresa denunciada por comprar cafés certificados, mas que, na essência, são produzidos por trabalho análogo ao escravo.

Outra grande empresa localizada no Sul de Minas que devemos destacar é a COOXUPÉ, empresa fundada em 1932 que, de acordo com a revista Forbs, é a maior das 97 cooperativas de café do país, conta com mais de 15 trabalhadores cooperados, sendo que 95% são considerados pequenos produtores. Eles estão espalhados por cerca de 200 municípios do Sul de Minas, do Triângulo, chegando a atuar até o interior

de São Paulo, também a empresa é considerada a maior exportadora individual de café do mundo, comercializando com 51 países. De acordo com dados pesquisados, chega a exportar 5,2 milhões de sacas de café, possui uma receita declarada em R\$ 5,03 bilhões de reais e, por ser registrada como cooperativa, garante diversos benefícios econômicos, sendo isenta de impostos. Estudos realizados pelo centro de análise economia política Data Base, que vem analisando as grandes empresas multinacionais que dominam diversos mercados nacionais, apontaram que a taxa de exploração do trabalho não pago chega a mais de 300%, assim garantindo um lucro empresarial, em 2012, de R\$ 18,91 bilhões. Seu lucro de 2012 para 2020 ampliou em 404%.

A COOXUPÉ implementa uma lógica aos produtores cooperados de ciclo de endividamento, no qual os pequenos produtores se tornam dependentes da cooperativa, pois não possuem recursos para investir na produção e manejo necessário nos períodos anteriores às colheitas. Devido ao grau de empobrecimento da classe trabalhadora no campo, os trabalhadores comprometem as safras futuras sempre estando endividados e muitas vezes chegam a correr o risco de perderem até mesmo as suas propriedades, pois os contratos são firmados no preço fixo, mas os valores das safras variam de acordo com o mercado, situação que implica em profundas distorções que sempre penalizam os pequenos produtores que se tornam quase que reféns dessa lógica das grandes empresas do agronegócio.

Para além da presença do café na região, que garante várias contradições para o Sul de Minas, também podemos destacar o desenvolvimento cada vez maior do processo de mineração, se destacando a região no entorno de Santa Rita do Sapucaí, que vem conformando um polo tecnológico na região e a disputa que vem se intensificando no processo de exploração da água, com a presença de multinacionais como a Nestlé, ganhando concessões e explorando as riquezas da região.

Em suma, as mesorregiões de Minas Gerais apresentam um mosaico de realidades que refletem a complexidade do desenvolvimento agrário, onde as características sociais, econômicas se assemelham, pois temos um processo cada vez mais intensificado de exploração de degradação ambiental. Cada mesorregião traz consigo desafios e potencialidades, havendo um processo de interligação na dominação do agronegócio que, vem se intensificando cada vez mais e contribuindo para o acirramento dos conflitos por terra no estado. Em síntese, as desigualdades

regionais são consequências inerentes dos projetos de desenvolvimento econômico predatório que o modo de produção capitalista vem implementando.

Em Minas Gerais, três características reforçam esta desigualdade: 1) não houve, até 1930, uma força “unificadora” que integrasse o território mineiro num conjunto unificado. O que existia eram várias regiões que não se relacionavam diretamente e mantinham relações com unidades federais ao redor; 2) as regiões mineiras tem um acentuado diálogo com os estados próximos das regiões (São Paulo com o Sul de Minas, Zona da Mata com o Rio de Janeiro e o Noroeste ligado à Brasília); e 3) a concentração da base mineral, que contribui para o agrupamento dos empreendimentos industriais se tornou base para os investimentos direcionados à produção de matérias-primas para os centros econômicos do país. (Pereira e Furtado 2011, p. 58).

Ao analisarmos o valor do PIB agropecuário mineiro que está na ordem dos R\$ 205 bilhões em 2002, sem estar incluso o valor também que vem da mineração, fica mais evidente o papel que a produção essencialmente das commodities possuem na economia do estado, sendo uma economia com esse grau de dependência pois, como já analisado, o valor das mercadorias das principais cadeias produtivas é estabelecido no texto de uma economia global, onde as transnacionais e as grandes potências influenciam e determinam os valores a serem pagos. Estamos diretamente expostos às crises de mercados internacionais e estamos analisando um setor que é diretamente determinado pelas mudanças climáticas.

Com a aceleração das principais cadeias produtivas do agrominerionegócio, muitas questões ambientais reverberam na ampliação das sequelas geradas pela questão social. Cada vez mais, o capital necessita avançar para novos territórios, na busca de ampliar seus cultivos que são voltados para exportação, assim como ampliar as áreas de extração de bens da natureza, sendo essas cadeias produtivas como cana, mineração, café, gado e grão extremamente danosas aos diferentes ecossistemas, gerando impactos profundos nos diferentes biomas e culturas que temos no estado. Minas Gerais é um estado abundante em bens da natureza como água, minerais, terras etc. Considerando as mudanças climáticas, os impactos de secas já estão presentes em diversas regiões, influenciando a produção, situação que se torna mais danosa aos camponeses, povos das águas e das florestas que conformam a classe trabalhadora no campo e que sente os impactos de forma mais imediata.

Com a degradação ambiental provocada pelo modelo de produção agrícola implementado, cada vez são demandadas novas áreas de cultivo, considerando o processo

de esgotamento de determinadas áreas, além da questão da busca permanente por novas áreas de extração de bens da natureza. Isso faz com que as populações que vivem no campo avancem para um processo de deslocamento forçado ainda maior, ou pela falta de emprego ou pela falta de condições mínimas de produção, assim a população do campo é ainda mais afetada pelo atual modelo de desenvolvimento do agronegócio. Outro fator importante de destacar se refere a questão da dependência e a ampla utilização de agrotóxicos em Minas Gerais, estando na lista dos 6 estados que mais utilizam venenos para produção. De acordo com jornal Brasil de Fato (2019), entre 2008 e 2017, foram 819 comprovadas pelo uso de agroquímicos, sendo que é uma realidade a dificuldade de atestar mortes efetivamente pelo uso desse tipo de componente, logo além do processo de êxodo rural, empobrecimento e expulsão que o agronegócio desenvolve, para os trabalhadores rurais e suas famílias ainda se tem a questão do adoecimento físico.

## **Capítulo 04 - O padrão de reprodução do capital e sua determinação no movimento de acumulação do capital nas cadeias produtivas do agronegócio, uma análise sobre Minas Gerais**

No contexto do agronegócio, a dependência se manifesta de várias formas, desde a importação de tecnologias e insumos até a exportação de commodities agrícolas para os mercados internacionais. Além disso, a concentração da terra e do capital no setor agrícola brasileiro ser um dos principais obstáculos para o desenvolvimento de outro modelo de agricultura. Neste texto, buscaremos analisar como o padrão de reprodução do capital no agronegócio em Minas Gerais, se relaciona com a dependência econômica e como isso afeta as dinâmicas sociais e ambientais, buscando elementos de como a reprodução do capital vem se dando em grande escala, em um processo de financeirização dos bens da natureza e como isso impacta a concentração da terra e amplia os conflitos no campo.

Um dos principais autores adotados para fazer essa análise será Osório (2012), que apontou novos elementos teóricos para pensar as circunstâncias em que se dá a superexploração, bem como para o estudo das suas formas, especialmente o aumento da intensidade da exploração da força de trabalho. Para iniciar a análise, se faz fundamental esclarecer o que entendemos por padrão de reprodução,

O padrão de reprodução ao ser definido como a condensação de um conjunto de regularidades do movimento do capital no tempo histórico e em espaços geoterritoriais definidos, no contexto da economia e do sistema político mundial e como nível de abstração intermediário entre as formações sociais e o sistema mundial, revelou-se algo de suma importância para compreender a estruturação do capital mundial (OSÓRIO, 2012, p. 17).

A teoria da dependência analisa a questão da separação entre as fases do ciclo do capital, comprovando como a dependência nas esferas financeiras e tecnologias, assim como a superexploração do trabalho, são questões estruturantes para manutenção da subordinação dos países dependentes dentro da estrutura da divisão internacional do trabalho. É importante destacarmos dois fundamentos centrais da teoria da dependência: a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor.

Ambos os fundamentos encontram-se em um nível mais elevado de abstração, aquele do modo de produção capitalista, em sua modalidade *sui generis* de capitalismo dependente, o grau de dependência encontra-se diretamente vinculado ao nível atingido pelos dois fatores considerados, podendo variar em certas conjunturas, mas conformando sempre a essência do capitalismo dependente (OSÓRIO, 2012, p. 19).

Como estamos analisando o processo de reprodução do capital no campo em Minas Gerais, com o foco nas principais cadeias produtivas (mineração, café, gado, setor sucoalcooleiro e grãos), olhando para a questão da disputa das terras e dos bens da natureza, para realizar essa caracterização, partimos da análise de que está presente o mecanismo de transferência de valor das economias dependentes para as economias centrais, pois, no terreno da teoria da concorrência, as empresas do capitalismo central se apropriam de uma mais-valia extraordinária/ lucros extraordinários e constata-se a presença de tantas empresas transnacionais no estado.

De acordo com as pesquisas realizadas, o relatório da revista Forbes de 2020 indica que Minas Gerais conta com a presença de, no mínimo, 17 empresas das 100 maiores empresas do agronegócio, sendo que a maioria delas possui a presença do capital internacional ou mesmo são empresas transnacionais, Algumas das empresas do agro são produtoras tradicionais de cultivos alimentares que utilizam a terra como um de seus fixos, com estratégias de valorização passiva e seu principal negócio é o cultivo de commodities. Outros desses atores têm adotado estratégias mais ativas e possuem braços imobiliários, cujo interesse principal é a especulação a partir da renda da terra.

Essas empresas têm parte de suas atividades centradas na compra, venda e arrendamento de terras. Isso significa que compram terras a preços baixos, fazem investimentos produtivos, mantêm um sistema de arrendamento (ou não) e, posteriormente, vendem por preços altos, realizando os maiores lucros possíveis, em outras palavras, trabalham com a especulação dos seus ativos fundiários (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018). Podemos destacar a região do Triângulo Mineiro como a região de maior presença de transnacionais, situação que influencia todo processo de produção e organização das cadeias produtivas, havendo um grande processo de apropriação das terras, pois o agronegócio amplia a sua rede de apropriação dos territórios e intensificação do processo de exploração.

Quando falamos das principais cadeias produtivas em MG, identificamos o capital internacional presente de forma muito determinante no estado, assim como podemos identificar, em diversas regiões, uma classe trabalhadora extremamente empobrecida no campo mineiro. Temos elementos para reafirmar a veracidade da teoria da dependência.

O Brasil é um país que cada vez vem reforçando seu caráter agroexportador, elemento que inclusive caracteriza uma economia dependente, sempre cumprindo um papel complementar das economias centrais, tendo sua produção e seu ciclo de reprodução do capital determinado por estes. Três das maiores empresas do agronegócio mundial, ADM, Bunge e Cargill formam junto com a francesa Louis Dreyfus Company o chamado grupo ABCD, controlando aproximadamente 70% do mercado mundial de commodities agrícolas (FORBES, 2021). Essas empresas atuam em Minas Gerais e contam com mais de 20 unidades instaladas no estado.

Interessa-nos analisar as três fases do ciclo de reprodução do capital: circulação, produção e circulação, na proposta de buscar elementos que caracterizam o movimento do dinheiro que assume a forma mercadoria (meios de produção e força de trabalho), no que se compreende como a primeira fase da circulação. Para iniciar um processo de produção, resultando nas mercadorias que seguem para a segunda fase da circulação, para que se tenha um novo valor na forma dinheiro. Mas faz-se determinante destacar que é na fase da produção que se cria o novo valor.

A força de trabalho, atuando sobre os meios de produção, não somente transfere o valor contido nestes (no capital constante) às mercadorias que elabora, mas também cria um valor novo que por um lado, repõe o valor equivalente que foi pago sob a forma de capital variável e, por outro, lança um valor excedente, um remanescente sobre o capital inicial, que corresponde à mais-valia (OSÓRIO, 2012, p. 22).

A fonte para a remuneração de todas as formas de reprodução do capital são: o lucro industrial, lucro comercial, juros e renda da terra, que advém da ação do capital produtivo, sem um sentido amplo, pois deve-se pensar no todo do processo de produção do capital industrial. É necessário destacar que a renda da terra que aparece incluída nos custos de produção é também um movimento de maior abstração para ser analisado, mas que pode ser evidenciado através de dados da concentração de terras e bens da natureza extremamente centralizados, havendo uma grande disputa e ampliação de concorrência e produção no setor agroexportador

O processo de produção, na medida em que nos permite entender o processo de criação da mais-valia, dá conta do processo de exploração do trabalho pelo capital, o que é valorização para o capitalista é exploração para o trabalhador (OSÓRIO, 2012, p. 22).

Vamos nos aproximar de cada etapa do ciclo de reprodução do capital:

a) Primeira fase do ciclo: D

O primeiro ciclo do capital tem como início o investimento do capital que se converte em dinheiro, meios de produção e força trabalho, passando pelo segundo ciclo do capital, que tem a acumulação e produção, onde cria a mais-valia promovendo a valorização no terceiro ciclo, fase que o capital produzido se realiza e se transforma em um novo valor.

Para analisar o processo de produção do capital instalado em MG, pensando as 5 principais cadeias produtivas ligadas a produção agroexportadora, se faz necessário, como primeira questão, determinar a origem do capital dinheiro, entender se o capital é privado interno ou o investimento privado externo, isto é, buscar compreender se a parte da mais-valia gerada no interior da economia (deduzidos os gastos improdutivo do capital) se apresenta para acumular-se sob a forma de meios de produção e força de trabalho. O fato de que esse capital seja juridicamente propriedade de nacionais ou de estrangeiros não afeta absolutamente a situação, posto que estamos considerando apenas a parte da mais-valia que se acumula. “A mais-valia gerada na economia nacional e investida nela é investimento nacional, independentemente da nacionalidade dos que detenham títulos de propriedade sobre ela (OSÓRIO, 2012: 23)”.

Identificar efetivamente valores investidos nas cadeias produtivas é um limite encontrado no desenvolvimento do trabalho, pois os dados sobre os investimentos internacionais não se apresentam de imediato, mas ao buscar informações sobre as maiores empresas do agronegócio é comum a afirmação que eles contam com investimentos internacionais, como exemplo podemos destacar a empresa Companhia Mineira de Açúcar e Alcool (CMAA), uma das maiores empresas da cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Tal empresa tem sede na mesorregião do Triângulo Mineiro, atua na produção de energia, álcool e açúcar. Em seu próprio site, se afirma que a empresa conta com investimentos internacionais, em notícia publicada em 26/04/24, o governo de Minas anunciou o aporte de R\$ 3,5 bilhões na produção em Minas, nos próximos seis anos. Tais números ajudam a compreender como o

processo de ampliação da cadeia produtiva é central no estado, principalmente considerando como já analisado o papel do agronegócio em Minas Gerais. Essa lógica está presente em todas as cadeias produtivas analisadas, pois para o desenvolvimento e ampliação da produção é necessário cada vez mais recursos investidos.

A segunda questão que vamos buscar elementos refere-se aos investimentos públicos no ramo da produção agrícola, isto é, qual a origem do investimento público, quais as fontes do capital que perpassa o estado, mas tem sua origem diversa. Estamos nos referindo a parte da mais-valia gerada através da transferência ao estado em impostos diretos sobre o capital e os proventos, “assim como da parte dos impostos indiretos que recaem sobre tipos de rendimentos (lucros, proventos etc.) que correspondem à distribuição da mais-valia; junto com essa parte da mais-valia em mãos do Estado” (Osório, 2012, p. 23).

Em resumo, deve-se ter em mente que a realidade é encoberta por múltiplas determinações do real e, muitas vezes, não se consegue compreender as determinações mais profundas do processo de valorização do capital, pois muitas vezes os processos de investimentos estatais identificados como improdutivo tem como objetivo garantir os processos produtivos. A política desenvolvida pelos governos aponta a necessidade do capital privado para o desenvolvimento de infraestrutura, como sendo benefícios sociais, mas a realidade é que o grande interesse e retorno é a ampliação da produção, pois cada vez mais os capitais estrangeiros estão presentes no processo de produção, inclusive sendo uma política de Estado a busca por investimentos internacionais. A rigor os gastos públicos destinados ao investimento produtivo e investimento improdutivo correspondem a gastos produtivos fundamentais ao processo de valorização do capital.

Para exemplificar o processo descrito de movimento de reprodução do capital, podemos analisar a questão da mineração. O atual governador do estado firmou acordo com a empresa Anglo American que vai investir R\$ 4,4 bilhões. O recurso será utilizado em ações que irão beneficiar a própria empresa, como pavimentação de vias de acesso usadas pela mineradora. Em contrapartida, o governo de Minas fornece o aval para a ampliação das atividades do projeto Minas-Rio, em execução desde 2014. Tal exemplo se assemelha à diversidade de processos desenvolvidos por empresas de capital externo que vem cada vez mais investindo no estado, com o foco de ampliação das cadeias produtivas, assim como a ampliação de seus ganhos, sendo

recursos destinados ao estado, mas sob o controle de um governo que defende os interesses dos grandes capitais e não da classe trabalhadora mineira.

É central destacar o grande papel que cumprem os Estados no ciclo do capital, seu papel de mantenedor dos interesses das classes dominantes, no qual cria e garante condições gerais para ampliar os processos de valorização. O Estado tem a capacidade de transferir para si parte da mais-valia gerada pelo capital privado e de captar parte do capital variável pagos à força de trabalho, além de criar condições gerais para ampliar os processos de valorização do capital. “No caso do Brasil, por exemplo, o Estado participa na formação do capital fixo, ou seja, instalações e maquinaria, com 60% do total anual, ficando somente 40% para o capital privado (OSÓRIO, 2012: 24)”. Por fim, importante destacar, quando analisamos a origem do capital dinheiro em um país dependente é o capital estrangeiro, sendo investimento direto ou associado ao capital nacional, sedimenta uma apropriação direta da mais-valia ou parcial ali gerada.

Assim, pode-se observar que, no período entre 1960 e 1967, a maior parte do investimento direto norte-americano não se dirigiu aos países dependentes, sendo 70% deles destinados para os países desenvolvidos, particularmente os da Europa Ocidental e o Canadá. Entretanto, nesse período em que recebem apenas 30% do investimento norte-americano, os países dependentes aportaram aos Estados Unidos 60% do total de rendimentos que o país recebeu do exterior na modalidade de lucros, juros e royalties (OSÓRIO, 2012, p. 25).

Em relação a análise da formação do capital dinheiro e de sua incidência na fase de circulação C1 do ciclo do capital na economia dependente, o movimento do capital está permanentemente atrelado aos interesses do capital internacional e do Estado. Os ciclos econômicos da economia dependente passam por constantes expansões e recessões profundas que são gestadas pelos próprios movimentos do capital. Ao considerar essa análise, o processo de produção das principais cadeias produtivas destacadas no presente trabalho, são classificadas como commodities, sendo mercadorias de uma estrutura dependente, pois seus preços são formados nas Bolsas de Valores ao redor do mundo, onde forja-se um preço médio que passa a ser adotado nos diferentes mercados nacionais e locais.

De maneira sintética, podemos dizer que o valor que um pequeno produtor de café commodity do Sul de Minas Gerais recebe por uma saca (60kg) é definido a partir do preço deste café na Bolsa de Valores, de Cereais, Mercantil ou de Futuros. Alguns

exemplos de commodities são: soja, milho, café, minérios (ouro e ferro) e madeira, todas as principais cadeias produtivas que estamos analisando. A fase C1 encontra-se duplamente articulada e é duplamente dependente com relação ao exterior e determinada, em grande medida, a ser influenciada pelo Estado, tanto no que se refere ao capital dinheiro como no que diz respeito ao capital mercadoria (Osório, 2012, p. 28).

#### B) Segundo movimento do capital: Produção

Um segundo momento é o de análise do processo de reprodução do capital, quando olhamos para a fase de acumulação e produção (C2), no qual se apaga a origem do capital, pois ele se encontra como elementos materiais do processo de produção, na forma de matérias-primas, equipamentos e maquinário, terra, capacidade instalada para que a força de trabalho exerça sua capacidade de criação de novos valores que devem proporcionar uma mais-valia, novos valores de uso e novos valores.

Segundo Osório (2012, p. 51), é “importante determinar onde são adquiridos os equipamentos, o maquinário e as tecnologias, isto é, se é na economia interna e em mercados externos. (...) se são adquiridos no exterior. Isso mostra o débil desenvolvimento interno do setor I (meios de produção) e, por outro, que uma parte substantiva de D, apenas iniciado o processo, será imediatamente ao exterior como forma de pagamento para compra desses bens.” Ou seja, nessa fase da produção, é fundamental detectar o volume de trabalho morto, de capital constante, de incremento tecnológico em cada setor estudado.

Quando analisamos as questões que unificam a estruturação das cadeias produtivas destacadas (mineração, café, grão, setor sucoalcooleiro e gado) com seu grau de diferenciação considerável, vemos que todas podem ser analisadas dentro das características do padrão de reprodução do capital. São estruturadas para as exportações de matérias-primas e também são commodities, podemos identificar uma composição orgânica de capital muito desenvolvida em alguns setores e em outros extremamente baixa assim, tem-se uma combinação de processos de produção dependentes de tecnologias muitas vezes importadas e determinadas pelo grande capital, essa realidade está presente nas cadeias do café, setor sucoalcooleiro e da produção de gado em relação às economias centrais.

Ao observar nossos dados apresentados sobre a origem do capital presentes nas grandes empresas do agronegócio de Minas Gerais, grande parte deles advém

de empresas transnacionais, ou servem a demanda do mercado internacional, as tecnologias, maquinarias utilizadas pela Delta Sucroenergia, ou pela COOXUPÉ duas das maiores empresas do agronegócio atuantes em Minas Gerais, tem suas estruturas de produção dependentes de meios de produção fabricados fora do país. Isso representa o envio “imediato” de mais-valia ao exterior na forma de compra de máquinas e outros meios de produção, devido à dependência tecnológica que o setor do agronegócio.

Marini (2005) nos ajuda a clarear sobre o efeito da introdução de uma nova tecnologia num país dependente. A partir das condições geradas na primeira fase da circulação, a concentração de capital se acentua, e essas empresas têm as condições privilegiadas de se introduzir uma nova tecnologia de fora, que busca baixar os custos de produção de determinada mercadoria, sem ter que baixar o preço médio dela no mercado, ou seja, mantém-se o preço de venda da mercadoria, mas o custo de sua produção é menor em decorrência desta inovação tecnológica. Desta maneira, há um “roubo” de mais-valia das pequenas e médias empresas por parte desta grande e “inovadora” empresa, ganhando assim a mais-valia extraordinária, se realizando em lucro extraordinário no mercado. Isto faz com que, essas empresas menores tenham de recompor sua taxa de lucro obtida à custa de extrair mais trabalho não remunerado de seus operários, a superexploração do trabalho.

Ao analisar os dados sobre os elementos materiais do processo de produção em Minas Gerais, assim como no Brasil e na América Latina, devemos considerar o grande desnível tecnológico existente entre as estruturas produtivas acessadas pelos países dependentes e os países avançados. Identificam-se processos que levam à monopolização das cadeias produtivas nas economias dependentes. Como as pequenas e médias empresas não têm condições de acessar determinadas tecnologias, elas transferem parte de sua mais-valia às empresas monopolistas. Assim, para as pequenas e médias empresas “estancarem a sangria” crescente de sua mais-valia, sem variação significativa na sua produtividade, elas ampliam a exploração do trabalho, remunerando a força de trabalho abaixo do seu valor de reprodução enquanto força de trabalho, ampliando a intensidade do trabalho, prolongando a jornada de horas do trabalhador, implicando em uma situação permanente de pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, resultando em uma superexploração dos trabalhadores.

Uma questão que devemos trazer refere-se ao momento do ciclo capital-dinheiro: qual o montante de trabalhadores contratados, qual a qualificação de mão-de-obra encontrada, que tipos de contratos de compra e venda são feitos pela força de trabalho? Essas perguntas podem qualificar com dados concretos a forma com que se dá a superexploração da força de trabalho pelo agronegócio.

Todos os anos são relatados casos de trabalho análogo à escravidão no estado, principalmente no ramo das madeireiras, carvoarias, produção de café, ramos que tem maior quantidade de trabalhadores nas cadeias de produção. Como já afirmado anteriormente, MG é o estado que possui a maior quantidade de denúncias de incidência de trabalho análogo a escravo.

A presença dos lucros extraordinários, de subempregos, trabalho análogo ao escravo são características que confirmam a fase de produção no ciclo do capital da economia dependente. Se faz necessário destacar que, para o processo de superexploração do trabalho, é basilar considerar o papel da organização da classe trabalhadora. A baixa organização da classe trabalhadora com dificuldades reivindicativas e sem criar novas ferramentas de luta desarticula a influência diretamente nesse processo.

E a existência de um grande exército industrial de reserva que contribui para esse mecanismo de exploração, com a introdução de novas técnicas e tecnologias advindas do capital internacional, amplia-se a produtividade, ampliando a produção, assim incide na geração de empregos, ampliando a concorrência por trabalho. É um exército de reserva que faz minguar a capacidade reivindicativa da classe operária e propicia a superexploração dos trabalhadores.

### C) Terceira fase do ciclo “Circulação”

Para completar a análise do movimento do capital, temos que olhar para a fase da circulação ou realização do valor, na qual a origem do capital será novamente identificada ao terminar essa fase, quando é reconvertido em dinheiro novo. Resumindo, poderíamos dizer que o ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades.

Entre elas, o papel que joga o capital estrangeiro na primeira fase da circulação, tanto sob a forma dinheiro como sob a de mercadoria, assim como o fato de que a produção determina transferências de mais-valia (que se farão visíveis na segunda fase da circulação), fixa a mais-valia extraordinária e se desenvolve sobre a base da superexploração do trabalho. Esses fatos levam à concentração de capital e a monopolização precoce, ao mesmo tempo que divorciam a

estrutura de produção das necessidades de consumo das massas (OSÓRIO, 2012, p. 55).

Ainda sobre a segunda fase da circulação, podemos afirmar que é gerada uma grande distorção na distribuição da renda. O mercado segue sendo capaz de manter os ramos de produção de mercadorias essenciais para a classe, ampliando suas produções e seus mercados. Esse mecanismo garante uma maior transferência de mais valia para o exterior e uma diminuição na renda interna. Logo os capitais buscam se realizar no mercado externo, fortalecendo a lógica da dependência.

Nessa terceira fase do ciclo de reprodução do capital, momento que se converte em novas mercadorias que precisam ser vendidas e retornar a forma dinheiro, é necessário buscar elementos sobre onde essas mercadorias vão se realizar

É necessário distinguir o mercado de meios de produção, a demanda gerada pelo capital em seus diversos setores (grande, médio, pequeno) para repor o desgaste desses meios, ou para ampliar a produção. Depois, temos o mercado gerado pela mais-valia não consumida produtivamente, que o capital destina com capital individual e que se satisfaz com meios de consumo necessários e outros 'luxo' ou suntuários" (OSÓRIO, 2012, p. 59).

Para termos a dimensão sobre o processo de realização da mercadoria, se faz necessário compreender que tipo de valor de uso estamos produzindo, para onde as nossas mercadorias estão sendo enviadas, qual é o nível de desenvolvimento econômico que os ramos de produção destacados possuem. Assim é possível uma análise mais concretamente como se dá a produção de mais-valia. Para isso, observar a pauta exportadora em Minas Gerais se torna central. De acordo com dados obtidos através do portal de notícias do governo de Minas Gerais, em uma publicação da Agência de MG

os principais destinos das mercadorias produzidas pelo agronegócio mineiros foram para China (US\$ 3,3 bilhões), Estados Unidos (US\$ 750 milhões), Alemanha (US\$ 554 milhões), Japão (US\$ 382 milhões) e Itália (US\$ 378 milhões) e as principais mercadorias demandadas pelo mercado internacional foram café (36%), complexo soja (31%), complexo sucroalcooleiro (11%), carnes (9%) e produtos florestais (8%).

O levantamento é do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2022) e, no campo da mineração, a China se destaca como a principal compradora de minério de ferro. Outra fonte que nos fornece maiores informações é

a SEAPA - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, responsável pela elaboração do documento “14ª edição do Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio de Minas Gerais, que confirma o melhor resultado para o agronegócio mineiro em 2022, destacando os recordes de vendas externas alcançados pelos principais produtos embarcados como café, complexo soja, carnes, complexo sucroalcooleiro, produtos florestais, milho, além de cachaça e produtos apícolas.

De acordo com Marini (2012), o que vai ser produzido nos países dependentes é decidido pelo capital internacional, tem-se cadeias produtivas do agronegócio com um alto dinamismo enquanto os ramos que produzem para o consumo popular são pouco priorizados e com uma dinâmica muito mais lenta em contraposição às indústrias denominadas “dinâmicas”, que crescem e produzem bens de consumo suntuário ou bens de capital (Marini, 1976; 2012). Em matéria divulgada pelo Jornal da USP em 19/11/2024 destaca que,

Os pequenos estabelecimentos representam 77% dos produtores agropecuários e são responsáveis por gerar renda para 70% dos brasileiros no campo. Para o economista André Chagas, formado pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, os recursos públicos destinados aos pequenos produtores são insuficientes. Com relação ao montante dedicado, evidentemente que sempre as necessidades são maiores do que a capacidade de recursos disponíveis. Isso acontece nas mais diversas áreas, então os recursos vão ser sempre aquém.

A limitação ao acesso a recurso para investimento na produção contribuiu para um dinamismo mais baixo, além de provocar um grande desânimo aos pequenos agricultores, pois a falta de condições para a ampliação da produção, as crescentes mudanças climáticas vêm incorrendo em perdas permanentes de safras, além dos outros limites encontrados para efetivar o processo de comercialização. Toda essa dificuldade tem corroborado com uma queda de quase 10% na presença dos pequenos produtores em áreas agrícolas. “Segundo o Censo do IBGE, a agricultura familiar foi de uma área de 32% em 2006 para uma área de apenas 23% em 2017”, situação que reforça a desigualdade de investimento que se tem entre o agronegócio e a agricultura familiar, mesmo ela tendo um papel preponderante na alimentação da maioria da população.

Essa limitação do mercado, além de influir sobre o aparato produtivo, tende a deslocar parte da circulação de mercadorias em direção ao mercado mundial através

da exportação, pois os grandes capitais, buscam a produção para exportação e pouco pensam no mercado nacional. Ou seja, grande parte do que é produzido no território mineiro (e latino-americano) pelo agronegócio não se realiza aqui, a demanda de consumo das massas nada ou pouco tem a ver com o que se instala nas fábricas e terras do estado, fazendo com que haja um baixíssimo mercado interno.

Importante destacar que essa última fase do ciclo de reprodução do capital Osório (2012) afirma ser a mais propensa a desencadear as crises, pois se as mercadorias não são compradas elas não se realizam. Para isso, são necessários mercados para absorção dessas, sendo sempre um momento de grande preocupação para os capitalistas. A geopolítica econômica internacional é um tema presente nas análises econômicas das grandes corporações.

Seguindo as análises sobre as cadeias produtivas que destacamos, temos a produção dos grãos no estado que vem crescendo cada vez mais. Vamos destacar essencialmente a soja e o milho, pois um dado importante sobre a exportação da soja, que exemplifica a reprimarização da pauta de exportação, é a comparação entre o consumo interno (46,845 milhões de toneladas) e as exportações de soja em grão (74,1 milhões de toneladas), farelo de soja (16,7 milhões de toneladas) e de óleo de soja (1,0 milhão de toneladas). Ou seja, todo impacto ambiental, econômico e social que a expansão da cultura da soja provoca, é derivado principalmente da voracidade exportadora, sustentada por políticas cambiais e econômicas diversas, que debilitam outros segmentos e beneficiam basicamente os grandes conglomerados que controlam essa cadeia, bem como os grandes latifundiários produtores da oleaginosa.

É importante mencionar que a crescente internacionalização deste produto tem colocado o Brasil no patamar dos quatro principais países exportadores, mesmo com a queda da safra de 2019/20. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab, 2023) destacou, em matéria publicada em seu site, preocupação em relação ao abastecimento interno, pois o milho vem cada vez mais se tornando um dos principais produtos agrícolas produzidos, mas sua produção possui destino certo o mercado externo.

Em 2022, acompanhando o cenário nacional, as exportações de milho provenientes de Minas Gerais foram extremamente robustas, alcançando o marco histórico de US\$ 175 milhões em receita e 480 mil toneladas de volume. Um fator que impulsionou esses embarques intensos foi a tensão entre Rússia e Ucrânia, que elevou a paridade de exportação, resultando em aumento significativo das remessas de milho.

As exportações de milho têm sido direcionadas principalmente para a produção de alimentos para rebanhos em todo o mundo, correspondendo a 70,1% das remessas. Em seguida, as vendas de milho para fins de semeadura representaram 22,4% das exportações. Dados apresentados pela SEAPA MG colocam que a produção de grãos cada vez se torna mais focada nas necessidades externas. Outro aspecto relevante é que a área cultivada de milho usualmente sofre alternância com a cultura da soja, seja em vista da variação dos preços, seja pela questão da necessidade de rotação de culturas, uma produção altamente dependente de agrotóxicos, organizada na lógica extensiva, utilizando de sementes geneticamente modificadas. Quando analisamos a cadeia produtiva dos grãos, se destacam as empresas Coagril, Luiz Drenft Company, a COFCo internacional, estando na lista também das 100 maiores empresas do agro que estão instaladas em Minas Gerais.

Dados mostram que os grãos vêm sendo cada vez mais produzidos em Minas Gerais, pensando nos territórios como o Noroeste e Triângulo Mineiro que tem absoluto destaque e muitas vezes se integram a cadeias de produção associadas a outros estados que representam grande relevância como São Paulo e Goiás. Sendo integrados dentro desses processos, temos a produção de sementes e grãos com destaque para essas mesorregiões.

De acordo com os dados organizados pela autora, das 100 maiores empresas do agronegócio de Minas Gerais, 12 são focadas na produção de grãos e estão em sua grande maioria presentes nas mesorregiões já destacadas. Mas é possível evidenciar uma ampliação para região do sul de Minas, que já conta com 2 das maiores empresas de produção de grãos do estado.

Outra importante cadeia produtiva presente em Minas Gerais é a do gado, pois as exportações de carnes do Brasil têm sido um importante vetor de crescimento, nas últimas décadas, de acordo com os analistas econômicos, especialmente depois da virada do século, principalmente estimuladas pela demanda chinesa. Os dados da SEAPA (2023) apontam que, no decorrer do ano de 2022, as exportações de carnes alcançaram um recorde, gerando receita de US\$1,7 bilhão e volume de 419 mil toneladas. O crescimento foi de 48,8% no valor e de 19,2% no volume”, dados de MG. O principal destino de comercialização da carne produzida no estado de Minas Gerais é a China, onde é responsável por 66,1%, em segundo lugar, aparecem

os Emirados Árabes Unidos, com 3,8%, Singapura, com 3,3%, Hong Kong, com 3%, Estados Unidos, com 2,2% e outros países, 21,5%.

A produção de maior impacto geopolítico é a da carne bovina, ligada aos latifúndios e diretamente, ao desmatamento das regiões de fronteira agrícola. A crescente pujança do agronegócio, com o incremento das exportações, transmite algumas vezes a falsa ideia de que os preços internacionais estão em elevação. Contudo, os dados a seguir indicam o contrário. Os preços da carne bovina estão em queda no mercado internacional nos últimos anos. O valor do dólar em relação ao real influencia no preço recebido pelos exportadores. Assim, mesmo que haja uma redução do preço internacional das mercadorias exportadas, como foi o caso da carne bovina no período recente, a desvalorização do real frente ao dólar faz com que o preço recebido pelos exportadores sofra aumento e isso vale para todos os produtos exportados. A China representou o principal cliente comprador de carne de Minas Gerais, gerou 1,2 bilhões de dólares, comprando 200 mil toneladas de carnes produzidas no estado.

Importante destacar que a grande maioria da produção de carne é comercializada *in natura*, chegando a 96,7% de toda a sua exportação realizada desta forma. Minas Gerais detém o quarto maior rebanho bovino do Brasil, com 22,9 milhões de cabeças de gado, contando com 29 empresas entre as 100 maiores do agronegócio, havendo um total em termos de recursos de faturamento que somam mais de 1 bilhão, que movimenta a cadeia produtiva do gado e da produção de carnes.

É relevante que, das 29 empresas identificadas, as mesmas encontram-se espalhadas por diversas mesorregiões do estado, havendo destaque para a região Metropolitana, Triângulo Mineiro, Noroeste de Minas, Norte e Zona da Mata, mas é possível afirmar que a presença de grandes empresas produtoras de gado extensivo por todo estado demonstram o papel dessa cadeia produtiva, pois quando analisamos inclusive o processo de formação social mineiro, o gado já era um cadeia produtiva presente que influenciou e determinou em vários aspectos o processo de formação sócio econômico do estado.

Minas Gerais não é só uma grande produtora de carne, mas também de leite, sendo a maior produtora nacional de tal mercadoria. O leite produzido em Minas Gerais é comercializado de forma mais ampla a partir dos seus derivados quando pensamos na exportação de queijos, leite condensado, leite em pó, creme de leite e

doce de leite e outros derivados. A competição estabelecida pela Argentina influi na capacidade de ampliação da cadeia da produção do leite.

Ao analisarmos as principais cadeias produtivas agrícolas presentes em Minas Gerais é predominante a presença da produção do café, se destacando a região do Sul de Minas, em segundo lugar o Triângulo Mineiro, abarcando também o Centro Oeste, a região Metropolitana, a Zona da Mata e também o Noroeste. O café e seus derivados são responsáveis por manter Minas Gerais como um dos principais estados no ranking das exportações, ocupando o 3º em volume de exportações. Tendo como destaque a exportação do minério de ferro e o café, a junção desses produtos representou 12,0% das vendas do país (SEAPA, 2023).

O café manteve seu destaque como o produto mais comercializado nas exportações do agronegócio mineiro, reafirmando sua posição de importância na economia do estado e no setor agropecuário. É importante destacar que, assim como o café está mais territorializado no sul de Minas, as denúncias sobre o trabalho análogo ao escravo se apresentam com altos índices também na região, como já destacado anteriormente.

O valor total das exportações de café atingiu a marca de US\$6,9 bilhões no ano de 2022, acompanhado por um volume de embarques superior a 28,5 milhões de sacas (SEAPA, 2022). Esses números estabeleceram um novo recorde para o estado, sendo que tais dados contribuem para compreender o papel dessas grandes empresas nas orientações da política no estado.

Minas Gerais possui a posição de liderança, como o maior produtor do país e contribui significativamente para promover o Brasil como o maior fornecedor global de larga escala da commodity. Das remessas enviadas 99,8% referem-se ao café verde, incluindo arábica e robusta (SEAPA, 2022).

Podemos destacar a presença de empresas multinacionais como Louise Deft Company, a COXUPÉ, o grupo Montesano Tavares Café e a Coagril. Estas estão na lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil e estão localizadas também em Minas Gerais. Além de ¼ das principais empresas do agronegócio de Minas Gerais estarem ligadas à produção de café e seus derivados.

Prosseguindo nossa análise da superexploração do trabalho no agronegócio, quando olhamos para cadeia de produção do café identificamos processos ainda muito presentes de trabalho análogo ao escravo, ou uma remuneração muito abaixo do valor efetivo da força de trabalho, condições de trabalho altamente degradantes,

mesma realidade encontrada no noroeste mineiro com o trabalho nas carvoarias e no setor sucroalcooleiro em algumas regiões do estado.

O complexo sucroalcooleiro também é uma das cadeias produtivas mais expressivas do estado. No processo de desenvolvimento do agronegócio foi incentivada por diferentes governos que subsidiaram a implantação do programa e, assim que encerraram os investimentos governamentais, muitas empresas quebraram. O Programa Nacional do Álcool (Pró-álcool), lançado na década de 1970, foi uma ação em resposta à crise do petróleo. Seu objetivo principal era reduzir a dependência do país em relação ao petróleo importado, incentivando a produção e o uso do etanol como combustível veicular. A cana-de-açúcar, matéria-prima para a produção do etanol, consolidou-se como um dos principais produtos agrícolas do Brasil.

Minas Gerais, com suas vastas áreas agrícolas e tradição na produção de cana-de-açúcar, foi um dos estados brasileiros que mais se beneficiaram do Pró-álcool, a implementação do programa no estado impulsionou o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, impulsionando processos de mecanização no campo, criação de infraestrutura para o escoamento da produção e uma considerável ampliação da produção da cana-de-açúcar, todo esse ciclo de produção deixa um legado de concentração de terra, de degradação ambiental, de prejuízo na organização do trabalho. Mas, apesar disso, a setor sucroalcooleiro segue sendo uma das principais cadeias produtivas do estado como podemos evidenciar com os registros recorde nas exportações, em 2022, com US\$ 1,4 bilhão e volume de 3,6 milhões de toneladas exportadas, o que representou uma elevação de 24% na receita, em relação a 2021.

No ano de 2022, a receita gerada pelo complexo sucroalcooleiro foi composta por 89,7% provenientes da comercialização de açúcar, 10% da venda de álcool e 0,4% de outros açúcares, como xaropes e glicose. Minas Gerais ocupou o 2º lugar entre os estados brasileiros que mais produziram cana-de-açúcar, com 69,9 milhões de toneladas e também configurou no 2º lugar das exportações brasileiras. Os produtos provenientes do complexo sucroalcooleiro encontraram 75 diferentes mercados. O açúcar teve como principal destino a China, enquanto o álcool foi exportado principalmente para os Países Baixos (Holanda), indicando a demanda internacional por esse combustível renovável. Além disso, outros açúcares, como xaropes e glicose, encontraram seu principal mercado na Argentina. Essa diversificação de destinos

ressalta a importância da exportação para o setor, fortalecendo sua posição no comércio internacional.

A cadeia produtiva da cana-de-açúcar apresenta maior predominância nas mesorregiões do Triângulo Mineiro e no Noroeste de Minas, contando com 7 grandes empresas de destaque entre as maiores empresas do agronegócio do estado. Além dessas, também se fazem presentes as multinacionais COFCO internacional e a Delta sucroenergia, já analisada anteriormente.

Para encerrar nossa análise das principais cadeias produtivas que disputam as terras no estado, temos a mineração que se configura como uma das mais importantes cadeias produtivas da economia mineira. Essa cadeia deve ser compreendida e analisada de forma singular, pois sua relevância no estado remete ao período de constituição da província de Minas Gerais, sendo desenvolvida através de vários ciclos, se resignificando e se qualificando como uma forma de manutenção de ganhos do capital, estabelecida no estado e presente em todas as mesorregiões.

Ao analisarmos a questão da mineração no Estado, temos um elemento fundante do processo da formação social mineira, um exemplo que demarca e traz a especificidade do papel do Estado no desenvolvimento das grandes commodities e do processo de reprimarização e consolidação do Brasil como um país com destaque na exploração das commodities. Para analisar a questão minerária, é necessário um trabalho em específico, aprofundado, que caracterize e desvele os processos sociais, econômicos, culturais, ambientais que este modelo vem acarretando para o Estado, o processo de desenvolvimento da mineração incide em uma disputa intercapitalista, pois em territórios minerários não é possível avançar com o processo de desenvolvimento das culturas tradicionais do agronegócio. A mineração gera um processo de elevação do valor da terra nos territórios, ampliando o seu valor enquanto uma mercadoria, influenciando no mercado de terras, além de provocar junto à classe trabalhadora um processo de desterritorialização, violência e absoluta degradação ambiental. Os povos são expulsos dos territórios, sendo muitas vezes utilizados discursos de desenvolvimento e melhora na qualidade de vida.

Diante dos dados e das informações analisadas, é importante afirmar que a ampliação do agronegócio nos territórios em Minas Gerais se apresenta como uma importante amostra de um processo que vem se ampliando na lógica da reprodução do capital em nível nacional. Minas Gerais conta com processos consolidados do desenvolvimento do agronegócio, se expressando nas diversas esferas de produção

da economia, no campo social e cultural da organização do Estado de Minas. Os diferentes territórios contribuem de diferentes formas e possuem uma amostra de todos os processos nacionais em um flanco de desenvolvimento, de expropriação dos bens da natureza, de ampliação do capital e da reprodução e dominação dos territórios, dos povos, das águas e das florestas. Isso transforma cada vez mais a terra em um meio de produção financeirizado que vem contribuindo para a acumulação do capital e, na manutenção, os ganhos necessários para o fortalecimento do processo da financeirização.

As cinco cadeias disputam e se ampliam, como pode ser analisado a partir do processo de concentração da terra em Minas Gerais, demonstrando a afirmação que hoje vivemos uma crise civilizatória, social, econômica e ambiental. As contradições se ampliam, a violência no campo e todo o processo que o capital em conflito ao trabalho desenvolve à medida que se fortalece o modelo exploratório. A terra vista como um ativo financeiro vem cumprindo seu papel, pois, considerando as dimensões continentais presentes no estado, há muitas possibilidades de avanço ainda do capital, potencializando a grande área do bioma do cerrado, uma área de expansão atual do agronegócio.

#### 4.1 - Relação entre o processo de crescimento do caráter reprimarizador da economia e a concentração de terras.

O processo de desenvolvimento do capital acirra as contradições, há o avanço do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de dominação. Quando analisamos o desenvolvimento do agronegócio na América Latina, Brasil e em Minas Gerais, temos um processo de expansão e ampliação das estruturas de exploração e dominação capital, que reforçam o caráter dependente das economias.

Diante da crise do capital que se expressa de diferentes formas, seja social, econômica, cultural, quando olhamos para a produção das commodities, a produção em larga escala se concentra na padronização alimentar, centrada na lógica do monocultivo, fortalecendo o que podemos chamar também de uma crise alimentar, onde se amplia a questão da fome e da insegurança alimentar, havendo dietas baseadas cada vez mais no trigo, milho e arroz. 60% das dietas se concentram no consumo desses cereais (UNEP, 2021), mesmo com os índices de fome se ampliando

no mundo. Dados da FAO e UNEP (2022) apontam para um desperdício de 30% dos alimentos produzidos, dados que explicitam as contradições desse modelo. Tem-se cada vez mais a intensificação das desigualdades sociais e econômicas: 1% mais rico ficou com cerca de metade de toda riqueza criada nos últimos 10 anos, 34 vezes mais que os 50% mais pobres (Oxfam, 2014).

De acordo com o mapa abaixo do Grain e IF Baianos, Campus Valença Bahia (2020), fica evidente um processo de intensificação do desenvolvimento de infraestrutura e logística para a expansão do agronegócio na América, tem-se um reforço do papel primário exportador.

Na divisão internacional do trabalho, evidencia-se a presença das principais empresas do agronegócio em nível mundial de forma mais intensificada, com destaque para as empresas Cargill, Bunge, Louis Dreyfus Company, Cozan, dentre outras. Outro dado destacado é a ampliação dos fundos de investimento nesses territórios que vêm cumprindo um papel determinante no processo de concentração e exploração dos bens da natureza no território da América Latina e Brasil. Fica evidente como os processos são interligados e não respeitam fronteiras de estados, países, contemplando todo um território e se ampliando num processo internacionalizado de exploração, concentração e dominação dos diferentes territórios.

Cada vez mais temos a necessidade de compensação das emissões dos gases das grandes corporações, assim colocando em disputa de forma mais intensa os territórios que ainda contêm reservas de florestas. Destaca-se a região da América Latina, no Brasil, inclusive, a busca por territórios que são cobertos por biomas que antes não eram de grande interesse para o capital como o cerrado e hoje se mostram como fundamentais no processo de compensação das emissões de gases das empresas que mais poluem em nível mundial. O debate em torno de energias renováveis também se destaca, pois potencializa as disputas nos territórios, como áreas de ampliação de dominação do agromineronegócio, atualizando formas de expropriação dos bens da natureza, como emissão de títulos de carbono, um mercado cada vez mais em ascensão, havendo a apropriação da biodiversidade e das riquezas presentes nos diferentes biomas.

Figura 16: Mapa da América Latina e as Zonas de expansão do agronegócio



Fonte: GRAIN e IF Baiano, Campus Valença, Bahia (2020).

O início de nossa análise demarcou o período de 1970, momento em que a revolução verde é implantada de forma hegemônica no Brasil, no qual havia um campo que expressava um modelo de produção atrasado, com um baixo desenvolvimento tecnológico e das forças produtivas. Com o avançado processo de estruturação de um projeto capitalista para o campo, principalmente com a chegada do neoliberalismo, como forma de gestão da intensificação de crises pós os anos de 1980, tem-se como estratégias de superação de crises de lastro do capital financeiro a corrida por investimentos sobre bens físicos como imóveis, terras, infraestruturas (de transporte, portos, aeroportos, rede elétrica, água e esgoto), bens da natureza no geral, questão que vem atraindo investimentos no mundo inteiro. Dados do AGBI Real Assets, de

novembro de 2021, apontam que, nos últimos 20 anos, até 2020, o mercado imobiliário comercial e residencial tem um papel central na economia mundial. Os imóveis rurais geraram U\$35,4 trilhões, cerca de 6% dos ativos da economia mundial. No Brasil, a rentabilidade acumulada com terras rurais foi de 706%, média de 11% ao ano (GRAIN, 2008; Banco Mundial, 2011).

Todos esses elementos intensificam e ampliam as contradições nos territórios e Minas Gerais é uma amostra, uma referência importante para esse processo de ampliação da dominação do capital. Vemos um processo de evolução da concentração a partir da década de 1990, mas uma evolução baixa, pois também coincide com muitos processos de luta e organização da classe trabalhadora no campo. Com a chegada dos anos 2000, identifica-se um processo de amadurecimento do agronegócio, uma ampliação das disputas da terra e, principalmente, todo o processo analisado ao longo desse trabalho, que afirma a consolidação do agronegócio e financeirização da produção agrícola em nível nacional.

O estado de Minas Gerais, a amostra de destaque trazida ao longo deste trabalho, reafirma a análise sobre a função do agronegócio e da disputa do capital financeiro pelas terras e pelos bens da natureza de forma mais intensificada. A terra não representa apenas uma reserva de valor, passa a cada vez mais desempenhar um papel ativo no mercado financeiro, no processo de materialização do capital a juros, onde os capitais são formados por oligarquias internacionais ligadas a empresas, muitas vezes a bancos, fundos de pensão, que cada vez buscam capitanear ainda mais terras na América Latina como formas de ampliar o seu processo de acumulação de riquezas. Isso tudo também se materializa nos conflitos agrários e nas disputas pelas terras presentes nos diferentes países.

Considerando o contexto da década dos anos 2000, evidencia-se uma pequena baixa no processo de concentração de terras, mas ainda constata-se um grande processo de concentração, motivado pelas características que o estado tem de ser o maior produtor de commodities de diversas cadeias produtivas, tendo cada vez mais a presença de empresas transnacionais nas diferentes regiões de Minas Gerais. O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio de Minas Gerais bateu recorde com o valor de R\$228,6 bilhões em 2023, equivalente a 22,2% do total do PIB do estado no mesmo ano (GOV.MG, 2024). Esse processo coincide com a concentração

da terra, pois na medida que se intensifica a concentração das terras, também se ampliam os conflitos sociais, os trabalhadores e trabalhadoras precisam produzir e viver em seus territórios. A necessidade de ampliação do capital gera violência e destruição tanto ambiental, social e cultural para diferentes povos e para todos aqueles que atuam em defesa da terra, da natureza e dos povos.

Como já apontado ao longo do desenvolvimento dessa análise sobre o contexto mineiro de disputas pelas terras em Minas e o desenvolvimento do agronegócio, temos o processo de reprodução do capital de forma ampliada, através de diversos mecanismos de exploração do trabalho e de apropriação dos bens da natureza. O principal percurso que a produção nacional tem se destina ao mercado internacional, considerando que a China é o principal parceiro comercial das commodities agrícolas do estado. As exportações do agronegócio de Minas têm alcançado mercados diversificados ao redor do mundo.

De acordo com dados da SEAPA-MG (2022), foram registrados negócios com 175 países, incluindo a entrada de 12 novos parceiros comerciais, como Luxemburgo, Mianmar, Samoa, Malavi, Mayotte, Níger, Guadalupe, Burkina Faso, Andorra, Nauru, Malta e Terras Austrais Francesas. A maioria dos principais produtos exportados por Minas Gerais, em 2022, com números recordes foram o café, complexo soja (grão, farelo e óleo), carnes, complexo sucroalcooleiro, produtos florestais e minério.

Através do mapa abaixo fica evidente a presença do agronegócio nas diversas regiões de Minas Gerais. Todas as 12 mesorregiões contam com presenças de grandes empresas do agronegócio que possuem faturamentos na escala de bilhões ou milhões de reais anuais. Considerando as 100 maiores empresas do agronegócio de Minas Gerais, essas estão localizadas em territórios onde existe uma maior presença de cadeias produtivas estruturadas, com uma considerável infraestrutura para escoamento, beneficiamento básicos, armazenamento e comercialização.

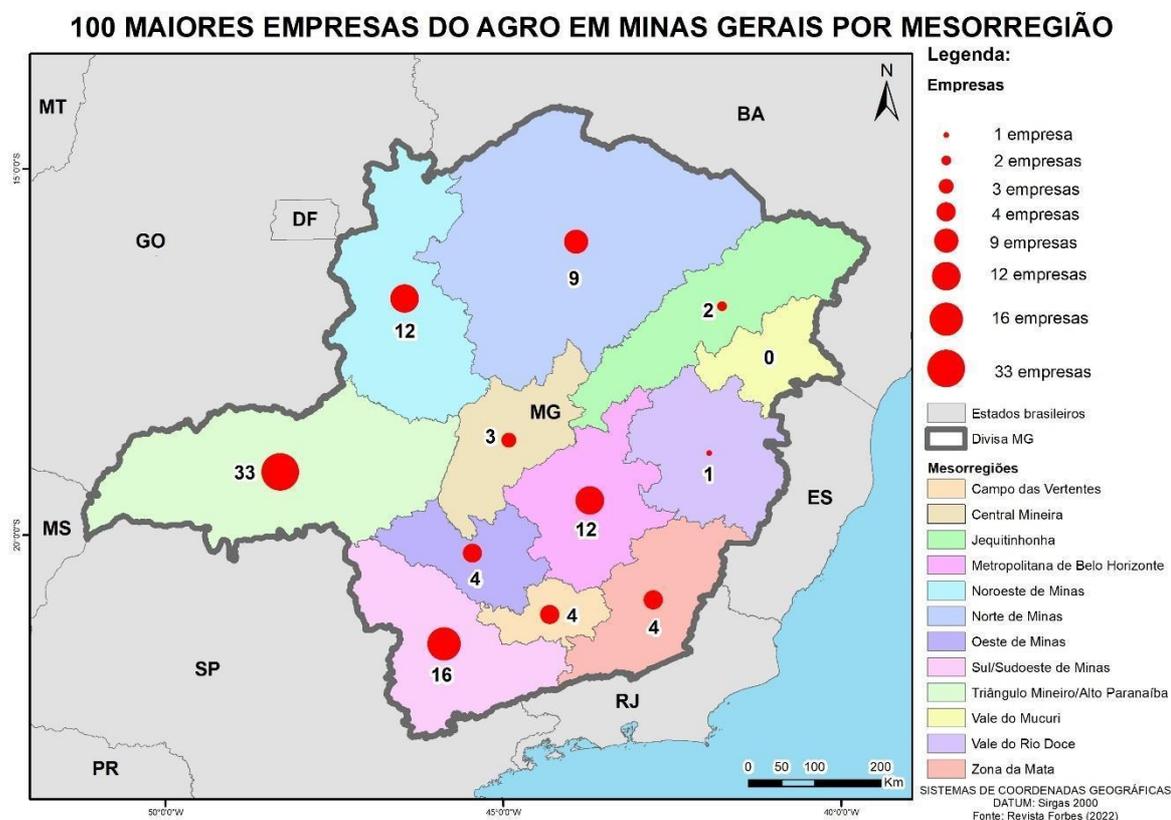
Quando analisamos o mapa, evidencia uma grande presença das maiores empresas do agronegócio na região do Triângulo Mineiro, se destacando com 13 empresas. Isso representa mais de 30% das 100 maiores empresas do agronegócio atuando na região do Triângulo Mineiro, uma vez que a proximidade da mesorregião com São Paulo contribui para um processo de integração da produção. Também é

importante destacar a relação com a mesorregião do sul de Minas, que também apresenta uma grande presença do agronegócio.

Pode-se evidenciar a presença de empresas sucoalcooleiras, de café, de grãos e de gado intensa, principalmente na região do Triângulo, mas também com a presença da produção de grãos, café e outras cadeias produtivas no noroeste e sul. A mesorregião metropolitana se destaca por empresas ligadas a cadeia produtiva do gado e a expropriação da mineração, mas conta também com um número que gira em torno de mais 10% de empresas do agronegócio, considerando inclusive a presença de muitas empresas que garantem infraestrutura, para o armazenamento da produção de outras regiões. Também através da capacidade instalada de infraestrutura e escoamento na mesorregião metropolitana temos a integração das cadeias da mesorregião do centro-oeste, central mineira, Vale do Rio Doce e parte da mesorregião da Zona da Mata que se interligam em processos de produção e reprodução das cadeias produtivas do agronegócio presentes.

Temos a mesorregião Norte e dos Vales, regiões mais distantes, nas quais ainda há uma presença mais reduzida das grandes empresas do agronegócio, o Norte de Minas se destaca com empresas ligadas aos grãos e gado. É importante destacar o Noroeste como uma região próxima a Goiás e ao Distrito Federal que se integra a partir de processos de produção de grãos e gado com maior destaque, além de grandes empresas ligadas à produção de cana-de-açúcar. Sendo essa conformação da presença do agronegócio nos diferentes territórios e mesorregiões de Minas Gerais.

**Figura 17: Mapa das empresas do Agronegócio mundial presentes em MG**



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da revista FORBES (2022).

A revista Forbes<sup>27</sup> no ano de 2022 divulgou a lista das maiores empresas do agronegócio do ano anterior. Dentre as 100 maiores empresas do Brasil do setor do agronegócio presentes em Minas Gerais temos a COAGRILL, que trabalha na área de grãos, insumos e café, PLENA alimentos na área do gado, Delta açucarera, cadeia sucoalcooleira e energia, Fertilizante Sering, Grupo Montezano, Tavares Café, Prima Foods, CENIBRA, Coxupé, Bayer, Clabin, Amagi, Luiz Drift Company, Suzano S.A., Coffe Internacional, BRF, Cargill e Bunge. Essas empresas somadas têm ganhos trilionários, considerando a produção de grãos, gado, cana e celulose. São consideradas as maiores empresas do “agro” do mundo e estão presentes nos diferentes territórios de Minas Gerais.

<sup>27</sup> A revista existe desde 1917 é amplamente conceituada e reconhecida, tem origem americana e publica artigos e reportagem em torno das empresas e pessoas mais ricas do mundo, tal revista é famosa pela divulgação de listas das empresas de destaque nos diferentes setores produtivos, sendo um meio de comunicação importante dos grandes empresas e dos grandes conglomerados economicos.

O mapa abaixo destaca a maior presença dessas empresas no território do Triângulo Mineiro, representando a maior atuação das empresas, onde houve maiores investimentos por parte do estado em infraestrutura. O agronegócio está presente de forma determinante e inclusiva na região, mas também as empresas se fazem presentes em 8 mesorregiões de Minas Gerais, com unidades físicas, porém, através da atuação em cadeia, conseguem aumentar sua atuação e incidir de forma ampliada para além dos circuitos curtos de comercialização, mas em escala ampliada, dentro os processos de transferência de valor entre empresas com grandes capacidades instaladas e pequenas empresas.

Assim como com a agricultura familiar, pois compram a produção a valores determinados de forma externa ao processo local/ real de produção, muitas vezes os pequenos produtores são dependentes de empréstimos ou estão interligados dentro da estrutura de produção. Para além disso, o valor para os trabalhadores dos setores é sempre baixo, garantindo uma superexploração do trabalho. Quando feita a comparação com países centrais, todos esses elementos e outros como incentivos do estado influem na capacidade da reprodução do capital de forma ampliada.

A atuação das empresas transnacionais de diferentes setores da economia está ligadas às grandes corporações do agronegócio que atuam de forma complementar, no sentido de fortalecer uma estrutura de dominação e ampliação da produção dentro de uma lógica de reprodução do capital dependente, estruturada a partir da divisão internacional do trabalho, dentro da lógica da produção de commodities comercializadas nas bolsas de valores.

**Figura 18: Mapa das 100 maiores empresas do Agronegócio de MG e seus conglomerados industriais**



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da revista FORBES (2022).

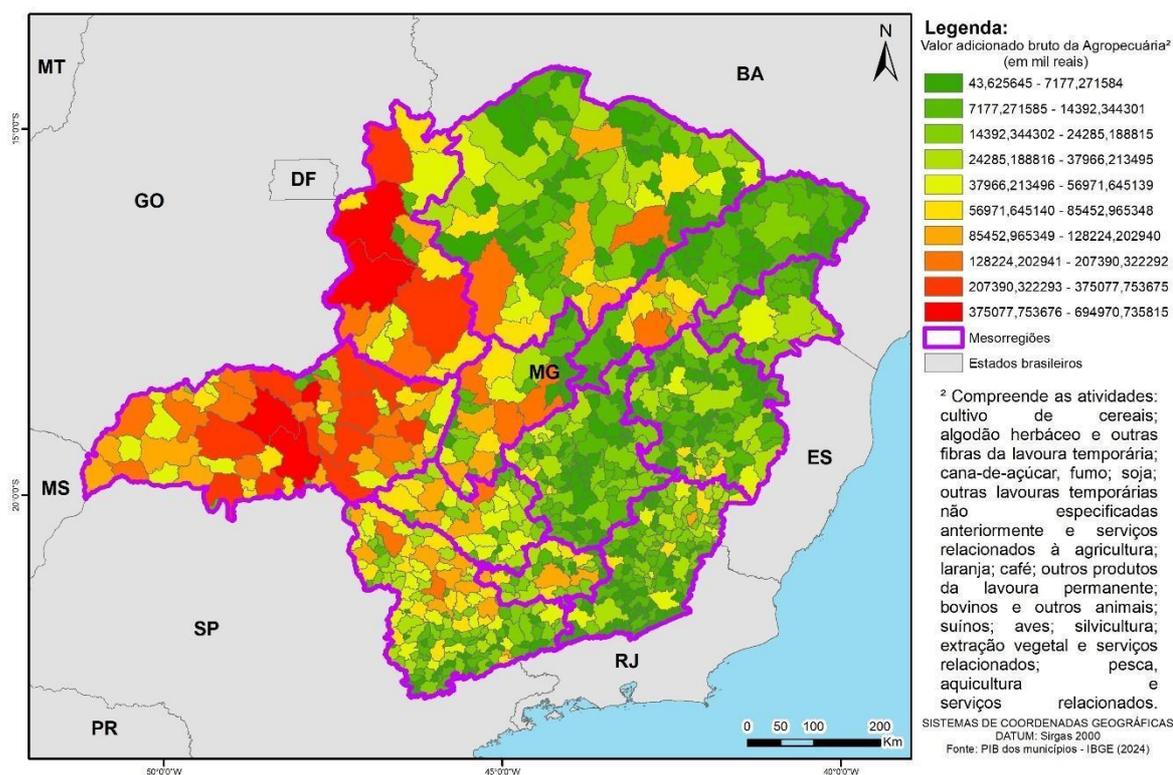
De acordo com o mapa elaborado pela autora, do PIB e dos municípios registrados no IBGE em 2024, identificamos um processo amplo de exploração na região do Triângulo Mineiro e Noroeste, se ampliando cada vez mais para a região Norte, Central de Minas, Oeste e no Sul, chegando nas regiões do Jequitinhonha e também Zona da Mata, Campo das Vertentes, áreas que se interligam em processos de produção e se apresentam uma grande atividade quando analisamos a produção do PIB das mesorregiões e o que ela representa na economia mineira, e na organização da vida dos trabalhadores e dos territórios.

Quando relacionamos os dados referentes ao PIB gerado a partir da agropecuária nos municípios com a presença das grandes empresas do agronegócio, nem sempre encontramos índices altos de valor produzidos, assim como também não podemos falar que a concentração de terra é determinada pela presença das grandes empresas do agronegócio, mesmo não havendo as grandes empresas do agronegócio. Nas regiões do norte, Vale do Jequitinhonha, Mucuri temos, em algumas

idades, processos combinados de produção de valor que alimentam a cadeia desigual de produção e exploração, havendo mecanismos diferentes de extração de valor. Fica evidente que a questão do valor produzido nos territórios está diretamente atrelada à capacidade instalada em determinadas regiões que são hegemônicas pelas principais cadeias produtivas do agronegócio que influenciam e determinam toda a estrutura de produção. A mesorregião do Triângulo Mineiro, Noroeste, Central de Minas, Oeste-mineiro e Sul de Minas são as regiões que têm os maiores índices de produção agropecuária.

**Figura 19: Mapa por mesorregionais de Minas Gerais e o valor do PIB agropecuário**

#### VALOR ADICIONADO BRUTO DA AGROPECUÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

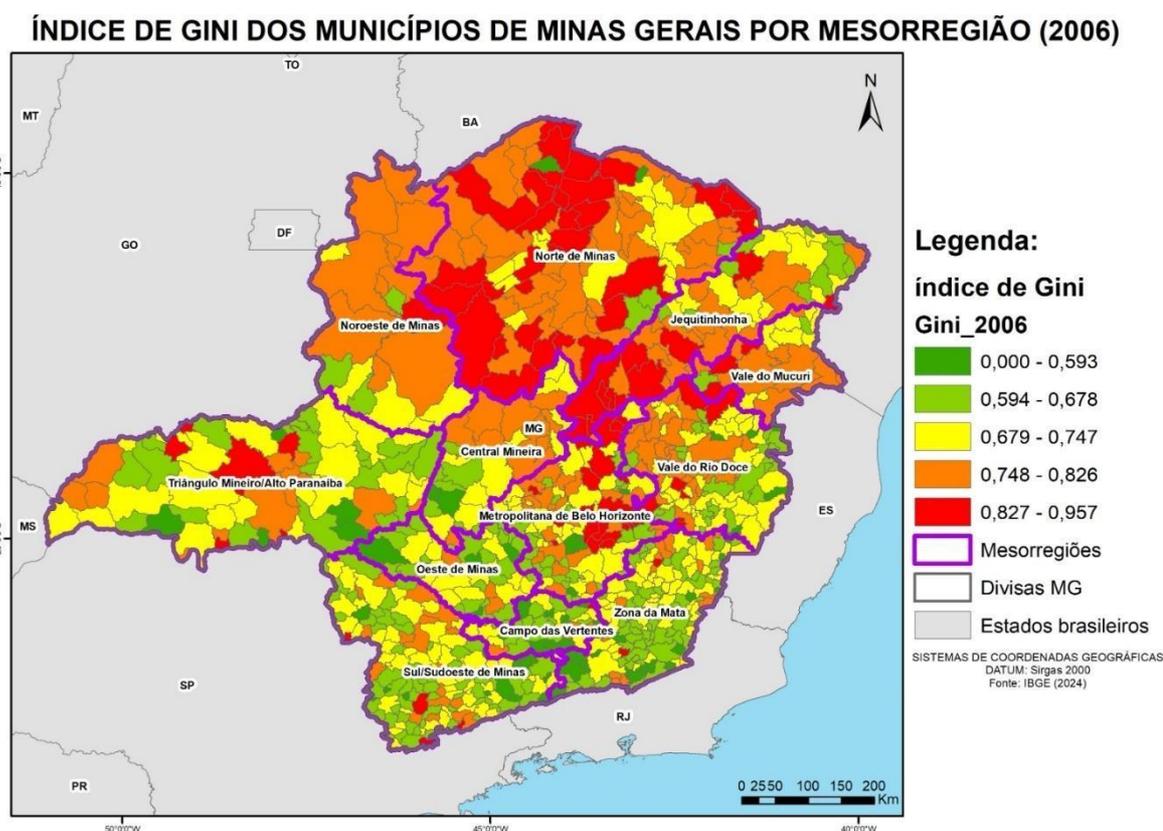


Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do PIB municípios IBGE (2024).

Seguindo com as análises sobre os dados levantados, se torna evidente como a questão da produção e a presença dos grandes conglomerados do agronegócio e o processo de mineração influenciam e se interrelacionam com a questão da concentração da terra. O mapa abaixo, que apresenta o índice Gini por municípios de

Minas Gerais e por mesorregião em 2006, apresenta um nível de concentração mais preponderante na região Norte, Jequitinhonha e Noroeste, com áreas de concentração na região metropolitana e no Triângulo Mineiro. Todas essas regiões têm formas de dominação e exploração do agronegócio intensificadas, uma seja, pelo caráter predatório e conservador da presença dos latifúndios atrasados que concentram as terras, pois preservam relações de dominação, onde a concentração de terra e o latifúndio explorador tem papel preponderante no campo da dominação política. A manutenção dessa forma de exploração contribui efetivamente para o desenvolvimento das cadeias produtivas do agronegócio, que são cada vez mais fortalecidas em Minas Gerais.

**Figura 20: Mapa da concentração de terra em Minas Gerais por mesorregião 2006**



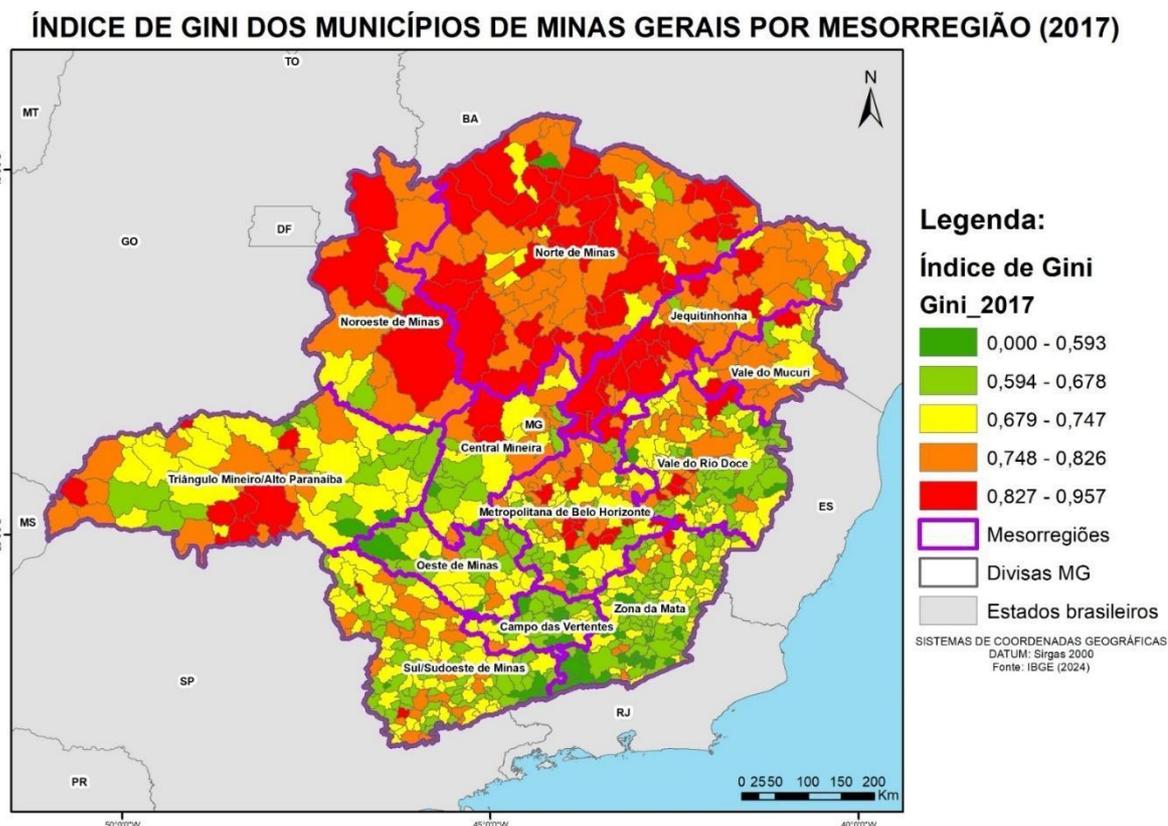
Fonte: elaboração da autora, a partir de dados do IBGE (2024).

Comparando o desenvolvimento do agronegócio, a intensificação do processo de exploração no estado de Minas, os dados apontam, já no ano de 2017, para uma ampliação considerável do índice de concentração de terra no estado de Minas Gerais. O processo coincide com a intensificação da busca por recursos naturais e bens da natureza, por intensificação dos processos de expropriação da mineração, que avança para territórios como Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri. Tem-se um processo de intensificação das contradições deixadas por esse modelo de exploração do capital que são os crimes ambientais ocorridos nos últimos anos, como já citado anteriormente, pois ocorre uma ampliação dos indícios de esgotamento desse modelo de exploração.

Na região metropolitana e no Triângulo Mineiro, tem-se a ampliação da concentração de terra, como fica evidenciado no mapa organizado para explicitar a análise apresentada. As outras regiões, como o Sul de Minas também evidencia-se uma ampliação do índice de concentração de terra, assim como na região da Zona da Mata Mineira, Central de Minas e Vale do Rio Doce. Constata-se que, à medida que o agronegócio em Minas Gerais e a mineração avançaram, mais os territórios se concentram na mão de poucos, assim concentrando não só capital e valores econômicos, mas também concentrando poder, um poder que é negado à classe trabalhadora de acesso aos bens e as riquezas do seu próprio país.

Temos uma ação efetiva de fundos de pensão, a chegada e desenvolvimento cada vez maior dos grandes capitais nas regiões que são cobertas pelo Bioma do Cerrado. Podemos destacar as mesorregiões do Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce e Noroeste Mineiro. Tais dados nos levam a confirmar que a concentração de terra e o desenvolvimento do agronegócio vem intensificando cada vez mais as contradições presentes nos territórios mineiros, sendo Minas Gerais um modelo do que vem acontecendo com a intensificação da exploração do capital, com a hegemonia do capital financeiro e de dominação absoluta dos grandes capitais, sendo que a economia se apresenta cada vez mais dependente.

**Figura 21: Mapa da concentração de terra em Minas Gerais por mesorregião 2017**



Fonte: elaboração da autora, a partir de dados do IBGE (2024).

A presença do agronegócio e da mineração em Minas Gerais é marcada por um modelo de exploração capitalista que gera desigualdades sociais, econômicas, ambientais e culturais. A expansão desses setores tem levado ao deslocamento de comunidades, alto índice de exploração do trabalho, combinando formas de exploração arcaicas como o trabalho análogo ao escravo, com formas atuais em que o predomínio de novas tecnologias garante a transferência de valor entre as diferentes cadeias produtivas, uma ampliação da concentração de riqueza e aumento da pobreza e miséria.

A dependência econômica do Estado em relação ao agronegócio e à mineração torna-o vulnerável às flutuações dos mercados globais. Além disso, a concentração fundiária e a perda de diversidade econômica agravam a situação. O impacto ambiental é igualmente preocupante, com desmatamento, degradação, poluição e riscos à saúde pública, a contaminação por agrotóxicos e resíduos

minerários afeta comunidades locais e compromete a biodiversidade, toda a sociedade e natureza.

Para reverter esse cenário, é necessário implementar políticas como reforma agrária, regulação ambiental, proteção aos direitos trabalhistas, economia solidária e participação comunitária. A transição para outro modelo de produção é fundamental para garantir outros critérios de desenvolvimento humano, que não esteja centrado no lucro e no valor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo analisado, que teve como território o estado de Minas Gerais, buscou realizar uma caracterização a respeito da disputa fundiária no estado, partindo da hipótese de que, com o desenvolvimento do agronegócio, através do processo do desenvolvimento das principais cadeias produtivas como o gado, café, grãos, sucoalcoleira e a extração mineral das terras, os territórios são diretamente influenciados e são reforçados os processos de exploração presentes. A lógica da dependência e da exploração do capital, através da produção de commodities intensifica as contradições geradas pelo modelo capitalista atual e gera um processo de reconcentração de terras.

A financeirização da terra e dos recursos naturais gera escassez, a transformação da terra em valor mobiliário para gestão no mercado de capitais concentra o controle em poucos agentes financeiros, colocando em perigo o sistema alimentar, a cultura e todas as formas tradicionais de relação com a natureza. A gestão coletiva dos territórios biodiversos pelos povos e comunidades tradicionais e camponesas do mundo há cerca de 12 mil anos vem garantindo a preservação ambiental e fornecimento de diversidade, estabelecendo a preservação ambiental e o fornecimento de variedades alimentares e nutricionais para toda a humanidade. A apropriação desses recursos como mercadorias gera inúmeras contradições exclui grandes parcelas da população do direito a terra, incluindo futuras gerações, do acesso equitativo aos meios de produzir a vida. Isso coloca em risco as condições de reprodução da vida no planeta.

Portanto, as reais alternativas estão em manter as culturas e a relação não mercadológica com a terra e com os bens da natureza, pois esses são essenciais para toda a manutenção da vida. Estabelecer novas relações baseadas em outra lógica de desenvolvimento, distintas das formas da propriedade e dominação capitalista e dos mercados é um desafio imediato para os que compreendem a dimensão da crise humanitária que estamos vivenciando.

A propriedade privada sobre a terra não deveria significar a propriedade sobre os bens da natureza, como florestas, vegetação nativa, água, ar e biodiversidade.

Esses "serviços ambientais" não integram o patrimônio rural do proprietário, pois são considerados bens comuns, protegidos pelo regime jurídico dos direitos humanos e da dignidade humana.

A concentração de terra, ao ser analisada por diferentes anos, aponta uma ampliação considerável, como já evidenciado, quando relacionado à produção e à presença das grandes cadeias. Foi verificado que, nos últimos anos, a partir da primeira década dos anos 2000, houve um processo de ampliação e crescimento da concentração de terra em Minas Gerais. Esse avanço do capital não se apresenta como um fenômeno isolado, é uma referência de algo que vem acontecendo em nível nacional e internacional. Desde a última grande crise do capital financeiro em 2008, o capital entra em busca de alternativas para a manutenção de seus ganhos, sendo ainda um movimento de reprodução ampliada, uma crise que se intensifica a partir de processos de bolhas especulativas, em que o capital a juros enfrenta dificuldades de continuar se reproduzindo, assim busca formas de materializar os seus ganhos gerados a partir da especulação financeira.

O capital a juros não encontra fronteiras, ele se amplia e desenvolve formas de buscar cadeias produtivas que geram um maior valor e uma maior possibilidade de ganho. Diante dessa situação, vê-se intensificado o papel primário exportador da economia do estado, que apresenta índices recordes de produção de commodities não só em Minas Gerais, mas em todo o país. Podemos destacar o estado como uma referência importante para essa análise, sendo um demonstrativo fundamental que evidencia o papel brasileiro e latino-americano na organização internacional do trabalho, no qual os países dependentes vivenciam uma realidade ampliada de concentração e centralização de capital a partir do incremento de processos exploratórios em todas as dimensões da reprodução da vida social.

O presente trabalho teve o intuito de afirmar e analisar diferentes processos em uma escala estadual o que compromete a minúcia da compreensão dos movimentos do capital nas diferentes regiões de Minas Gerais. Como já afirmado anteriormente, o estado analisado possui dimensões continentais, formado por diferentes regiões que intensificam a necessidade de análises específicas, mas também trabalhos como esse que se propõe a analisar a totalidade do estado,

compreendendo a lógica de exploração das cadeias produtivas do agronegócio e como elas se articulam, são importantes.

A pesquisa apresenta limites no sentido de um aprofundamento das determinações de cada mesorregião em relação às estruturas de dominação presentes. Cada cadeia produtiva e cada região do estado possui especificidades que indicam a necessidade da continuidade do estudo, a fim de apreender de forma mais específica os movimentos de reprodução do capital. Mas a análise de uma totalidade da estrutura organizativa no estado revela formas de reprodução do capital nas terras mineiras, e pretendeu contribuir para a compreensão de como os processos de exploração se interligam e apresentam elementos que criam uma unidade no campo da estrutura de dominação do capital em Minas Gerais. Ainda se mantém inúmeras questões que devem ser melhor compreendidas, mas, diante do apresentado, é possível estabelecer nexos entre a lógica de dominação estabelecida que determina e está presente em todo território mineiro.

Acredita-se que, com a pesquisa realizada, tenha sido possível realizar a caracterização das disputas em Minas Gerais a respeito das principais cadeias do agrominerionegócio, identificando e buscando elementos para análises iniciais a respeito das diferentes regiões, sendo um campo de estudo pouco explorado no interior do serviço social e das ciências sociais, havendo a necessidade da ampliação de pesquisas, uma maior articulações entre os diferentes pesquisadores que se desafiam a analisar o movimento da reprodução do capital no campo. A busca por uma maior organização de estudos a partir das diversas áreas do conhecimento a respeito da questão agrária em Minas Gerais e do desenvolvimento dos grandes capitais, assim como das resistências organizadas no estado de Minas Gerais é fundamental.

Isso ocorre porque a classe trabalhadora, seja do campo ou das cidades, vem enfrentando diversas questões sociais, sobretudo ambientais, que são resultados desse modelo de exploração. Torna-se urgente e necessário seguir com essas análises e a explicitação de dados que mostrem como o modelo do agronegócio e do minério-negócio são depredadores da cultura e das relações de produção dos povos que vivem da terra, sendo diretamente atingidos e influenciados por uma lógica de dominação da dependência.

A gestão coletiva dos territórios biodiversos pelos povos e comunidades tradicionais e camponesas, há milhares de anos, garantiu a preservação ambiental e diversidade alimentar. Portanto, as reais alternativas alimentares estão em manter o essencial fora das formas da lógica da propriedade e dos mercados. Nesse sentido, a reforma agrária integral e popular se faz urgente e necessária, a luta dos povos que estão nos territórios coletivos contra a mercantilização e financeirização da terra, dos recursos naturais e do sistema agroalimentar são essenciais.

Os territórios coletivos comunitários, os assentamentos de reforma agrária, os quilombos, as aldeias e a agricultura familiar se apresentam como formas de manter as terras públicas fora do mercado imobiliário, como mercadoria, e mobiliário, como ativo no mercado financeiro. Como não podem ser vendidos, arrendados (salvo exceções) ou dados em garantia para execução por dívida por instituições financeiras são territórios de resistência ao processo de mercantilização e financeirização da terra e dos bens da natureza e do sistema alimentar. Trazendo uma frase célebre de Florestan Fernandes (2015, p. 75) “contra a intolerância dos ricos, se faz mais que nunca a necessária intransigência dos pobres”.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALVES, Flamarion D.; LINDNER, Michele. AGRONEGÓCIO DO CAFÉ NO SUL DE MINAS GERAIS: territorialização, mundialização e contradições. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n. 2, p. 433-451. João Pessoa, 2020

Alves, Giovanni. "Dimensões da reestruturação produtiva." *Londrina: Práxis* (2007).

ARÁOZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da Modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.

BERNSTEIN, H. **Agrarian questions then and now**, *The Journal of Peasant Studies*, 24:1-2, 22-59, 1996

Bezerra, Cristina Simões, Monica Aparecida Grossi Rodrigues, and Acadêmico Nilo Marques Rodrigues. **"QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM MINAS GERAIS."**

BEZERRA, Lucas. **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

BRASIL DE FATO. **Preço da comida cai pelo segundo mês seguido e está quase sem alta em 2023**. 11 ago. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/11/preco-da-comida-cai-pelo-segundo-mes-seguido-e-esta-quase-sem-alta-em-2023>.

BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Com novo recorde, produção de grãos na safra 2022/23 chega a 322,8 milhões de toneladas. *Companhia Nacional de Abastecimento*, 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/5157-com-novo-recorde-producao-de-graos-na-safra-2022-23-chega-a-322-8-milhoes-de-toneladas#:~:text=Para%20a%20oleaginosa%20%C3%A9%20esperado,de%20Monitoramento%20Agr%C3%ADcola%20da%20Conab>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Secretaria de Comércio Exterior. **Principais Resultados da Balança Comercial**. Disponível em: [https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg\\_principal\\_bc/principais\\_resultados.html](https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html).

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **MTE resgatou mais de 2.800 trabalhadores de condições análogas à escravidão em 2023**. *Ministério do Trabalho e Emprego*, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/novembro/mte-resgatou-mais-de-2-800-trabalhadores-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-2023>.

BRASIL. SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Produção mineral brasileira**. *Serviço Geológico do Brasil*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br/producao-mineral-brasileira>.

BRAZ DOS SANTOS, Aline et al. **Financeirização da agricultura e da terra no Brasil**: dinâmicas em curso e disputas em jogo. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2022. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/2022-10/boll\\_financeirizacao\\_agricultura\\_final.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/2022-10/boll_financeirizacao_agricultura_final.pdf).

BRITO, Isabel Cristina Barbosa. A rede movimento Social dos geraizeiros do Norte de Minas. **VI Encontro Nacional da Anppas. 18 a 21 de setembro de 2012.** Belém - PA – Brasil 51

BUNGE. **Somos líderes mundiais em processamento de grãos e óleos vegetais.** Disponível em: <https://www.bunge.com.br/#:~:text=Somos%20%C3%ADderes%20mundiais%20em%20processamento,combust%C3%ADveis%20essenciais%20para%20o%20mundo.>

CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B., ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CANZIAN, F. Fome dobra no Brasil em 7 anos e afeta mais as crianças. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 de maio de 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/05/fome-no-brasil-supera-mediaglobal-e-atinge-mais-as-criancas.shtml>

CARGILL. **Relatório Anual 2020.** São Paulo: Cargill, 2020. Disponível em: [https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/doc/1432224625088/2020-cargill-annual-report-brazil-brz.pdf](https://www.cargill.com.br/pt_BR/doc/1432224625088/2020-cargill-annual-report-brazil-brz.pdf). Acesso em:

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva et al. Transformações sócio-regionais decorrentes da consolidação e modernização da cultura do café no cerrado mineiro. **Geografia**, v. 30, n. 3, p. 491-505, 2005.

CASTILHO, Alceu, BASSI, Bruno S. **Agribusiness Watch releases report on the corporate funding behind the agribusiness lobby in Brazil.** *De Olho nos Ruralistas*, 18 jul. 2022. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/07/18/agribusiness-watch-releases-report-on-the-corporate-funding-behind-the-agribusiness-lobby-in-brazil/>.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. **Dimensões e lógicas do arrendamento rural na agricultura familiar.** 2013. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Programa de Pós Graduação em Agronegócios, 2013

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de; IGREJA, Rebecca Forattini Altino Machado Lemos. **Estrangeirização de Terras na Perspectiva das Pormas de Colonialidade no Agro Latino-Americano.** 2017.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA). PIB do agronegócio Brasil. 2016 .

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA/ESALQ). **PIB agro CEPEA: impulsionado por ramo agrícola, PIB cresce 4,48% em 2016.** *Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada*, 2016. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-impulsionado-por-ramo-agricola-pib-cresce-4-48-em-2016.aspx>.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA/ESALQ). **PIB agro CEPEA: impulsionado por ramo agrícola, PIB cresce 4,48% em 2016.** Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, 2016. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLAPP, J; ISAKSON, S. R. Risky Returns: The Implications of Financialization in

CLEPS JUNIOR, João; FREITAS, Ricardo Luis; VICTOR, Fabiana Borges. Reforma agrária e ações dos movimentos socioterritoriais do campo em Minas Gerais: 25 anos de lutas e resistências. In.: In: VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos (et al). **DATA LUTA**: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014, p. 191-215.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. Calendário de Plantio e Colheita de Grãos no Brasil 2019. Brasília: CONAB, 2019. Disponível em: [https://www.conab.gov.br/outras-publicacoes/item/download/28424\\_34d371f808b23d9bd37b9101c8ed5094](https://www.conab.gov.br/outras-publicacoes/item/download/28424_34d371f808b23d9bd37b9101c8ed5094). Acesso em:

Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**. – v. 1 – Brasília : Conab, 2013- v.

Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da safra brasileira de grãos – v.1, n.1 (2013-) – Brasília : Conab, 2013 - v. Mensal. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>

DA COSTA RAMALHO, Claudilene. A questão agrária nos Vales Jequitinhonha e Mucuri. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2017.

DA COSTA RAMALHO, Claudilene. A questão agrária nos Vales Jequitinhonha e Mucuri. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2017.

DE CASTRO, Luís Felipe Perdigão; HERSHAW, Eva; SAUER, Sérgio. Estrangeirização e internacionalização de terras no Brasil: oportunidades para quem?. Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 5, n. 2, p. 74-102, 2017

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v.1, n.2, p.111-125, jan./ago. 2010. 52

DELGADO, G.C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, G.C. **Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra**. Reforma Agrária, p. 61-68, 2013.

DELGADO, Guilherme C., LEITE, Sérgio P. **O agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia**. 2023. Disponível em:<https://diplomatie.org.br/agronegocio-reprimarizacao-economia/#:~:text=Como%20informado%20pela%20Secretaria%20de,caso%20da%20soja%20merece%20destaque>. Acesso em: 12/08/2024

DULCI, Luiza. **Comida saudável e segura é direito de todas nós**. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2022/06/15/comida-saudavel-e-segura-e-direito-de-todas-nos>. Acesso em:

ECONODATA. **Empresas no Brasil**. São Paulo: Econodata, 2021. Disponível em: <https://www.econodata.com.br>. Acesso em:

ESPINDOLA, Haruf Salmen; WENDLING, Ivan Jannotti. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. **Varia Historia**, v. 24, p. 177-197, 2008.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Bernardo Maçano. A questão agrária no limiar do século XXI. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 15, 2000, Goiânia. Espaço agrário brasileiro (2000).

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Ferreira, Gustavo Henrique cepolini; COSTA, Luis Ricardi Fernandes da (org). **A geografia do norte de minas: reflexões e proposições**. São Paulo: ENTREMARES, 2022.

FILHO, Alcântra. José Luiz. **Análise exploratória da estrutura fundiária em Minas Gerais**. Tese de mestrado defendida em 2010 na UFV.

FINE, Ben; FILHO, Alfredo Saad (orgs); Colaboração: BOFFO, Marco. **Dicionário de economia política marxista**. São Paulo, Expressão Popular, 2020.

FIORCRUZ. Centro de Pesquisa René Rachou. **Desastre é um processo: precisamos falar sobre isso**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: [https://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/wp-content/uploads/2022/08/cartilha\\_Unificada\\_IMPRESSAO.pdf](https://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/wp-content/uploads/2022/08/cartilha_Unificada_IMPRESSAO.pdf). Acesso em:

FIRMIANO, Frederico Daia. **Desenvolvimento e questão agrária no Brasil: problemas do passado e dilemas para o futuro**. Editora UEMG, 2022.

FORBES. Ações de empresas agrícolas globais atingem novos recordes. *Forbes Brasil*, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/03/acoes-de-empresas-agricolas-globais-atingem-novos-recordes/#:~:text=ADM%2C%20Bunge%2C%20Cargill%20e%20Louis,maiores%20do%20agroneg%C3%B3cio%20no%20mundo&text=As%20a%C3%A7%C3%B5es%20das%20tradings%20e,%2C5%25%20e%202%25.&text=As%20a%C3%A7%C3%B5es%20de%20companhias%20de,de%20Codiv%2D19%20em%202021>.

FORBES. **Veja a lista das 100 maiores empresas do agronegócio do Brasil**. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/01/veja-a-lista-forbes-as-100-maiores-empresas-do-agro/>

FREDERICO, Samuel. **Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil**. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista francobrasileira de geografia, n. 17, 2013. FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª. ed., São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GARCIAS, Marcos de Oliveira et al. Possíveis impactos da Covid-19 no mercado de trabalho do agronegócio mineiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 31, n. 1, p. 136, 2022.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica brasileira crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária**. 2008. 53

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio - 2023**. Belo Horizonte: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2023. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/agricultura/documento/panorama-do-comercio-exterior-do-agronegocio-2023-0>.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **PIB do agronegócio de Minas Gerais ultrapassa R\$ 228 bilhões em 2023**. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2023. Disponível em: [https://www.mg.gov.br/agricultura/noticias/pib-do-agronegocio-de-minas-gerais-ultrapassa-r-228-bilhoes-em-2023#:~:text=PIB%20do%20agroneg%C3%B3cio%20de%20Minas%20Gerais%20ultrapassa%20R%24%20228%20bilh%C3%B5es%20em%202023,-Submitted%20by%2006588516673&text=O%20Produto%20Interno%20Bruto%20\(PIB,do%20estado%20no%20mesmo%20ano](https://www.mg.gov.br/agricultura/noticias/pib-do-agronegocio-de-minas-gerais-ultrapassa-r-228-bilhoes-em-2023#:~:text=PIB%20do%20agroneg%C3%B3cio%20de%20Minas%20Gerais%20ultrapassa%20R%24%20228%20bilh%C3%B5es%20em%202023,-Submitted%20by%2006588516673&text=O%20Produto%20Interno%20Bruto%20(PIB,do%20estado%20no%20mesmo%20ano)

GRAIN. **América Latina: privatizando as leis de sementes**. Disponível em <https://grain.org/en/article/539-latin-america-privatising-seed-laws>. 5 de julho de 2005 Mudas - julho de 2005. Acesso 21 de julho de 2020.

GRAIN. **Fundos de pensão estrangeiros e grilagem de terras no Brasil** - pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, GRAIN, Inter Pares e Solidarity Suécia - América Latina. Disponível em: <https://grain.org/en/article/5336-foreign-pensionfunds-and-land-grabbing-in-brazil>. 16 de novembro de 2015. Acesso 20 de setembro de 2021.

GRAIN. **Los señores de lo oscuro asaltan el granero : El capital privado hinca el diente en la agricultura**. Disponível em: <https://grain.org/e/6541>.

GRAIN. **Preparando o desastre: Como o Brasil se tornou um laboratório de agoinvestimentos financeiros**. Disponível em: <https://grain.org/e/7137>.

GRAZIANO, E; GRAZIANO NETO, F. As condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha. **Revista perspectivas**, São Paulo, v. 6, 1983. Disponível em: . Acesso em: 15 mar. 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablinne, 2005.

HUNT, Emery Kay. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Campus, 1989.

[https://landportal.org.translate.google/node/116545/?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=sc](https://landportal.org.translate.google/node/116545/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc)

[https://www.brasildefato.com.br/2023/10/10/conflitos-no-campo-crescem-8-e-assassinatos-caem-50-no-1-semester-do-governo-lula-aponta-cpt#:~:text=Na%20categoria%20viol%C3%Aancia%20contra%20a,\(de%2049%20para%2030\).](https://www.brasildefato.com.br/2023/10/10/conflitos-no-campo-crescem-8-e-assassinatos-caem-50-no-1-semester-do-governo-lula-aponta-cpt#:~:text=Na%20categoria%20viol%C3%Aancia%20contra%20a,(de%2049%20para%2030).)

<https://www.ibflorestas.org.br/conteudo/terras-rurais-no-brasil>. Acesso em: 15/09/2024

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores de desenvolvimento sustentável: estudos e pesquisas. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. (Informação geográfica, n. 9). Disponível em: Acesso em 31 de maio de 2021

IBGE. Censo Agropecuário 2010.

IBGE. Censo Agropecuário 2017

Instituto Brasileiro de Mineração Panorama da Mineração em Minas Gerais / Instituto Brasileiro de Mineração, Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro de Metais – Brasília: IBRAM, 2015

INSTITUTO, Brasileiro de Florestas. **Fatores de valorização das terras rurais no Brasil**. Disponível em:

LAND MATRIX. *Land Matrix: the international land deals database Promoting transparency and accountability in land acquisitions*. Disponível em: : <https://landmatrix.org/>.

LEONARDI, Gil. **Exportações do agro mineiro atingem cerca de US\$ 9,5 bilhões de janeiro a agosto**. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/exportacoes-do-agro-mineiro-atingem-cerca-de-us-9-5-bilhoes-de-janeiro-a-agosto>.

Levien M. (2014), **Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação**, Sociologia e Antropologia, vol. 4, n°1, junho,

LUCENA SOUSA SANTOS, MARIANA. **Violações de Direitos Humanos em contextos extrativistas na América Latina**: : a raça enquanto questão fundante / MARIANA LUCENA SOUSA SANTOS. — 2022.

MALERBA, Julianna. **Territórios livres de mineração: construindo alternativas ao extrativismo** / Julianna Malerba, Luiz Jardim Wanderley, Tádzio Peters Coelho - Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2022

MARINI, R. M., FERREIRA, C., OSORIO, J., & LUCE, M. (2012). **Padrão de reprodução do capital**.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. **Expressão Popular, São Paulo, 2005**.

MARTINI, Vanderlei. **Formação Social Contemporânea do Brasil: desenvolvimentismo, lulismo e bloco político-social**. Editora Dialética, 2022.

MARX, K.. **O Capital** - Crítica da Economia Política, Livro III, o processo Global da Produção Capitalista, Volume IV. 5ª Edição, DIFEL 1987.

MARX, K.. **O Capital** - Crítica da Economia Política, Livro III, o processo Global da Produção Capitalista, Volume V e VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MASSON, A. Gabriela. **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais** : conflitos sociais e alternativas populares / Bruno Bruziguessi ... [et al.] (organizadores). – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.

MASSON, Gabriela Abrahão. A Questão Agrária e a Luta pela Reforma Agrária no Triângulo Mineiro. Editora Appris, 2021.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. revista. **São Paulo: Boitempo**, 2011.

MIDIA NINJA. **Se é Bayer é agro: entenda o que está por trás do interesse da empresa alemã em financiar a bancada do agro no Brasil**. Disponível em: <https://midianinja.org/se-e-bayer-e-agro-entenda-o-que-esta-por-tras-do-interesse-da-empresa-alema-em-financiar-a-bancada-do-agro-nobrasil/#:~:text=Tendo%20um%20valor%20de%20mercado,isto%20%C3%A9%2C%20sem%20aparecer%20na%202023>.

MOREIRA, Couto. Renata. DE MENDONÇA, Pessoa. Luiz Jorge Vasconcellos (ORG.) **Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina**. 1 edição – São Paulo: expressão Popular, 2022.

NADAI, Igor Chiosini de. **O ciclo de reprodução do capital do agronegócio no Paraná: uma abordagem a partir da Teoria Marxista da Dependência**. Monografia conclusão do curso (Especialização em Estudos Latino Americanos), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016

NETTO, José Paulo. **O déficit da esquerda é organizacional**. On-line: PCB, v. 22, 2010.

OLIVEIRA, A.U. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. SP: Expressão Popular, 2005. p.19- 38. 54

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Edmar Geraldo; FERREIRA, Manuel Eduardo; ARAÚJO, Fernando Moreira de. Diagnóstico do uso da terra na região Centro-Oeste de Minas Gerais, Brasil: a renovação da paisagem pela cana-de-açúcar e seus impactos socioambientais. **Sociedade & Natureza**, v. 24, p. 545-555, 2012.

OLIVEIRA, Edmar Geraldo; FERREIRA, Manuel Eduardo; ARAÚJO, Fernando Moreira de. **Diagnóstico do uso da terra na região Centro-Oeste de Minas Gerais, Brasil: a renovação da paisagem pela cana-de-açúcar e seus impactos socioambientais**. Sociedade & Natureza, v. 24, p. 545-555, 2012.

OXFAM (2016), **Desterrados: tierra, poder y desigualdad en América latina**, Oxford, Oxfam Internacional América.

Packer, Larissa Ambrosano. **"Regularização fundiária e ambiental de mercado para um cerceamento financeiro das terras e bens comuns no sul global."** *Conflitos no Campo Brasil* (2020).

PAULANI, L. M. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de economia política**, vol. 36, nº39 (114). P. 514-533, julho - setembro/2016.

pela terra na Zona da Mata mineira. Dissertação de Mestrado, Viçosa, 2012.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Rio de Janeiro, Codecri, 1988.

PEREIRA, Fábio. **A declaração de amor de Guimarães Rosa a Minas Gerais.** *Revista Bula*, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://www.revistabula.com/21511-a-declaracao-de-amor-de-guimaraes-rosa-a-minas-gerais/>.

PEREIRA, José Flávio Mayrink et al. **Considerações a respeito da matriz energética de Minas Gerais**. 2014.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **Os agentes do agronegócio e o uso do território no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**: da moderna agricultura de grãos à expansão recente da cana de açúcar. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 23, p. 83-104, 2012.

PEREIRA, MSc Camila Amaral; MOTA, Ana Silva Nepomuceno. A questão agrária em Minas Gerais. **Revista Vozes dos Vales**: Publicações Acadêmica Nº. 12 – Ano VI – 10/2017

PERÉT, Rodrigo de Castro Amédée. Os desafios da Reforma Agrária: a luta contra a criminalização e a violência no campo (mesa redonda). In: **JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA DA UFTM**, 2., 2016, Uberaba, MG. Anais [...]. Uberaba, MG: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2016

PITTA, F. B.; MENDONÇA, M. L.R.F. O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil. In: **Mural Internacional**. São Paulo, V.5, nº 1 - Jan - jun. 2014.

PONTES, N. PEREIRA, J, Territórios atingidos pela mineração em Minas gerais: expressões da autoreprodução do capital In: BRUZIGUESSI, B. [et al.] (organizadores) **Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais** : conflitos sociais e alternativas populares – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.

RAMOS,Reginaldo.**No País, agricultura familiar representa 77% dos produtores e apenas 23% da renda agrícola**. Disponível em:<https://jornal.usp.br/atualidades/no-pais-agricultura-familiar-representa-77-dos-produtores-e-apenas-23-da-renda-agricola/>

Ribeiro, Luiz Carlos Santana, Rosa Livia Gonçalves Montenegro, and Roberto Maximiano Pereira. **"ESTRUTURA ECONÔMICA E ENCADEAMENTOS SETORIAIS DE MINAS GERAIS:: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA AS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO."** *Planejamento e Políticas Públicas* 41 (2013).

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial. 2a edição revista. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

SANT'ANNA, Bruno et al. Population biology and reproduction of the hermit crab *Clibanarius vittatus* (Decapoda: Anomura) in an estuarine region of southern Brazil. **Journal of the Marine Biological Association of the United Kingdom**, v. 89, n. 5, p. 1015-1022, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0025315408002270>.  
UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR – UNICA. Balanço 2011: principais ações e projetos. São Paulo: UNICA, 2011. Disponível em: <https://unica.com.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-anual-atividade2011.pdf>.

Sassen S. (2016), **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SANTOS, Selma de Fatima. **Metamorfoses da agricultura capitalista na região centro oeste do estado de São Paulo-2000 a 2020**. Tese (doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista, 2021.

SAUER, S, BORRAS, S. M. 'Land grabbing' e 'green grabbing' uma leitura da 'corrida de produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. *Campo-território: revista de geografia agrária*, n. Edição especial, p. P. 6-42, Junho 2016.

SAUER, Sérgio. **Reforma Agrária e o sindicalismo rural**: a luta pela terra no "entorno" de Brasília. Série Experiência, 1999.

Secretaria De Estado De Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Panorama Do Comércio Exterior Do Agronegócio De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022

SERVILHA, Mateus. **Quem precisa de região? O espaço (dividido) em disputa**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SESSO, Patrícia Pompermayer et al. Agronegócio de países selecionados: análise de sustentabilidade entre o PIB e emissões de CO2. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, p. e258543, 2022.

SILVA, Leila Francisca Saraiva. **As instituições financeiras no Brasil**: origens e destinos dos lucros. 2021.

SOUZA, João Valdir Alves. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. Nota Científica. **Revista Unimontes Científica**. Montes Claros, v. 5, n. 2, jul./dez., 2003, p. 01-21.

STEDILE, J. P. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: *A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. SP: Expressão Popular, 2013. p.19- 38.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: Programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão popular, 2005.

TEIXEIRA, Manoel Tadeu. Assentamento Olga Benário: um estudo de caso da espacialização da luta

the Food System. *Development and Change*, v. 49, n. 2, p. 437-460, 2018.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR – UNICA. Balanço 2011: principais ações e projetos. São Paulo: UNICA, 2011. Disponível em: <https://unica.com.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-anual-atividade2011.pdf>. Acesso em:

VICTOR, Fabiana Borges; DE FREITAS, Ricardo Luis. **ATUALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DOS TIPOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS**, XXI encontro nacional de geografia agrária, UBERLÂNDIA, 2012.

WANDERLEY, Bárbara Evelyn Baracho. **Os processos contemporâneos das apropriações de terra no Brasil e seus desdobramentos no contexto de crise do capital**. [S.l.]: [s.n.], [ano de publicação]

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo. 1999.